

BOAÇÃO
AUTORA
24.ABR.89

PERIÓDICOS AGROPECUÁRIOS E A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
POR
ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI

6

EM CUMPRIMENTO PARCIAL DAS EXIGÊNCIAS DO
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR
SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, BRASIL

1988

T
301.153.2(81-22)
G521p

AGRADECIMENTO

Ao Professor Dr. Wilson

colônia, sugestões, orientações

Ao Instituto Nacional de

do curso de pós-graduação

efetuados.

Aos queridos pais Lúcia e Octaviano e à
prima Hebe Tourinho.

A Universidade de

por sua total disponibilidade e colaboração para a realização deste trabalho, área de Ciências Sociais e Humanas.

A secretária de administração do curso de pós-graduação em Letras, Maria do Carmo, pela sua eficiência e apoio.

Aos irmãos, Rosário, João e Maria, pelo apoio moral e financeiro durante o curso de graduação em Letras.

A Agenha Arca, pela sua colaboração na obtenção de material bibliográfico, principalmente em livros raros e manuscritos.

AGRADECIMENTO

Ao Professor Dr. Wilson da Costa Bueno, pela orientação, paciência, sugestões, estímulos e amizade.

Ao Instituto Metodista de Ensino Superior e aos professores do curso de pós-graduação em Comunicação Social pelos subsídios oferecidos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao PICD/CAPES por nos ter proporcionado a realização do mestrado em Comunicação Social, área de Comunicação Científica e Tecnologia.

À Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul por nos ter liberado para a realização do curso.

Aos irmãos, Martha, João e Hermeto, pela compreensão e colaboração durante o tempo em que residimos em São Paulo.

À Engenheira Agrônoma Maria Helena Tarouco Pedroso, pela colaboração, permanente estímulo, paciência e amizade.

Ao Engenheiro Agrônomo Sebastião Pinheiro, pela colaboração, sugestões, estímulo e amizade.

À Jornalista Laís Eneida Ibarra pela colaboração e amizade.

Ao Jornalista Marco Antônio Pereira da Cunha, pela colaboração, observações, paciência e amizade.

À Jornalista Lilian Dreyer pela colaboração, observações e amizade.

À Jornalista Katy Nassar, pelo apoio, sugestões e amizade.

À Bibliotecária Nádia de Almeida Sodrê, pelas sugestões, apoio e amizade.

À Bibliotecária Rosângela Brum Giovannini pelo apoio, correções e amizade.

À Professora Jussara E. Bertolli pelo estímulo e amizade.

À Professora Lígia Bach Soares pela revisão de parte do texto.

À Colega Eugênia Campos Magalhães de Borba pela datilografia do texto.

À Professora Hedy Hoffmann pela elaboração do abstract.

SINOPSE

Este estudo tem por finalidade analisar a linha editorial, a estrutura de poder, a temática e o suporte comercial de nove periódicos agropecuários para verificar seu posicionamento com relação à ideologia da modernização agrícola.

Inicialmente, apresentamos um panorama da modernização da agricultura no Brasil, resgatando sua origem ao final da Segunda Guerra Mundial, para, finalmente, situarmos o papel da comunicação neste processo.

Através da análise das publicações, que fazem parte da amostra, comprovamos que realmente desempenham a função de instrumentos de difusão da ideologia modernizadora. Sugerimos, então, a criação de canais alternativos que conduzam informações críticas a respeito da questão ecológica e sirvam como fórum de debates tendo em vista a construção de uma sociedade democrática.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the editorial line, power structure, themes and commercial support of nine periodical publications dealing with agriculture and husbandry, to examine their position in relation to the ideology of agricultural modernization.

Initially, a general view of the modernization of agriculture in Brazil is presented from its inception at the end of the Second World War, and then the role of communications is shown within this process.

By analyzing the publications which are part of the sample we prove that they really act as instruments for the dissemination of an ideology of modernization. Therefore, it is suggested that alternative channels be instituted which will lead to critical information on the ecological aspects, and may be used as a forum of debates to build a democratic society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	11
1.1 - Considerações Gerais	11
1.2 - Agricultura Mundial	13
1.3 - Revolução Verde	15
1.4 - Modernização Conservadora	20
1.5 - A Modernização da Agricultura no Brasil	21
1.5.1 - Fases do Processo de Modernização	22
1.5.2 - Indicadores da Modernização de Agricultura	30
1.5.3 - Crítica à "Moderna" Agricultura	35
2 - A COMUNICAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	65
3 - PERIÓDICOS AGROPECUÁRIOS E A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL	74
3.1 - Objetivos e Problema de Pesquisa	74
3.1.1 - Objetivos	74
3.1.2 - Problema de Pesquisa	74
3.2 - Metodologia	75
3.2.1 - Amostra	76
3.3 - Resultados	94
CONCLUSÃO	131
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

A idéia de realizar este trabalho surgiu a partir de nossa vivência profissional, quando, no final de 1980 - já há cinco anos na área de jornalismo agropecuário - fomos convidadas para trabalhar como assessora de imprensa da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul - SARGS. Na época a sociedade rio-grandense era sacudida constantemente por denúncias relativas à destruição do ecossistema pelo uso de agrotóxicos.

Como a SARGS, juntamente com diversas entidades ecológicas, passa a ter uma atuação decisiva nas mudanças que deverão ocorrer na consciência da população e na legislação sobre agrotóxicos e como éramos simpatizantes do movimento ecológico, passamos a nos envolver mais diretamente com as questões que ameaçavam a vida.

Começamos, então, a observar com mais cuidado o comportamento dos meios de comunicação de massa aos divulgarmos as informações a respeito de tais acontecimentos, que possuem relação estreita com as transformações ocorridas na agropecuária brasileira desde a década de 50, por força da modernização do setor.

As observações e experiências levaram-nos a questionar a contribuição dos meios de comunicação de massa na difusão da ideolo

gia da modernização agrícola. Percebíamos que, de modo geral, as pessoas estavam reproduzindo o discurso das indústrias de insumos agrícolas, sem uma análise profunda da realidade que as cercava. Percebíamos, também, que os defensores da referida ideologia dispunham de espaço nos meios de comunicação de massa ou especializados para veicularem suas idéias quer através de notícias, reportagens, ou artigos assinados, quer através da propaganda. Em contrapartida, semelhante facilidade não era encontrada por aqueles que alertavam contras as "benesses" da agricultura "dita moderna" ou que propunham que o modelo agrícola fosse repensado.

É importante destacar que trabalhávamos em duas instituições que possuíam orientações opostas. Enquanto na SARGS havia toda liberdade de atuação, na Revista Lavoura e Pecuária, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul o mesmo não ocorria, pois qualquer matéria mais crítica encontrava dificuldade para ser veiculada por não representar o pensamento vigente. Havia, inclusive, o risco de perder os anunciantes.

Naquelas alturas questionávamos nosso papel como agente de mudança social na medida em que acreditávamos que um veículo de comunicação para atingir o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão (para que este exerça sua cidadania) precisa ser um espaço aberto a todas as correntes ideológicas.

A realidade mostrava-nos fatos que eram frequentemente refutados por quem lutava para que a situação permanecesse. Desta forma, as dúvidas, questionamentos e dificuldades no exercício pro

fissional nos deram o ensejo de realizar este estudo para detectar qual é, realmente, a performance dos meios de comunicação de massa. Como o universo de análise seria muito amplo, e o estudo fosse na prática inviável, resolvemos delimitá-lo para revistas e jornais especializados em agropecuária, entre eles o suplemento agrícola de um jornal de circulação nacional.

Consideramos necessário, portanto, recordar como ocorreu o processo de modernização da agricultura no País para podermos, em seguida, situarmos a comunicação neste contexto.

1 - A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

1.1 - Considerações Gerais

A modernização da agricultura consiste no processo através do qual ocorrem transformações tanto na base técnica da produção como nas relações sociais de produção.

Podemos afirmar, então, que "modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura, onde o grau de modernização é avaliado pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados". (Brum, 1985)

São considerados insumos modernos os fertilizantes solúveis, agrotóxicos, sementes selecionadas, rações e medicamentos veterinários. (Graziano Neto, 1982)

Para Graziano Neto (1982) "com este processo de transformação da agricultura, os chamados agricultores de subsistência(...) vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionamentos fundamentais do processo de produção". Ou então, mesmo sendo substituídos por empresas familiares, que não utilizam trabalho assalariado, se relacionam com o mercado, pro

1 - A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

1.1 - Considerações Gerais

A modernização da agricultura consiste no processo através do qual ocorrem transformações tanto na base técnica da produção como nas relações sociais de produção.

Podemos afirmar, então, que "modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura, onde o grau de modernização é avaliado pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados". (Brum, 1985)

São considerados insumos modernos os fertilizantes solúveis, agrotóxicos, sementes selecionadas, rações e medicamentos veterinários. (Graziano Neto, 1982)

Para Graziano Neto (1982) "com este processo de transformação da agricultura, os chamados agricultores de subsistência(...) vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionamentos fundamentais do processo de produção". Ou então, mesmo sendo substituídos por empresas familiares, que não utilizam trabalho assalariado, se relacionam com o mercado, pro

duzindo mercadorias.

A modernização da agricultura brasileira, que nada mais é do que um processo de transformação capitalista no campo, está intimamente relacionada às profundas mudanças econômicas ocorridas no mundo logo após a Segunda Guerra Mundial. Tais "mudanças se refletiram no Brasil, desencadeando a modernização da economia brasileira, de cujo conjunto a agricultura é parte integrante". (Brum, 1985)

Essa ocorrência acentuou a dependência histórica do setor agrícola ao industrial.

"Pode-se dizer que uma das facetas da história do desenvolvimento do capitalismo é a história da subordinação da agricultura ao capital industrial. A revolução capitalista manifesta-se em primeiro lugar nas atividades fabris e, progressivamente, vai chegando ao campo. A lógica do capital - a reprodução ampliada - começa a dominar a produção na agricultura, trazendo em seu bojo a destruição da produção independente, monetarizando as relações de troca, reforçando o mercado 'livre', enfim, instaurando o reino das mercadorias". (Graziano Neto, 1982)

A agricultura que era auto-suficiente vai ficando cada vez mais dependente da indústria, onde o capital é mais concentrado tendendo, assim, a dirigir o destino da economia.

No Terceiro Mundo a situação torna-se muito mais séria porque "boa parte do setor industrial é dominado por grupos econômicos estrangeiros representantes de grandes conglomerados: as chamadas multinacionais". (Graziano Neto, 1982)

duzindo mercadorias.

A modernização da agricultura brasileira, que nada mais é do que um processo de transformação capitalista no campo, está intimamente relacionada às profundas mudanças econômicas ocorridas no mundo logo após a Segunda Guerra Mundial. Tais "mudanças se refletiram no Brasil, desencadeando a modernização da economia brasileira, de cujo conjunto a agricultura é parte integrante". (Brum, 1985)

Essa ocorrência acentuou a dependência histórica do setor agrícola ao industrial.

"Pode-se dizer que uma das facetas da história do desenvolvimento do capitalismo é a história da subordinação da agricultura ao capital industrial. A revolução capitalista manifesta-se em primeiro lugar nas atividades fabris e, progressivamente, vai chegando ao campo. A lógica do capital - a reprodução ampliada - começa a dominar a produção na agricultura, trazendo em seu bojo a destruição da produção independente, monetarizando as relações de troca, reforçando o mercado 'livre', enfim, instaurando o reino das mercadorias". (Graziano Neto, 1982)

A agricultura que era auto-suficiente vai ficando cada vez mais dependente da indústria, onde o capital é mais concentrado tendendo, assim, a dirigir o destino da economia.

No Terceiro Mundo a situação torna-se muito mais séria porque "boa parte do setor industrial é dominado por grupos econômicos estrangeiros representantes de grandes conglomerados: as chamadas multinacionais". (Graziano Neto, 1982)

1.2 - Agricultura Mundial

"A agricultura mundial passou por duas fases, durante o período em que ocorrem as transformações já mencionadas: 'a fase de abundância relativa e a fase de escassez absoluta". (Brum, 1985).

A primeira fase iniciou por volta de 1938, época em que a economia dos Estados Unidos saía da grande depressão e se prolongou até o final dos anos 60. Este período, que se caracterizou por abundantes safras e armazenamento de grandes excedentes de cereais, ficou delimitado a alguns países desenvolvidos, especialmente Canadá e Estados Unidos.

Devido à oscilação de preços os governos norte-americano e canadense criaram uma legislação para resolver o problema de abundância da sua produção agrícola, decidindo pela redução da produção e da área de cultivo, assim como estabelecendo mecanismos para exportação dos excedentes, tais como subsídios, facilidades de pagamento e acordos especiais.

"A partir da década de 50 o governo americano passou a utilizar o trigo como arma política de múltiplas finalidades, fornecendo-o em condições extremamente vantajosas a países como o Brasil, Colômbia e outros". (Brum, 1985)

De 1955 em diante, após o Acordo do Trigo, o Brasil começou a importar crescentes quantidades do produto, dos norte-americanos, a preços baixos, empréstimos com prazo de pagamento de até 40 anos com juros também baixos.

Com a medida houve no Brasil um descuido com a produção do

cereal, especialmente quanto à pesquisa genética e também a redução das importações da Argentina e Uruguai, tradicionais fornecedores, que tiveram sua economia prejudicada.

Até 1965 os Estados Unidos praticaram uma política de liberalidades, havendo inclusive doação de alimentos a países necessiitados do Terceiro Mundo. A partir daquele ano o então presidente Lindon Johnson implantou a política de "**rédeas curtas**" que fazia com que o país só exportasse cereais a países que se submetessem a certas exigências, como a abertura para os investimentos norte-americanos. A Índia e outros países precisaram submeter-se, enquanto o

"Brasil já havia feito desde o golpe de março de 1964. Também a partir daquele ano, os prazos para pagamentos foram reduzidos e os juros elevados. Em 1966 o Brasil firmou com os EUA o sexto Acordo do Trigo, dentro das novas exigências. Nesse mesmo ano, o Congresso norte-americano aprovou legislação possibilitando que os dólares oriundos da venda do trigo para o Brasil fossem utilizadas na constituição de um fundo para empréstimos a grupos norte-americanos interessados em adquirir empresas brasileiras". (Brum, 1985)

A política de "**rédeas curtas**" foi instituída justamente quando iniciou a fase de escassez absoluta devido a uma grande seca que penalizou a Índia e outros países da Ásia e da África. Os estoques de alimentos dos EUA e Canadá sofreram considerável diminuição, fato que foi se agravando com novas ocorrências anos mais tarde.

Em 1972 problemas climáticos frustraram demasiadamente as safras agrícolas da Rússia, obrigando-a a importar, pela primeira vez, cerca de 20 milhões de toneladas de cereais, principalmen

te trigo, dos EUA, nunca mais retornando a situação privilegiada que detinha.

Em igual período, porém prolongando a 1973, seca muito pior assolou vários países asiáticos e africanos.

Ainda em 1973, a pesca de anchoveta foi prejudicada pelo desaparecimento da espécie das costas peruanas. Somente dois anos mais tarde começaram a reaparecer.

Tal fato abalou enormemente a economia daquele país, cuja base é a farinha de peixe, que era vendida para o mercado europeu, para ser empregada na alimentação do gado. Assim, os europeus lançaram mão da soja favorecendo a Balança de Pagamento do Brasil. "A receita brasileira obtida com exportação de soja em grãos e farelo passou de 56,6 milhões de dólares em 1969 para 1 bilhão e 100 milhões de dólares em 1973". (Brum, 1985)

A queda do dólar, iniciada em 1971, provocou a procura de produtos agropecuários no mercado mundial pelos países ricos, tendo, assim, a acumulação de cereais e matérias primas se transformando numa possibilidade para cobrir os riscos da inflação, agravando a escassez de alimentos.

1.3 - Revolução Verde

"A chamada 'Revolução Verde' foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiência no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes". (Brum, 1985)

Para alguns autores, como Pinheiro (1985) a Revolução Verde constitui-se numa contra-operação para destruir os últimos resquícios das agriculturas mais equilibradas, no final dos anos 60, como uma estratégia mais arrojada da ideologia de modernização agrícola. Brum (1985), no entanto, prefere considerar como Revolução Verde todo o período desde os primeiros passos do programa por volta de 1943, dividindo-a em duas fases: a fase pioneira de 1943 a 1965 e a fase de grande expansão.

Entretanto, a mudança no processo de produção agrícola começou a ser inaugurado por volta de 1935, quando o mundo encaminhava-se para a 2ª Grande Guerra. Ao final do conflito a Europa estava arrasada e era necessário planejar uma nova e rápida estratégia alimentar para o mundo, envolvendo também a América Latina, África e a Ásia.

Esta tarefa coube ao Grupo Econômico Rockefeller, com sede em Nova Iorque, nos EUA, que idealizou e patrocinou o projeto-piloto em determinados países, como México, Filipinas, Brasil, além dos EUA.

Em 1944 a Fundação Rockefeller contratou como fitomelhorista e fitopatologista do programa o Dr. Norman Borlaug, que em 1970 recebeu o Prêmio Nobel da Paz, por dedicar toda sua energia pela causa da mencionada "Revolução". Conforme discurso da presidenta do Parlamento da Noruega, por ocasião do recebimento do Prêmio, ele acreditava que era necessário produzir alimentos e melhorar condições de vida de milhões de seres humanos que viviam no mundo atrasado. (Borlaug, 1972).

De início o processo foi comandado e patrocinado pelas grandes corporações que aproveitaram a oportunidade para expandir seus negócios tanto no setor de máquinas e insumos, como na comercialização mundial, transformação dos produtos agropecuários, como no setor financeiro (bancos que financiavam os países que aderiam ao processo de modernização).

No México as experiências iniciaram com trigo, nas Filipinas com arroz e nos EUA, principalmente com trigo e milho.

No Brasil, em 1943, Nelson Rockefeller, então um dos coordenadores do grupo econômico, fundou três empresas vinculadas à sua organização: "a Cargill, ligada principalmente a comercialização de cereais e à fabricação de rações; e Agroceres, destinada a pesquisas genéticas com milho e a produção de sementes de milho híbrido; e a EMA (Empreendimentos Agrícolas) voltada para a fabricação de equipamentos para a lavoura". (Brum, 1985)

Já na década de 50, foi criada em Minas Gerais, por influência da Fundação Rockefeller, a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR com a finalidade de orientar e estimular a adoção de moderna tecnologia entre os produtores rurais. Era a primeira entidade pública no país a operar conforme a nova proposta. Em seguida, foram criadas entidades similares em outros Estados, como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, no Rio Grande do Sul. Em 1956 o governo brasileiro assimilando totalmente a idéia cria a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, assumindo a tarefa de agilizar a implantação da tecnologia proposta.

Também nesta fase, John Rockefeller III fundou o Conselho de Desenvolvimento Agrícola (ADC) para reforçar o apoio ao processo de modernização agrícola e a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) do Governo norte-americano, passou a cooperar com a idéia.

A grande expansão de Revolução Verde se dá a partir de 1965 quando ocorre a mudança na política de exportação de alimentos por parte dos EUA. Devido ao sucesso da pesquisa desenvolvida no México e nas Filipinas o processo passa a se alastrar pela Ásia, Extremo Oriente e América Latina, principalmente. "Simultaneamente à introdução de novas variedades de trigo, arroz e milho, mais produtivas, os países que aderiram à 'Revolução Verde' eram orientados e induzidos a usar novas técnicas de correção do solo, fertilização, combate às doenças e pragas, bem como a utilizar maquinaria e equipamentos modernos. A esse conjunto de técnicas inovadoras se deu o nome de 'pacote tecnologico'. E a toda esta estratégia de comércio se chamou de modernização tecnológica". (Brum, 1965)

Como declara Borlaug (1972) "tão importante como a transferência da nova semente e da nova tecnologia foi a introdução de uma estratégia de campanhas de produção. Tal estratégia estava voltada para o alto potencial de rendimento das novas sementes e da nova tecnologia em forma de uma política governamental que assegurou ao agricultor um preço adequado para seus grãos, a disponibilidade dos insumos necessários - sementes, fertilizantes, inseticidas, herbicidas e maquinaria - e o crédito para adquirí-los. Em conjunto, os insumos e a estratégia formaram a base

a partir da qual se desenvolveu a 'Revolução Verde'".

À medida em que ocorria a internacionalização de pesquisa* agrícola avançava a desarticulação dos organismos nacionais que desenvolviam estudos no setor, inclusive as universidades, acentuando a dependência dos países subdesenvolvidos em relação às corporações transnacionais que comandavam o processo.

Em 1971, o governo brasileiro criou a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) com a finalidade de promover e coordenar o avanço de modernização agrícola no país. A atuação da Empresa sofre influência dos centros internacionais, que oferecem subsídios, recomendações ou estágio para técnicos e oportunidade para o desenvolvimento de trabalho integrado. Desta forma a pesquisa nacional (pública e privada) passa a seguir o caminho idealizado pelos interesses das corporações transnacionais.

Na mesma década e pelas mesmas razões é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), também vinculada ao Ministério da Agricultura, estendendo-se aos

* Foram criados organismos internacionais de pesquisa agrícola. Dentre eles destacaram-se: O Centro Internacional de Melhoria do Milho e Trigo, no México patrocinado pelo Grupo Rockefeller, pelo Conselho de Desenvolvimento Agrícola, pela Agência Internacional para o Desenvolvimento e com o apoio do governo mexicano; Instituto de Pesquisa do Arroz, nas Filipinas; Centro Internacional de Agricultura Tropical, em Cali, Colômbia; Instituto Internacional de Agricultura Tropical, na Nigéria; Centro Internacional da Batatinha, em Lima; e Instituto Internacional de Cultivos para as Zonas Tropicais Semi-Áridas, na Índia.

Estados através da criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em cada um deles.

1.4 - Modernização Conservadora

A agricultura brasileira é uma atividade dependente dentro do complexo agroindustrial, por consequência integrante e subordinado ao capital monopolista. Para enfrentar e superar suas deficiências encontrou apenas duas saídas: a reforma agrária e a modernização conservadora.

A opção pela reforma agrária

"tem como ponto de partida a reformulação de estrutura fundiária, com redistribuição da propriedade, posse e uso da terra, acompanhada de políticas adequadas que garantam condições efetivas à expansão da produção agropecuária e ao bem-estar e elevação do padrão de vida das famílias rurais (...). Visa a organização da atividade rural voltada prioritariamente para as pessoas diretamente envolvidas na produção e suas respectivas famílias, sem descuidar dos interesses gerais do país". (Brum, 1985)

Envolve: reforma fundiária, reforma agrícola, reforma rural e reforma das relações do poder.

A estrutura fundiária brasileira é marcada desde a época da colonização pela presença do latifúndio e minifúndio. O latifúndio já naquele período era voltado para monoculturas de exportação enquanto o minifúndio se encarregava da produção de alimento para as populações urbanas.

Atualmente 83,6% dos estabelecimentos possuem menos de 100 ha e ocupam 14,4% da área total do país; 14,5% apresentam de 100 a 1000 ha e abrangem 28% da área total, enquanto os 1,9% restan

tes têm mais de 1000 ha englobando 57,6% da área.

Destes imóveis 62,5% são considerados minifúndios e ocupam 8% da área total, segundo dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985, IBGE.

Como a terra não tem sido propriedade de quem nela trabalha e desde a colonização tem se constituído num fator de dominação é possível compreender a opção brasileira pela modernização conservadora. Esta por sua vez visa o aumento da produção e da productividade agropecuária através do emprego de novas tecnologias, ou seja, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que a estrutura agrária sofra grandes alterações. Essa medida tem por finalidade a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo.

Embora a reforma agrária fosse defendida, já em 1821, por José Bonifácio, como fundamental para a emancipação do Brasil e ao longo da história tem encontrado políticos que se lançam em sua defesa, sem no entanto nenhum procedimento prático, a opção pela modernização conservadora "começou a ser feita já na década de 50, principalmente com os incentivos e impulsos dados à implantação da triticultura moderna no Rio Grande do Sul, e foi levada avante com maior determinação e intensidade após 1964". (Brum, 1985)

1.5 - A Modernização da Agricultura no Brasil

O modo como a modernização da agricultura foi se implantado no Brasil apresenta características gerais semelhantes e especificidades conforme as regiões e produtos atingidos.

De acordo com Brum (1985, p. 110)

"entre as características comuns identificam-se como principais: a especialização, com forte tendência à fixação de monoculturas regionais, viabilização e consolidação da empresa rural capitalista, acompanhada de progressiva desestabilização e desaparecimento da pequena propriedade rural em regime de trabalho familiar; a concentração da propriedade da terra, quer através da aquisição de extensas áreas de terras nas novas fronteiras agrícolas, quer pela absorção de pequenas propriedades rurais por parte de médios e grandes produtores; a supervalorização das terras, frustando as aspirações dos produtores mais fracos; o uso intenso do fator capital (máquinas, implementos, etc), de um lado, e de mão-de-obra barata e de trabalhadores temporários ("boias-frias"), de outro lado; a elevada utilização de capital de terceiros e a dependência acentuada em relação ao setor financeiro (agricultura movida a crédito); o estímulo preferencial e o incremento dos produtores agrícolas de exportação em detrimento das culturas destinadas ao consumo interno; a expulsão de numerosos contingentes populacionais da zona rural para as periferias urbanas, com o agravamento dos problemas sociais decorrentes".

Lembramos que o processo de modernização da agricultura possui as características citadas por estar de acordo com o modelo econômico implantado no país. De qualquer forma ainda não atingiu todo o território nacional, nem mesmo todas as atividades agropecuárias. No entanto seu desenvolvimento se deu no Sul, Sudeste e de forma bem acelerada, mais recentemente no Centro-Oeste. Além da pecuária em diferentes regiões do país, podemos destacar como produtos atingidos: **soja, trigo, arroz, café, cana-de-açúcar e algodão.**

1.5.1 - Fases do Processo de Modernização

A modernização da agricultura no Brasil iniciou com a lavoura de arroz no Rio Grande do Sul, no começo do século XX, fi

cando restrita a esse produto que era plantado em regiões delimitadas.

As razões que favoreceram a viabilização da lavoura capitalista mecanizada de arroz naquele Estado são totalmente diversas das razões que levaram o País a optar pelo referido modo de produção no pós-guerra. Entretanto, entre estas razões podemos ressaltar: a intensificação da imigração européia; o avanço do processo de urbanização - com o aumento do mercado consumidor; o enorme acréscimo na importação de gêneros alimentícios, levando a necessidade de busca da auto-suficiência do produto (prato fundamental, juntamente com o feijão na mesa do brasileiro); abundantes áreas de várzeas nas bacias do Guaíba e rio Jacuí e nas margens das lagoas - o que facilitava o escoamento da produção; possibilidade de contar com mão-de-obra suficiente em todas as fases do processo produtivo; e a existência de capital disponível nas mãos de comerciantes e profissionais liberais (médicos, advogados).

As lavouras surgiram nas terras ao redor de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Cachoeira do Sul, que no início do século ocupavam posições de destaque na economia gaúcha e como centros de prestação de serviços especializados. Contavam, assim, com bom número de profissionais liberais e comerciantes que resolveram em razoável prazo investir na rizicultura, pois sabiam das ótimas perspectivas de lucros, devido a demanda promissora e a alta dos preços atribuída a taxaço sobre as importações. Evidenciamos, assim, que os primeiros a modernizar não foram os agricultores tradicionais, que conheciam o risco de sua atividade

de, mas profissionais urbanos e bem sucedidos acostumados a ar riscar para multiplicar os ganhos com seus investimentos.

No entanto as fases do processo de modernização que abordarem estão vinculadas aos motivos que induziram o país a mergulhar no mundo encantado, que com o atrelamento de alguns setores internos, era apresentado como o único caminho para a salvação. Estamos nos referindo ao conjunto de transformações que tiveram como área pioneira o Planalto Gaúcho, cujos antecedentes históricos abordamos anteriormente.

Tomando como ponto de partida esta região e o tipo de pro dutos cultivados, podemos considerar três fases: a primeira do pós-guerra ao início dos anos 70, centrada no trigo e que teve a partir de 60 a soja como lavoura secundária; a segunda na dé cada de 70, tendo como período mais importante de 1972 - 1978, liderado pela soja, quando o trigo passou a perder importância; a terceira, iniciando por volta de 78/79, marcada pela diversi ficação de culturas, pois percebeu-se que uma agricultura baseada em um produto era muito vulnerável.

Primeira Fase: Trigo

O trigo foi cultivado com grande êxito no Rio Grande do Sul pelos açorianos de 1780 a 1820, tendo sido abandonado, pois ocorrências desfavoráveis, como a praga de ferrugem, prejudica ram seriamente as lavouras. Mais tarde voltou a ser plantado, desta vez por imigrantes italianos e seus descendentes, como cul tura de subsistência familiar.

A produção era muito pequena para atender as necessidades

da população. Desta forma, o Brasil passou a partir de 1820 a importar o grão e a farinha, principalmente da Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá.

Até por volta de 1900 a maior parte da população brasileira morava no meio rural. Porém, no período em que ocorreu a Primeira Guerra Mundial, quando o País passou por um processo de industrialização e de urbanização, houve necessidade de importar o cereal em maior escala.

Uma série de medidas governamentais foram tomadas no sentido de aumentar a produção de trigo. Podemos destacar entre elas a criação em 1928, por Getúlio Vargas, na época Presidente do Estado, de estações fitossanitárias experimentais no Rio Grande do Sul. No local, pesquisadores desenvolveram novas variedades da gramínea mais adaptável às condições ecológicas da região.

Após 1930 a preocupação de aumentar mais a produção levou o governo a intervir mais ainda no desenvolvimento da cultura. Em 1944 foi instituído o Serviço de Expansão do Trigo - SET, vinculado ao Ministério da Agricultura, tendo por finalidade centralizar e coordenar a política do trigo, distribuir sementes, incentivar o surgimento de cooperativas e fiscalizar as atividades comerciais e industriais com o cereal. Desde janeiro de 1951 o SET passou também a determinar as quotas de compra do trigo nacional para os moinhos e fixar o preço mínimo para o grão.

O crédito facilitado com juros convidativos e a garantia

de preço estável tiveram grande importância na expansão da tr
ticultura gaúcha na década de 50.

Na época houve um grande problema na comercialização, pois o trigo estrangeiro era de melhor qualidade e vendido a preço in
ferior ao nacional. Tais condições originaram a fraude conheci
da como trigo-papel, artimanha utilizada por interessados em con
quistar altos ganhos. Assim, em 1962, o Governo Federal resol
veu estatizar totalmente a comercialização do cereal, que pode
ria ser vendido somente para o Banco do Brasil.

As multinacionais estavam interessadas na internacionalizaç
ão da agricultura criando mercado para os produtos que fabricaç
am, como fertilizantes solúveis, agrotóxicos, máquinas e impleme
ntos agrícolas. O Planalto Gaúcho, com extensas áreas propí
cias à mecanização, foi apanhado como um mercado potencial para
este feito. Era necessário, então que fosse desencadeado o pro
cesso de modernização. Assim, em 1946 as lavouras de trigo começ
aram a mecanização, em Passo Fundo e Carazinho. Mais tarde o
processo atingiu Ijuí, Santo Ângelo, sendo que na década de 50
a tecnologia da mecanização já atingia rapidamente outros muni
cípios do Estado.

Como no caso do arroz, a modernização do trigo também não
iniciou com agricultores tradicionais, mas sim com profissionais
liberais, comerciantes e pequenos industriais, criando uma categ
oria com interesses econômicos específicos - os granjeiros. "Eram
geralmente vistos, no início, como aventureiros, bem como sua
nova atividade era observada com descrédito, principalmente pe
los colonos, uma vez que o trigo é um cereal delicado e uma la

voura exigente e seu cultivo em escala empresarial começava a ser feito em áreas de campo, cujo solo apresentava baixa fertilidade, além de alta acidez". (Brum, 1985)

O agricultor tradicional - também denominado de colono - não se lançou logo a triticultura na maneira como era desenvolvida pelos granjeiros. Encarava tal empreendimento com total desconfiança especialmente porque estavam sendo utilizadas terras de campo para o plantio do cereal. Além disso não estava a costumado a lidar com bancos e sequer pensavam em hipotecar suas terras (bem que seria passado para o descendentes) em troca de crédito. Somente por volta de 1965 forçado pela situação em que se encontrava começou a aderir ao processo de modernização da agricultura.

Pelo modo como a agricultura era conduzida pelos colonos (imigrantes europeus), a terra estava depauperada, o produtor descapitalizado e sem perspectivas.

A única saída era aproveitar os incentivos oficiais e ingressar na monocultura do trigo. Através dela teve acesso ao crêdito e pode comprar máquinas, implementos, calcário e adubos químicos para a recuperação das terras.

O trigo esteve à frente do processo de modernização, até início dos anos 70, quando foi suplantado pela soja, devido as constantes frustrações de safras.

Segunda Fase: Soja

Oriunda da Ásia, esta leguminosa chegou ao Brasil - no Rio

Grande do Sul - no início do século XX, sendo cultivada com mais cuidado nos anos 40 nas pequenas propriedades do município de Santa Rosa. As lavouras eram instaladas em consórcio com o milho e sua destinação mais importante era a alimentação dos suínos. Fato que trouxe problemas, pois tendo em vista o alto teor de óleo do grão, provocava a descalcificação nos animais.

Começou a receber mais atenção a partir de 1950, quando já era plantada pelos triticultores, como lavoura secundária.

O empreendimento foi estimulado pelas possibilidades de fazer rotação trigo e soja na mesma área, de aproveitar a fertilização e de utilizar as mesmas máquinas e implementos agrícolas. Utilizando mais intensivamente o capital, haveria redução nos custos fixos.

Convém lembrar que no final da Segunda Guerra Mundial as corporações transnacionais estimularam a substituição da gordura animal por óleos vegetais. A mudança nos hábitos de consumo foram induzidos pelo constante bombardeamento da população com a idéia de que os óleos vegetais eram mais saudáveis. Com isso, aos poucos as populações européia e norte-americana aderiram ao novo padrão alimentar, sendo seguidos pelos habitantes dos países subdesenvolvidos.

Assim o binômio trigo-soja substitui o binômio milho-mandioca.

As duas culturas avançaram, inclusive em áreas destinadas à pecuária.

Nos anos 70 ocorreu a grande expansão da cultura da soja que passou a liderar a modernização do setor.

O auge da cultura se deu justamente quando a economia brasileira se internacionaliza de forma profunda. É o período do "milagre brasileiro que vai de 67/68 a 73/74".

"A necessidade de importar em grande escala máquinas e aparelhos modernos (bens de capital) para a implantação de um parque industrial sofisticado, predominantemente multinacional, levou o governo brasileiro, seguindo a estratégia e orientação dos países centrais, principalmente os EUA, e das corporações transnacionais, a incentivar a agricultura modernizada destinada à exportação. A soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais e, em torno dela, se ampliou e consolidou definitivamente o processo de modernização da agricultura na região e no país". (Brum, 1985)

A partir de 1978 as culturas do trigo e soja passaram por seguidas frustrações, fato que levou técnicos, produtores e autoridades a repensarem o modelo agrícola adotado, que era baseado numa única cultura principal.

Terceira Fase: Diversificação

Além das frustrações constantes na safra de soja e trigo ficou evidente que uma agricultura alicerçada em monoculturas, que por sua vez dependiam das decisões dos países do Primeiro Mundo, era extremamente frágil.

Entre outras causas a alta dos preços do petróleo, desde 1979, provocou o aumento dos combustíveis, máquinas, implementos, fertilizantes e agrotóxicos além de outros insumos modernos. Os juros bancários e outros artigos de consumo encareceram

muito, ficando o agricultor descapitalizado e endividado. Para agravar a situação, o Brasil que já importava produtos industrializados, passou a importar significativos volumes de alimentos, como feijão, milho e arroz, uma vez que atraídos pelos incentivos governamentais os agricultores foram abandonando as culturas tradicionais e de subsistência.

Completando o quadro devastador figuravam o êxodo rural e o desequilíbrio do ecossistema, com solos contaminados e erodidos, assim como cursos d'água e alimentos com resíduos de agrotóxicos. Assim, surge a diversificação de culturas como alternativa, iniciando-se a terceira fase do processo de modernização conservadora - estágio em que nos encontramos na atualidade.

Naturalmente a nova opção foi uma estratégia liderada pelo sistema financeiro-industrial das grandes corporações transnacionais, com o auxílio dos países centrais e dos governos e aliados dos países periféricos.

Agora, o produtor descapitalizado e endividado para retornar às culturas tradicionais precisará de novos empréstimos continuando a dependência dos bancos e da indústria fornecedora de insumos modernos, com destaque para sementes e raças com maior produtividade.

1.5.2 - Indicadores da Modernização de Agricultura

As informações apresentadas no decorrer dos tópicos deste trabalho nos possibilitam concluir que existem fatores que podem ser considerados indicadores de modernização agrícola. Cada indicador, a seu tempo fez parte da estratégia que induziu os

produtores a consumir os insumos modernos. São eles: conservação do solo, mecanização da lavoura, sementes selecionadas, fertilização do solo, crédito rural e preços mínimos.

Conservação do Solo

A agricultura praticada no Rio Grande do Sul pelos imigrantes e seus descendentes era semelhante e praticada na Europa. Por esta razão o solo foi perdendo sua fertilidade natural e ficando erodido, provocando o decréscimo no rendimento das plantações. Naquelas alturas a aplicação de fertilizantes químicos e de calcário foi se tornando inútil e trazendo grandes prejuízos para os produtores rurais.

Para dar um basta as constantes perdas surgiu como solução a construção de terraços, com a demarcação das curvas de nível. A prática foi aceita rapidamente entre os granjeiros do trigo, não tendo a mesma aceitação entre os agricultores tradicionais, até porque exigia altos investimentos.

Após 1965, programas oficiais (até então com poucos resultados, pois os agricultores não tinham recursos financeiros) contaram com o apoio das cooperativas para difundir a prática vigente de conservação do solo.

Na década de 70 a consciência ecológica de alguns agrônomos e o próprio movimento ecológico, que se expandia e ganhava adeptos, fizeram ver que a conservação de solo não se restringia a simples construções de terraços, porém englobava toda conduta do produtor. Era necessário levar em consideração a vocação do solo e tipo de clima, racionalizar o uso de máquinas agrícolas, impe

dir a compactação do solo e utilizar meios naturais para conservação do solo, como cobertura vegetal e rotação de culturas, entre outros.

Mecanização

A mecanização da lavoura ocorreu de forma bem rápida, graças a estratégia da indústria e seus revendedores, que além de se valerem da propaganda, vendiam seus produtos com financiamento a juros convidativos.

Na década de 70 a mecanização recebeu um impulso maior ainda, chegando ao exagero de haver 30% de capacidade ociosa, ou seja houve um excesso que contribuiu para elevar os custos de produção. Até a pecuária leiteira foi atingida pelos novos equipamentos.

A elevação dos custos de produção (máquinas, insumos, juros altos) e o baixo preço de produtos agrícolas atingiram especialmente os pequenos e médios produtores, que por sua vez não tinham mais condições de repor as máquinas. Como consequência várias empresas faliram, chegando a uma capacidade ociosa de 70% no ano de 1983.

No ano seguinte o setor foi reativado, pois grandes e médios proprietários precisaram repor máquinas e implementos.

Sementes Selecionadas

Para garantir a produção o governo passou a exigir que o produtor somente usasse sementes selecionadas que eram fornecidas pelos órgãos oficiais. Com a unificação de todos os órgãos

públicos que atuavam no setor, através da Comissão Estadual de Sementes de Trigo o governo passou a condicionar a obtenção de financiamento pelo Banco do Brasil ao uso de semente fiscalizada. Assim os agricultores deixaram de produzir sua semente, utilizando as sementes certificadas.

Com a crise econômica do início dos anos 70, o governo deixou de exigir o uso de sementes certificadas, no entanto o Banco do Brasil passou a requerer o documento comprobatório de teste de germinação em laboratório de sua confiança.

"Tal orientação tem por objetivo evitar que o agricultor venha a usar semente de qualidade inferior, comprometendo desde o início a produção e a produtividade, bem como servir de garantia para a obtenção do seguro agrícola - PROAGRO - em caso de frustração de safra. Por outro lado ocorre também a pressão do mercado, isto é, das firmas e produtores especializados de sementes, interessadas na colocação de maior quantidade possível do produto". (Brum, 1985)

Fertilização do Solo

A maior parte da área do Planalto Gaúcho é constituída de solos de elevada acidez e baixa fertilidade.

Para induzir os pequenos e médios produtores a ingressarem na modernização o governo brasileiro elaborou um projeto denominado "Operação Tatu" O projeto, desenvolvido em Santa Rosa (RS), dentro do convênio assinado pela Universidade de Wisconsin (EUA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o apoio da Secretaria da Agricultura do RS e do Ministério da Agricultura do Brasil, tinha por objetivo melhorar a fertilidade do solo. O tal convênio era consequência do acordo estabelecido entre MEC e A

gência Internacional de Desenvolvimento dos EUA e que tinha a inspiração e cooperação da Fundação Rockefeller.

Assim o consumo de fertilizantes, corretivos químicos e a grotóxicos cresceu assustadoramente. Com a crise econômica, agravada na década de 80, também houve redução no uso dos produtos químicos, afetando a produtividade das lavouras, pois as sementes selecionadas respondem muito bem quando são cercadas de todas as seguranças (adubos químicos e agrotóxicos).

Crédito Rural

O crédito rural foi favorecido por um fator fundamental para a modernização agrícola, pois todas as inovações propostas para serem adotadas exigiam financiamentos. Assim houve crédito para o trigo, para a soja, para a diversificação de culturas, atingindo pecuária e agricultura. Tudo isto, sem falar no crédito para a compra de máquinas, implementos, calcário, fertilizantes solúveis, sementes selecionadas, agrotóxicos, entre outros.

O agricultor, dependente do setor financeiro, sofreu todas as conseqüências da política econômica adotada pelo país, atendendo as determinações do Fundo Monetário Internacional - FMI, entre elas a eliminação quase total do crédito subsidiado.

Preços Mínimos

A política de preços mínimos também deveria ser um fator estimulante à adoção de moderna tecnologia, todavia os preços praticados pelo governo nunca atenderam as necessidades do produtor.

1.5.3 - Crítica à "Moderna" Agricultura

Reservamos este tópico do trabalho para a crítica à moderna agricultura. No entanto isto não quer dizer que as informações apresentadas no seu desenvolvimento até agora, não tenham trazido consigo a crítica a cada inovação proposta pelo modelo.

É necessário destacar que para justificar as transformações induzidas no processo de produção agropecuária e encontrar o apoio global das sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas foi se estruturando um aparato ideológico contendo como ponto central as afirmações de que "há fome no mundo" e "é necessário banir a fome do mundo". Para tanto toda inovação tecnológica deve ser bem vinda. Assim, também, toda sorte de programas, acordos, convênios, acertados entre países subdesenvolvidos e os desenvolvidos (especialmente os EUA) devem ser aceitos, não questionados e ter o apoio geral.

Da mesma forma, para a difusão da modernização agrícola foi necessário o envolvimento dos meios de comunicação de massa e especializados, o emprego de técnicas de difusão e a adesão dos engenheiros agrônomos e dos técnicos em agropecuária.

Conforme Lutzenberger (1981) foi imprimido no pensamento agrônômico nos últimos 40 anos o que se poderia denominar de paradigma "NPK * + veneno" que é fundamento básico de toda a agri

* N é o símbolo de nitrogênio, P de fósforo e K de potássio, que são os macronutrientes, que a industrialização por acidificação torna solúveis em água. São utilizados para nutrir a planta somente e não para melhorar a fertilidade do solo.

cultura industrial, que nunca poderia ser confundida com a técnica agrônômica. Ressalta que esse paradigma foi promovido tanto pela tecnocracia como pelos agentes dos governos, ou seja, pelo esquema oficial da pesquisa, fomento e extensão, com intensa participação dos meios de comunicação de massa. Para ele, o princípio básico desse modo de fazer agricultura consistia em afirmar que para produzir alimentos era necessário um grande investimento e aplicação de adubos solúveis, venenos, sementes selecionadas (de preferência as híbridas).

Pinheiro (1985) por sua vez, chama atenção para a estratégia adotada pela Fundação Rockefeller, que além de montar a rede de crédito e assistência rural, montou uma Rede Internacional de Centros de Pesquisa Agrícola, com os mesmos interesses. Não ficou aí.

"Era necessária, porém uma linguagem que permitisse uma maior e mais fácil penetração nas culturas do mundo. Essa linguagem chegou chamando a agricultura existente de agricultura de subsistência, e a deles de moderna. Naquela, o agricultor decide o que planta de acordo com suas conveniências, diversifica e integra com animais. Esse homem, "subsiste" na linguagem do atual modelo. O moderno usa intensamente o solo, com aplicações maciças de insumos e energia, para produzir o que dá mais lucro (ou o que tem mais crédito). O agricultor, travestido de produtor moderno, sairá de sua propriedade para fazer o "rancho" nos supermercados e lá se abastecerá de ovos, farinha de milho, queijo, etc. Isto é muito comum hoje, tanto no interior do RS como no interior da Amazônia". (Pinheiro, 1985)

Dentro da linguagem mista o mesmo autor cita as campanhas: "Contra a fome, fertilizantes que aumentam as colheitas"; "Contra a fome, os agrotóxicos, que aumentam as colheitas". Vai mais além, lembrando que a palavra "pesticida" foi transformada em

"defensivo".

Em entrevista concedida a nós, Sebastião Pinheiro explica que a palavra pesticida é um anglicanismo que para nós tem um sentido muito amplo. Lembra a visão bíblica de um dos cavaleiros do apocalipse: a peste, que significa epidemia, calamidade. Por ser uma palavra com um significado muito "**feio**" era necessário mudá-la. Assim, Jalmires Gomes, do Ministério da Agricultura, porém seguindo o caminho proposto pela indústria química, resolveu apresentar a expressão "**defensivo agrícola**", que por ser mais "**agradável**" e "**bonita**", foi bem aceita.

Conforme Pinheiro em outros idiomas ocorreu o mesmo, porque dentro da sociedade industrial as coisas feias têm que ter nome bonito.

O técnico ilustrou dizendo que os livros da Basf antes e logo após da Segunda Guerra Mundial continham a palavra "**pestizide**", que mais tarde foi substituída por "**Pflanzenschutzbehandlungsmittel**" (produtos para proteção de plantas).

É o mesmo autor, ainda, que resgata a origem dos venenos utilizados na agricultura. "Após a Primeira Guerra Mundial, procurou-se uma aplicação civil para os gases venenosos, já que as armas bélicas são, para a frustração de seus criadores depositados, armazenados, e não usadas, às vezes sendo ultrapassados. Descobriu-se que eles controlavam insetos, seres vivos, esses que muitas vezes são pragas da agricultura, e criou-se o mercado alternativo para essas armas bélicas". (Pinheiro, 1985)

Outro aspecto levantado por Pinheiro diz respeito aos pro

cedimentos adotados pelos norte-americanos, europeus e japoneses para implantar o paradigma agropecuário: além da propaganda ma ciça, eram proporcionadas visitas e cursos para os funcionários públicos, cientistas, professores universitários. Este programa foi denominado no Brasil de Ponto Quatro. Através dele os técni cos aprenderam tudo sobre as técnicas ditas modernas, entre elas avicultura de gaiola, fertilizantes e sementes.

Com base na bibliografia e nos fatos é possível concluirmos que técnicos, produtores, autoridades e população foram aos poucos preparados para que se instalasse no país o sistema da mono cultura, meta principal da "revolução verde". Tais "monocultu ras por serem sistemas ecológicos muito simplificados, são bas tante instáveis, favorecendo o estabelecimento, a multiplicação e a propagação de pragas, doenças e ervas invasoras" (Pascoal, 1983). São, portanto, altamente dependentes de insumos e, assim como podem proporcionar grandes lucros repentinos, podem levar ao empobrecimento imediato e à destruição da vida a longo pra zo.

A situação criada para o País, provocou maior atuação dos grupos ecológicos, que promoviam passeatas, debates e faziam gra ves denúncias ao modelo agrícola. A essas vozes uniram-se a dos profissionais das áreas de saúde e agricultura. O trecho, a se guir, sintetiza o pensamento de Adilson Pascoal, professor da ESALQ/USP, que como outros que aparecem no decorrer deste traba lho, apresenta informações mostrando a falácia da agricultura proposta:

"A agricultura industrial, que inclusive propu

nha resolver o problema da fome no mundo, através da "revolução verde" no trópico faminto e subnutrido, tem falhado no seu propósito, pois os alimentos que ela produz são cada vez mais caros e, portanto, inacessíveis à fração da população humana mais carente e que precisa de alimentos mais baratos para sobreviver e viver bem; também, agora, com a crise do petróleo e com o crescimento exponencial incontido da população humana, os alimentos deverão ser cada vez mais escassos. Mas não são apenas problemas econômicos que selam o destino da agricultura industrial; há também os de ordem ecológica e social. Basta lembrar, a destruição e a inoperância dessa agricultura na Amazônia Brasileira e a ameaça constante que ela representa para a última grande reserva, que é o Pantanal Matogrossense; a desertificação de inúmeras áreas de trigo, soja e café do Paraná e do Rio Grande do Sul, antes férteis e prósperas; a poluição por agrotóxicos e fertilizantes inorgânicos em toda a região Sudeste e Sul do Brasil e nas fronteiras novas de agricultura; e por fim, os problemas sociais do êxodo rural, dos "bóias-frias", dos posseiros e da miséria do pequeno agricultor". (Pascoal, 1983)

Os agrotóxicos foram, sem dúvida, os que provocaram os piores danos, pois deixaram um rastro de mortes (pessoas e animais), de doentes, sem contar os bebês nascidos sem cérebro ou com o coração para fora do peito, os mongolóides e a herança para as futuras gerações.

Na medida em que esses fatos passavam para o domínio público as multinacionais dos agrotóxicos contra-atacavam com campanhas "educativas" e com propaganda.

Assim, no início de 1983, a indústria química desencadeou uma gigantesca campanha publicitária com o objetivo de recuperar a imagem dos agrotóxicos, abalado pelas sistemáticas denúncias de contaminação dos rios e alimentos, intoxicações e mortes de agricultores. A campanha tinha como ponto central a tese do "uso

adequado" dos agrotóxicos. Os agrotóxicos somente poderiam causar dano ao ambiente e à saúde humana se fossem incorretamente utilizados. Eventuais **"acidentes"** seriam de estrita responsabilidade do agricultor ou da dona de casa que os aplicava, de modo que a indústria estava a salvo de qualquer constrangimento moral ou legal (...). Para agilizar a campanha a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas criou um boletim informativo intitulado Defesa Vegetal gratuitamente distribuído, através do qual vem fazendo sistemáticos ataques as leis estaduais e aos ecologistas". (Ferrari, 1985)

Entre as acusações afirmava que as leis estaduais (de agrotóxicos) são incoerentes, uma vez que existe uma legislação federal, o que cria grandes problemas para a indústria química e ameaça a produção de alimentos. Por outro lado, dizia que as legislações foram elaboradas por grupos organizados distantes da realidade agrícola do país, o que não é verdade, pois todas as leis foram encabeçadas pela Associação de Engenheiros Agrônomos dos Estados e pela Federação de Engenheiros Agrônomos do Brasil.

Destacamos que as informações contidas até aqui neste tópico constituem a base a partir da qual pretendemos dar continuidade ao nosso raciocínio.

Ora, iniciamos verificando que a necessidade de uma agricultura dita moderna para produzir alimentos para banir a fome do mundo é questionável uma vez que a produção de alimentos sempre foi relegada a um segundo plano neste país. Apesar da modernização na agricultura ter sido instalada sob o slogan **"precisamos banir a fome do mundo"**, "os chamados produtos de exportação

sempre foram privilegiados, em termos de crédito, pesquisa e de de mais políticas governamentais de incentivo, além do que histori camente, os produtos vinculados ao mercado externo sempre apre sentaram melhor condição de rentabilidade". (Graziano Neto, 1982)

Na verdade, o que observamos é que a produção de alimentos tem sido prejudicado no Brasil, entre outros fatores, pela con centração da posse da terra, visto que são os grandes proprietá rios que tem condição de se vincular ao mercado internacional, plantando a cultura de exportação. Desde os tempos coloniais a produção de alimentos tem sido garantida pelos pequenos agricul tores. Com a gigantesca dívida externa, nos tempos atuais, o Go verno tem estimulado as exportações de produtos agrícolas, para pagar os compromissos assumidos.

Verificamos que a "cada sítio incorporado pelos usineiros nas regiões de expansão da monocultura açucareira significa um decréscimo na produção de arroz, feijão, mandioca, leite e outros alimentos. De forma semelhante, a expropriação dos posseiros e demais pequenos produtores nas regiões de desbravamento recente significa a substituição de uma importante agricultura de sub sistência por quando muito, algumas cabeças de gado". (Graziano Neto, 1982)

Entre os fatores que dificultam a produção de alimentos es tão os incentivos governamentais para os gêneros de exportação, exceção feita ao trigo, que não era um alimento arraigado aos hábitos alimentares do brasileiro. Foi substituindo de tal forma a mandioca e o milho que o pão feito com farinhas destes produ tos quase desapareceu das padarias.

Além das culturas de exportação a produção de alimentos sofre a concorrência das culturas energéticas, como a cana-de-açúcar, estimulada pelo PROÁLCOOL para a produção de álcool carburante.

A tabela a seguir (pág. 43) mostra a produção de alguns produtos selecionados por Graziano Neto (1982).

É importante salientar que, como outros países do Terceiro Mundo, o Brasil chegou ao ponto de importar feijão, arroz, alho, milho, carne e outros produtos de alimentação, enquanto estimulava as culturas de exportação. E hoje para o desencanto de milhões de brasileiros, que ainda tem condições de vez que outra comer carne, o país importa 100 mil toneladas de carne da União Soviética contaminada com césio-137, proveniente do acidente nuclear da usina de Chernobyl.

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS
SELECIONADOS NO BRASIL, PERÍODOS 1947/67 e 1967/79

P R O D U T O S	P E R Í O D O S	
	1947/67	1967/79
DOMÉSTICOS		
Arroz	5,96	1,94
Batata	4,39	2,96
Feijão	4,05	- 1,26 *
Mandioca	4,80	- 1,51 *
Milho	4,74	2,50
Média	4,79	0,93
EXPORTÁVEIS		
Algodão	3,79	- 2,18
Cacau	1,79	3,99
Café	4,12	- 1,56 *
Cana	5,82	5,57
Laranja	4,60	14,88
Soja (1)	14,33	27,38
Média	5,73	8,01

Fonte: Agroanalysis, Rio de Janeiro, v.5, nº 2, fev. 1981.

Notas: (1) Para a soja o período considerado foi 1951/67.

* Não significativo a 5%

Conforme Lima Sobrinho (1981) "a solução do problema de fome não deriva de uma melhor distribuição de produtos alimentares. A solução passaria antes por uma redistribuição das possibilidades de acesso aos meios de produção".

Podemos, a partir desta afirmação, compreender, também por que não é feita uma reforma agrária no País.

Com o tempo as peças do quebra-cabeça foram encontrando sua correspondente, até que um belo dia, em 1974, quando vigorava há anos a política de rédeas curtas, já mencionada neste trabalho, Earl Kutz, Secretário da Agricultura do governo Ford declarava: "os produtores alimentares constituem uma arma. Eles constituem um dos principais elementos de nossa panóplia de negociações". Da mesma forma, "um relatório da C.I.A sublinhava que o excedente alimentar dos E.U.A representava um poder de vida ou morte sobre o destino de milhões de deserdados". (Lima Sobrinho, 1981)

"A produção e comercialização de cereais representam apenas um dos aspectos da 'Food Diplomacy' (certamente o mais importante) que pode afetar a situação alimentar do Terceiro Mundo" (Lima Sobrinho, 1981). Isto porque detêm o domínio na produção de máquinas, adubos, pesticidas, sementes, assim como o comércio, transformação e distribuição dos alimentos.

Também como já mencionamos, o poderio norte-americano foi ao extremo, a ponto do país aplicar a chantagem alimentar contra a U.R.S.S., sendo mal sucedido, no entanto.

Porém a "iniciativa americana teve o mérito de deixar apre

ensivos os países pobres, que freqüentemente já estão com problemas de subalimentação ou de fome. Para eles, uma interrupção de seus abastecimentos em cereais provocaria uma catástrofe econômica. Nesta situação não teriam outra saída que não fosse a de ceder ao ultimato que lhes fosse dirigido". (1)

Pelo exposto até agora concluimos que, mesmo falacioso, o slogan: "precisamos produzir alimentos para banir a fome do mundo" foi o carro-chefe das campanhas para o emprego de agrotóxicos, fertilizantes solúveis, sementes selecionadas, além da mecanização da lavoura.

Quanto aos agrotóxicos a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas - ANDEF, afirmava que mais de 30% da produção nacional são perdidas por ação de pragas e doenças. A mesma cifra é apresentada pela Associação Internacional de Indústrias Agroquímicas com relação a produção mundial, concluindo que a solução seria a África quintuplicar o uso dos venenos para se proteger do fantasma da fome.

No entanto, voltando ao Brasil, os dados comprovam que em 1942, quando se aplicava pouco veneno, as perdas estavam em torno de 11%. Porém, em 1974, mesmo com as maciças aplicações de veneno em todo o mundo, a agricultura perdia aproximadamente 12%. Não são contados, infelizmente, os definitivos exterminios de várias espécies pelo uso destes produtos. O falcão peregrino é um exemplo, cuja extinção, em 1981, em terras brasilei

(1) Revista "Demain l'Afrique, 28/01/80.

ras, teve como responsáveis os inseticidas organoclorados.

Por outro lado,

"a literatura entomológica dos países tropicais é farta de exemplos mostrando aparecimentos de novas pragas, pelo uso de agrotóxicos (...) Destã forma, de 1958 a 1976, 400 novas pragas apareceram, numa proporção de 22 espécies por ano (...) É bem provável que grande número destas 400 novas espécies de pragas tenham sido desencadeado pelos agrotóxicos, principalmente por causa do uso generalizado de clorados persistentes nas lavou ras brasileiras, nas décadas de 60 e 70". (Pascó al, (b) 1983).

Os dados nos mostram que no Brasil, em 1964, as importações e a produção interna de pesticidas eram de 16 mil toneladas. Pas sados 10 anos a quantidade foi para 101 mil toneladas, dando ao País o prêmio de terceiro maior consumidor mundial de agrotóxi cos. Este aumento foi auxiliado pelo I Plano Nacional de Desenvol vimento (1972 - 74) que preconizava o aumento de produtividade agrícola através do maior uso dos insumos modernos. Nessa época o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, embutido no II Plano Nacional de Desenvolvimento, projetou para 1980 um aumento para 230 mil toneladas. Graças à conscientização dos agricultores e da comunidade, provavelmente, houve um decréscimo para 80 mil tone ladas.

Poderíamos fazer aqui uma listagem de todos os casos regis trados de danos seguidos ou não de mortes de seres humanos, mas o espaço e o objetivo do presente trabalho nos obrigam a sermos mais concisas. Citaremos apenas alguns resultados de pesquisas e casos de acidentes.

Informações da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do

Paraná revelam que naquele Estado, no ano de 1983, 1.800 pessoas foram envenenadas por agrotóxicos das quais 26 faleceram, ficando muitas outras cegas e paralíticas. (Bontempo, 1985)

Pesquisa realizada pela Universidade Estadual de Campinas/SP entre 2.000 lavradores demonstra que 1 entre cada 6 trabalhadores estava intoxicado por biocidas. (Bontempo, 1985)

Em 1984 a Agromax - subempreiteira da Eletronorte - utilizou o desfolhante Agente Laranja (utilizado pelos americanos na guerra do Vietnã), também conhecido como Tordon 151 e 155, para matar duas mil castanheiras com a finalidade de desmatar as trilhas sob as linhas de alta tensão da represa de Tucuruí, no Estado do Pará. Como resultado ocorreram (casos registrados) 50 mortes de pessoas, doze abortos e desaparecimento das criações de gado e animais domésticos no município de Moju e no povoado de Tailândia, perto de Belém.

"Na mesma região estavam espalhados 46 tambores de poderoso pó-da-china, abandonados pelos trabalhadores da CAPEMI quando a empresa decretou falência, e que ameaçavam explodir com o inundamento - provocando um acidente ecológico sem precedentes na história. Alguns destes tambores, mais tarde, foram encontrados. Mas não se sabe se existe mais veneno espalhado pela região. Só o tempo dirá". (San Martin, 1985)

Também em 1984 na região do município de Felz - RS foi constatado que 80% da plantação de morangos estava contaminada em diversos graus por fungicidas ditiocarbomatos, cujos resíduos transformam-se pela ação do calor, por ocasião do cozimento, em substâncias comprovadamente cancerígenas, o E.T.U. (etileno-tiouréia) e o P.T.U. (propileno-tiouréia). "Estudos recentes realizados

no exterior comprovam que a massa de tomate, compotas e conservas apresentam resíduos de E.T.U. e P.T.U em quantidades alarmantes". (...) "Além disso, os ditiocarbomatos são irritantes das mucosas, causando faringite, renite, laringite, traqueobronquite e conjutivite. Em contato prolongado com a pele podem causar dermatite. Em caso de ingestão causam irritação da mucosa gástrica, com ar epigástrico, náuseas e vômitos". (Valls, 1985)

Se o indivíduo intoxicado com estes resíduos ingerir bebida alcóolica, terá "dor de cabeça violenta com vertigens, excitação e angústia, congestão da pele e mucosas, náuseas e vômitos, opressão toráxica, dispnéia, palpitação e distúrbios psíquicos. Pode ocorrer uma brusca queda de pressão arterial, com colapso e risco de vida". (Valls, 1985)

Outro fato que merece destaque é que o emprego de tais agrotóxicos aumenta a "incidência e a extensão dos ataques de Botrytis (podridão cinza), nos hortifrutigranjeiros, havendo, então, uma necessidade de utilizar outros venenos na lavoura para eliminar o problema criado pela utilização dos ditiocarbomatos, o que implica em maior custo e contaminação". (Valls, 1985)

Em 1985 no município de Salvador do Sul - RS, 29 mil galinhas foram mortas e 400 mil ovos quebrados por estarem contaminados com o inseticidas organoclorado Aldrin, proveniente da milho criminosamente comercializado pela Pioneer, empresa de sementes norte-americana.

Devido periódicas secas do Rio Grande do Sul

a mencionada empresa teve dificuldades para comercializar a semente de milho híbrido (que é tratada com fungicida e Aldrin), ficando com grande estoque. Depois de algum tempo a semente perdeu seu poder germinativo, não podendo, então, ser vendida para o plantio. Como a empresa não queria ter prejuízo vendeu as 450 mil toneladas de semente a um técnico agrícola para que ele as vendesse em pequenas porções para serem misturadas em fábricas de ração. Assim as sementes foram vendidas a um aviário e alguns moinhos. A pessoa encarregada do aviário não seguiu as recomendações de diluir um saco de semente contaminada para 10 de semente não contaminada, matando 7 mil galinhas de uma vez. Além disso, esta pessoa teve o descolamento de retina e fígado inchado por alimentar-se com os ovos produzidos no aviário.

"Segundo a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro, mais de 90 por cento das 120.000 toneladas mensais de hortigranjeiros fluminenses apresentam médias de agrotóxicos em quantidades variáveis. Como não existe controle de qualidade, o grau de contaminação não é conhecido". (Bontempo, 1985)

"Em Porto Alegre, só na década de 70, aumentaram em 300 por cento os casos de crianças nascidas sem cérebro segundo a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente/RS". (Bontempo, 1985)

Análises realizadas semanalmente pelo Instituto Biológico de São Paulo em verduras, legumes e frutos comercializados na CEAGESP, em 1979, "indicavam que 10% das hortaliças continham resíduos de pesticidas proibidos, o mesmo ocorrendo com 13,5% das frutas. Os relatórios de 1982 não foram divulgados, mas sabe-se que as verduras com pesticidas passaram de 7,5 em 1981 para 9,6% em 1982". (Bontempo, 1985)

Como se não bastasse tais informações, lembramos que em 1971 no Iraque, 6 mil pessoas morreram e outras 100 mil ficaram gravemente enfermas por terem ingerido sementes contaminadas com mercúrio. Já em 1976, no Paquistão, 7 mil pessoas que trabalham no controle da malária foram envenenadas com malation.

Segundo a Organização Mundial de Saúde a cada dia morrem 16 pessoas no Terceiro Mundo intoxicadas por agrotóxicos. "No Brasil não existem dados, com abrangência nacional, e em muitos estados não há nenhuma espécie de registro. De modo que não existem estatísticas disponíveis sobre o número de mortes e intoxicações. No Panamá registrou-se a morte de 57 pessoas no ano agrícola 1983/84 e 1984 intoxicações". (...)

"No Rio Grande do Sul, as estatísticas do Centro de Informações Toxicológicas (CIT), da Secretaria da Saúde, Meio Ambiente, apontam 17 óbitos e 196 internações em 1984. Os dados ficam aquém da realidade porque as intoxicações e mortes devem ser informadas ao CIT, isto é, o registro depende da comunicação dos médicos, hospitais ou Postos de Saúde. Afora isso, no momento da indicação da causa mortis nos atestados de óbito tem sido comum a anotação do distúrbio provocado pelo agrotóxico, sem referência direta à causa do mesmo. Isso foi reconhecido pelo Sindicato médico do Rio Grande do Sul". (Ferrari, 1985)

Mesmo assim existem cerca de 70 mil produtos em todo o mundo, tendo de 1970 para 1978 quadruplicado as vendas mundiais e quintuplicado as exportações dos países ricos para países pobres. "Enquanto isso, segundo a ONU, no Terceiro Mundo morre uma pessoa a cada minuto vítima de intoxicação por agrotóxicos. Não dando importância para tais fatos o presidente Reagan, dos EUA, aboliu uma lei instituída durante o governo Carter que obrigava as campanhias americanas exportadoras a declararem nos produtos todos

os prováveis perigos dos mesmos (...). Para ele, tais restrições colocariam as companhias norte-americanas em desvantagem competitiva". (Bontempo, 1985)

No entanto a consciência do perigo dos venenos fez alguns países proibirem internamente o uso de certos produtos por eles fabricados para proteger a saúde de sua população. A Alemanha Federal, por exemplo, é o terceiro exportador mundial de pesticidas, permitindo que sejam comercializados em seu território somente cerca de 350 dos mais de 2 mil tipos de agrotóxicos lá produzidos.

Os EUA, por sua vez proibiu o Temik, por poluir gravemente os rios e após suspeitar que seja cancerígeno. Proibiu, também o DDT em 1973, quando mesmo já havia sido proibido na Suécia em 1969. Entretanto tais produtos são comercializados no Brasil.

Outro episódio que alarmou a todos e que se constituiu num marco histórico para a legislação dos pesticidas no Brasil foi a contaminação das águas do Guaíba, em Porto Alegre, por resíduos de Heptacloro e Endosulfan, dois inseticidas da família dos organoclorados usados nas lavouras extensivas. A contaminação foi constatada por técnicos do Departamento Municipal de Águas e Esgotos e amplamente noticiada pela imprensa em maio de 1982. Então, com o objetivo de traçar uma linha de ação, face à ameaça que representava a contaminação das águas que abastecem a cidade várias entidades representativas da população estabeleceram como fórum a Comissão de Direitos Humanos, órgãos da Assembleia Legislativa do Estado, onde passaram a reunir-se periodicamente. "O movimento decidiu adotar, inicialmente, duas provi

dências: a) reivindicar do Governo do Estado a proibição da comercialização e uso, no território estadual, dos compostos organoclorados, com excessão do produto Dodecacloro (Mirex), para uso específico no combate à formiga cortadeira, enquanto não houvesse sucedâneo não-clorado ao processo alternativo de controle (...); b) solicitar à Secretaria da Saúde e Meio Ambiente a realização de estudos sobre a problemática dos efeitos toxicológicos dos organoclorados, uma vez que não se dispunha de informações consistentes sobre o assunto". (Ferrari, 1985)

A luta traçada pela comunidade foi tão severa que em agosto o governador assinou dois Decretos-Lei, um proibindo o uso dos organoclorados e o outro tornando obrigatório o uso do Receituário Agrônômico para a compra de agrotóxicos.

Entre um decreto e outro surge uma Portaria do Secretário da Saúde e Meio Ambiente, proibindo o uso de agrotóxicos contendo os princípios ativos: Aldrin, BHC, DDT, Endosulfan, Endrin, Heptacloro, Lindane, Methoxichlor, Nonacloro, Pentaclorofenol, Camphechlor (Toxaphene), Deflubenzuron, Chlorobenzilate, Chlorfensulphide, Dicofol, Tetradifon, Chlorobicielen, DFDT, Telodrin, Isodrin, Paradiclorobenzeno, Perthane, Prolan, Strobone, DDD, Aramite, Chloropropilate, Diclofuanida, Tetrasul e DPCM (oxitane) e Dieldrin.

Todavia tais medidas não satisfaziam; os abusos cometidos pelas empresas fabricantes de agrotóxicos e pelo comércio exigiam um instrumento legal mais amplo, que inclusive impedisse o comércio de agrotóxicos proibidos em seus países de origem.

Concluído, o Projeto de Lei dos Agrotóxicos foi submetido ao governador do Estado, José Augusto Amaral de Souza, tendo cinco tópicos muito importantes vetados pelo mesmo. Contudo, a Assembleia Legislativa rejeitou os vetos do governador no dia 14 de abril de 1983.

Esta lei foi o ponto de partida para outros Estados, como Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Pernambuco, entre outros, elaborarem as suas.

Infelizmente a história não terminou aí. No dia 15 de março de 1983, a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas iniciava um longo processo judicial arguindo, junto ao Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade da lei. Em setembro, as indústrias químicas (1) impetraram Mandado de Segurança contra a Lei dos Agrotóxicos junto à vara da Fazenda Estadual, uma vez que teriam de cumpri-la até a decisão final do Supremo Tribunal Federal.

(1) Indústria Ipiranga Sipcarn Defensivos Agrícolas S/A e, depois as litisconsortes ativas ICI Brasil S/A, Ind. Monsanto S/A, Stauffer Produtos Químicos Ltda, Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S/A, Hokko do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda., Union Carbide do Brasil Ltda., Du Pont do Brasil S/A, Herbitécnica Defensivos Agrícolas Ltda., Bayer do Brasil S/A, Ciba Geigy Química S/A., Sandoz S/A., CNDA - Companhia Nacional de Defensivos Agrícolas, Iharabras S/A Indústria Químicas, Uniroyal do Brasil S/A Indústrias Químicas, Merck Sharp & Dohme Aghert Ltda., Rohm and Haas S/A Química e Têxtil Basf Brasileira S/A, Cyanamid Química do Brasil Ltda, Rhodia S/A, Pfeizer S/A, Dow Química S/A, Shell Química S/A, Abbot Laboratórios do Brasil Ltda, Nortox Agro Química S/A, Fersol Indústria e Comércio Ltda e Sintesul Síntese de Defensivos Químicos do Sul Ltda.

Conforme o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro (2) a Lei Estadual dos Agrotóxicos foi amputada em várias partes e hoje pode se dizer que ela é inoperante e também não existe a nível estadual interesse de aplicá-la.

Durante o governo de João Figueiredo, quando Nestor Jost era Ministro da Agricultura, foi nomeada uma comissão para elaborar o Projeto de Lei Federal dos Agrotóxicos. Como resultado, surgiu um Projeto que atendia aos interesses das indústrias químicas. Para impedir sua aprovação pelo Congresso, a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil - FAEAB, articulou-se e conseguiu que um deputado solicitasse ao presidente do congresso a verificação do "quorum" no momento de votação.

Não havendo número suficiente o Projeto não foi lido.

Ao assumir o governo, em 1985, o presidente José Sarney, atendendo a uma promessa de Tancredo Neves, retirou o Projeto de Lei do Congresso e nomeou uma comissão para elaborar novo texto. A comissão era integrada, também, por membros de entidades ecológicas e como resultado saiu uma lei perfeita, como explicou Sebastião Pinheiro. O então Ministro da Agricultura, Pedro Simon, antes de deixar o ministério entregou o Projeto ao presidente Sarney. Ao passar pelas mãos de Marcos Maciel, este o remeteu a Simon, alegando que continha erros e que era necessário

(2) O engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro foi entrevistado pela autora deste trabalho no dia 16 de fevereiro de 1988, por ser uma autoridade no assunto e ter participado da elaboração do Projeto de Lei Federal dos Agrotóxicos. Atuou ainda, como Técnico do Ministério da Agricultura nas investigações ocorridas em Tucuruí, quando ocorreram os envenenamentos por "ágentes laranja" e também nos casos dos moranguinhos e frangos - contaminados com agrotóxicos, no Rio Grande do Sul.

corrigí-los. Simon informou que a Comissão constituída pelo presidente, através de decreto, havia se auto-extinguido após a conclusão do trabalho e que ele não tinha o poder de alterar o texto.

Ao assumir o Ministério da Agricultura, Iris Resende declarou que mandaria um técnico fazer as devidas correções. Por esta razão a FAEAB dirigiu-se ao Ministro afirmando que se alguém alterasse o texto, ela também exigiria o direito de averiguá-lo. Desta forma, Iris Resende desistiu de fazer as "correções", mas como destacou Sebastião Pinheiro, não se falou mais no assunto e até o momento não temos uma Lei dos Agrotóxicos.

É necessário registrar que a falta de uma lei até agora é devida a grande pressão das indústrias de agrotóxicos que conseguem influenciar as atitudes de políticos, ministros e de técnicos do governo.

Para encerrar a crítica aos agrotóxicos apresentamos, a seguir, uma relação dos efeitos que eles provocam no homem como exemplos dos agentes causadores, conforme o Doutor Waldemar Ferreira de Almeida (Ferrari, 1985).

- 1 - **Lesões Hepáticas:** Inseticidas organoclorados (ex. Aldrin);
- 2 - **Lesões Renais:** Inseticidas organoclorados e fungicidas mercuriais (ex. Neantina);
- 3 - **Diminuição da colinesterase cerebral:** Inseticida carbamato (ex. Baygon);
- 4 - **Neurite Periférica:** Herbicidas 2,4-D (ex. Agente Laranja) e 2,4, 5-T (ex. Fenoxacético); alguns inseticidas organofosforados (ex. Malation e Rodiatox);
- 5 - **Ação neurotóxica retardada:** Inseticida organofosforado; desfolhantes;

- 6 - Atrofia testicular: Tridemorfo, Calixin;
- 7 - Esterilidade masculina: DBCP (Nemagon);
- 8 - Hiperglicemia (diabetes transitórias): herbicidas 2,4-D e 2,4,5-T;
- 9 - Hipertermia: DinitroFenois e Pentaclorofenol (utilizado no Jimo cupim);
- 10 - Fibrose pulmonar irreversível: herbicida Paraquat;
- 11 - Diminuição das defesas orgânicas (abaixamento do teor de an ticorpos): Fungicidas Trifenil - Estânicos (ex. Duter e Bres tan);
- 12 - Teratogênese: 2,4,5-T (ex. Dioxina TCDD), Paration Metélico;
- 13 - **Mutagênese**: Dimetil Sulfato de Paraquat (ex. Paracol);
- 14 - **Carcinogênese**: quase todos os agrotóxicos;
- 15 - Irritação na garganta e alteração no sistema nervoso central: Piretróides (ex. Protector).

Com relação aos fertilizantes solúveis podemos dizer que em bora sua utilização aparentemente pudesse "facilitar" a vida do agricultor, trouxe na realidade sérios problemas.

A tecnologia para solubilização dos fertilizantes é impor tada e o Brasil paga "Royalts" para seu uso. Além disso há um gasto de energia muito grande para a sua produção.

Por outro lado "as águas do subsolo, dos lençóis freáticos, estão sendo poluídas por resíduos de adubos nitrogenados e fos forados inorgânicos. A elevação dos teores de nitratos e fosfa tos nas águas e lagos provoca o fenômeno de eutroficação, que é a multiplicação espantosa de algas que, ao morrerem, comprome

tem o oxigênio livre na água devido à decomposição bacteriana, afetando a vida aquática". (Graziano, 1985)

Entre outros problemas os nitratos formados a partir dos a dubos nitrogenados minerais provocam sérios danos à saúde humana. De acordo com Pinheiro (1985) "este nitrato ingerido passa à corrente sanguínea podendo, então reduzir-se a nitritos. E stes sim, são venenosos, muito mais que os nitratos. Tornam-se mais perigosos se combinados com aminas, formando as nitrosaminas, substâncias cancerígenas. Tal reação pode realizar-se especialmente no meio ácido do suco gástrico, onde nitritos podem encontrar-se com as aminas dos alimentos, medicamentos, ou resíduos de agrotóxicos".

Pesquisas comprovam que as nitrosaminas provocam câncer não só nos animais testados como também aos seus descendentes.

A questão da mecanização da agricultura vai além dos problemas já apontados. Conforme pesquisas, a mecanização, assim como os herbicidas, é responsável pela liberação de mão-de-obra rural, contribuindo para o aumento do número de trabalhadores volantes.

Outro problema decorre do uso inadequado, ou seja, o emprego da mecanização sem levar em conta a aptidão do solo, o que gera a compactação. De acordo com o engenheiro agrônomo Antônio Carlos Tubino (1), do Departamento de Recursos Naturais Renová

(1) O Engenheiro Agrônomo Antônio Carlos Tubino, especialista em solos do Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura e Abastecimento/RS, foi entrevistado pela autora desta dissertação no dia 02/03/88 em Porto Alegre / RS.

veis da Secretaria da Agricultura e Abastecimento/RS, cada solo tem um tipo de estrutura e textura, no entanto quando as indústrias lançam no mercado qualquer espécie de implemento agrícola, a preocupação existente é relativa a sua eficiência mecânica, resistência à ferrugem e ao atrito. Para o técnico não existe qualquer cuidado ou orientação a respeito da adequação do tamanho da máquina ao tipo de solo, nem uma cobrança por parte dos agricultores e órgãos governamentais.

Nola (1982) também afirma que "a compactação, pelas máquinas e implementos agrícolas é um problema que traz sérias consequências ao solo". Esclarece que "esta compactação é, principalmente exercida: a) através das rodas das máquinas que vão comprimindo a "esponja" e auxiliando, assim, a destruir a estrutura; b) pela ação compactadora que têm os discos de arados e grades". Observa ainda o técnico que com os cultivos subsequentes os solos vão ficando cada vez mais compactados. "Estas compactação (tanto na superfície como no interior) são tanto maiores quanto mais úmido for o solo no momento do cultivo.

Outro aspecto negativo é que a mobilização excessiva do solo, com emprego das máquinas, implementos, podem alterar, sua estrutura biológica, uma vez que favorece a decomposição da matéria orgânica (que deveria ser repostas), pulverizando-o. Então, este solo composto de partículas muito pequenas é facilmente carregado pela água da chuva, sendo arrastado para os rios, barragens, etc.

O principal insumo para a agricultura é a semente. Desde os primórdios da humanidade o homem plantava somente as melho

res sementes e aquelas que produziam os frutos que eram do seu agrado. Como diz Sebastião Pinheiro (1) "era um melhoramento em pírico. Quando, através de Mendel o homem passa a conhecer as leis da genética, começa a fazer cruzamentos mais acelerados. E, na medida em que as técnicas de cruzamentos vão avançando, surge a hibridação tanto no vegetal como no animal. Descobre-se o vigor híbrido que é a qualidade de ser mais forte, mais resistente, maior. Além desta tecnologia já ser um modo de dominação, passam a ser produzidas sementes que respondam mais a adubos so lúveis, ou que necessitam do uso de certos agrotóxicos, pois não apresentarão resistência a doenças. Atualmente as variedades pais de trigo, feijão ou de amendoim, por exemplo, estão armazenadas em bancos genéticos na mão de um número reduzido de multinacionais. O mesmo ocorre com animais, e os frangos constituem um exemplo. O que se constata é que as sementes, hoje estão nas mãos de empresas fabricantes de pesticidas e adubos, as quais pertencem as grandes centrais de distribuição de energia do mundo - que são as empresas de petróleo - que por sua vez pertencem a rede de bancos mundiais. Resumindo: existe um único dono - o sistema financeiro.

Além disso, para garantir a lucratividade das empresas fabricantes, pode ocorrer até a alteração de normas. Outro aspecto é que variedades desenvolvidas por órgãos públicos de pesquisa podem sofrer questionamento unicamente por concorrerem com os particulares, isto por que estes contam com uma boa publicidade

(1) O Engenheiro Agrônomo Sebastião Pinheiro, técnico do Ministério da Agricultura em Porto Alegre, foi entrevistado pela autora desta dissertação no dia 16/02/88, em Porto Alegre/RS.

de.

De acordo com Mooney (1987) o Terceiro Mundo é especialmente vulnerável do ponto de vista legal. Na verdade, as companhias podem reclamar "direitos" da patente por variedades que são "tradicionais" nos países em desenvolvimento e mantê-los para seus próprios propósitos de mercado, ou para manter o germoplasma fora do alcance dos concorrentes.

Para o mesmo autor as "multinacionais agroindustriais e a groquímicas podem ser mais orientadas para a lucratividade do 'produto final' no mercado e menos interessadas com a lucratividade do agricultor ou com as qualidades genéticas que contribuam para uma colheita garantida". (Mooney, 1987)

Outro problema é a tendência no desenvolvimento de sementes que vão gerar um produto uniforme, muito mais para atender exigências dos processadores do que dos consumidores. Mooney cita diversos cruzamentos tendo em vista a criação de um produto mais pesado ou mais bonito, sem no entanto, melhorar suas qualidades nutricionais, porém, às vezes, até diminuindo teores de proteína.

Os híbridos também têm sido o centro de muitas discussões. "Em seu lado positivo, os híbridos podem oferecer um aumento rápido de 'vigor', de real valor para os agricultores. Pelo lado negativo, os híbridos não são fiéis, à sua linhagem, produzindo sementes inúteis ou estéreis. Os agricultores também não podem guardar sementes para o ano seguinte e precisam retornar ao mercado. O crescente custo das sementes, a que estão expostos os

agricultores, presumivelmente seria anulado pelo aumento da produtividade". (Mooney, 1987)

Alguns cientistas acreditam que o principal benefício do milho híbrido tem sido o controle de mercado pelas companhias de sementes. No Brasil existem atualmente diversas empresas nacionais e multinacionais comercializando milho híbrido.

Como fator preocupante está, também o melhoramento de variedade objetivando o uso de produtos químicos. Tal possibilidade deve ter ocorrido à multinacionais agroquímicas, que estão comprando indústrias de sementes. "De acordo com Whiteside, os melhoristas de tomates da Universidade da Flórida, encorajados pela indústria, modificaram seus programas para produzir um tomate que amadurecesse somente quando pulverizado. Sem dúvida, a Amchem Products Inc. (agora Union Carbide) ficará eternamente agradecida quando isso ocorrer. No entanto, os consumidores poderiam se tornar muito sensíveis quanto a essa conexão química, e a indústria sabe muito bem disso. De acordo com um industrial 'Não gostamos de usar a palavra gasear em relação aos tomates: gostamos de nos referir ao processo como desverdeamento" (Mooney, 1987).

Informações revelam, ainda, que indústrias agroquímicas e farmacêuticas do Primeiro Mundo estão agindo de forma bastante agressiva para alcançar o controle de variedade nos principais mercados.

"O sistema de crédito rural orientado subordinou o agricultor à fiscalização e à assistência técnica. Introduziu-o, assim, de forma maciça no 'pacote tecnológico' da modernização. Ao lado

de certas vantagens e benefícios - às vezes mais aparentes do que reais - na verdade, tornou o agricultor dependente do mercado econômico e o introduziu num processo do qual é difícil retroceder" (Brum, 1985)

Devido à opção econômica do país a partir de meados da década de 60, a dependência do agricultor ao sistema financeiro foi ficando cada vez mais grave, levando-o a sofrer todas as consequências dos reflexos negativos das medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI. Assim foram retirados os subsídios ao crédito, deixando os agricultores a mercê do mercado financeiro. "O rápido aumento das taxas de juros, ao lado da elevação dos preços das máquinas, insumos e combustíveis, tem provocado extraordinária elevação dos custos de produção, ao mesmo tempo que se retrai o mercado interno por uma política de arrocho salarial que reduz o poder aquisitivo da população". (Brum, 1985)

Esta situação juntamente com as freqüentes frustrações de safra, a deteriorização dos preços de produtos de exploração no mercado internacional, a crise de grande número de cooperativas, a descapitalização e endividamento da maioria dos produtores contribui para a expulsão dos pequenos e também dos médios produtores do processo produtivo.

Conforme Graziano da Silva (1982) dentro da política de modernização

"destaca-se como principal instrumento o crédito rural, que tem privilegiado o grande proprietário de terras, por poder dá-las como garantia, além de possuir outras facilidades junto à rede bancária".

"Esse instrumento da política de modernização cria as condições para que o proprietário de terras assuma também, embora muitas vezes de forma parcial, o papel do 'repassador' dada a facilidade que tem de dispor de dinheiro a baixo custo. Todavia, as avaliações realizadas sobre a política de crédito rural enquanto instrumento de modernização, indicam que grande parte desses recursos foram investidos pelas grandes propriedades em reservas de valor, principalmente na compra de mais terras".

Na verdade o crédito rural não passou de um instrumento de política econômica para incentivar o setor agrícola a adquirir produtos industriais. "Assim, embora pareça apenas um privilégio do setor agrícola, não deixa de ser também um crédito ao consumidor, como tantos outros financiamentos existentes no país: o Governo paga para que o agricultor ajude a indústria. Mas não a indústria em geral e sim a grande indústria, o grande capital". (Graziano da Silva, 1980)

Apesar das consequências negativas dos demais instrumentos de política de modernização agrícola é possível afirmar que todos foram eficazes. No entanto, o mesmo não ocorre com os preços mínimos, que não funcionaram desde o início, pois raramente chegaram a ser estimulantes.

Na verdade o preço mínimo, não é mínimo, e sim o máximo, pois nunca se viu um produto ser vendido acima dele. Assim, todo final de safra quando o governo estabelece o preço mínimo, os agricultores reclamam alegando que o mesmo não se baseia nos custos reais de produção. De outro lado, o consumidor também reclama, pois o alimento chega a ele muito caro, devido ao processo de intermediação por que passa o produto.

Para Brum (1985) "uma política de preços mínimos consequente, particularmente para os produtos destinados ao consumo interno, guarda íntima relação com a existência de um mercado interno efetivo, cuja base reside no poder aquisitivo da população". E necessário, ainda uma política de abastecimento e de estoque reguladores efetivos.

2 - A COMUNICAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Na medida em que a modernização da agricultura vai avançando (é para que ela avance) os meios de comunicação tornam-se necessários como instrumentos de proliferação da nova ideologia.

A luz do modelo difusionista, estudiosos dos Estados Unidos desenvolveram pesquisa com a finalidade de descobrir artifícios de comunicação que possibilitassem convencer os agricultores à adoção de inovações tecnológicas como a mecanização, uso de adubos, sementes selecionadas, pesticidas, entre outras.

"Dentro de um quadro mais geral, essas pesquisas situaram-se na corrente teórica da modernização, fenômeno que corresponde, a grosso modo, ao desenvolvimento das sociedades tradicionais da África, Ásia e América Latina, segundo os padrões ocidentais (norte-americanos, em particular), incentivando a introdução das relações capitalistas de produção no campo, e incrementando a urbanização consumista. Em tal contexto, atribui-se papel destacado aos meios de comunicação, como instrumento que poderiam desencadear aquelas mudanças, pela ação sutil exercida junto ao comportamento das populações nacionais, nos países sub-desenvolvidos". (Mello, 1978)

De acordo com esta concepção, em qualquer continente, considera-se que o mundo rural seja formado por indivíduos estatísticamente divididos em cinco categorias: inovadores, adotantes adica

antados, maioria adiantados, maioria atrasada e retardatários. Esta distribuição apresenta um mundo rural sem classes, cujo único conflito percebido é a oposição de indivíduos modernos e indivíduos tradicionais, que são avessos à mudança. No entanto tais diferenças podem desaparecer pela difusão do modernismo através dos diversos canais de comunicação. "A ideologia da modernização entende promover valores e atitudes positivas associadas à mudança, tecnologia, ciência, racionalidade, cosmopolitismo e empatia. (...) Foi elaborada originariamente nos EUA a partir dos anos 50. Com ela pretende-se mudar a mentalidade das populações rurais do Terceiro Mundo através de uma combinação de efeitos dos meios de comunicação de massa e da influência interpessoal de agentes de desenvolvimento, inclusive aqueles que são funcionários de organismos dos países metropolitanos. Esta ideologia encontrou nas obras de Rogers uma formulação bastante acabada e apresentada com enfoque científico e empiricamente comprovado". (Thiollent, 1984)

Como seria natural, a tecnologia dita "moderna" passa a ser considerada "boa" e mais "eficiente". Entretanto, a concepção rogeriana apresenta-se como neutra a respeito dos efeitos negativos de certas técnicas. Há neutralidade a respeito das implicações sociais e ecológicas. Porém é uma neutralidade superficial visto que tais técnicas são sugeridas a partir da visão capitalista de desenvolvimento proposta pelos países metropolitanos ao Terceiro Mundo.

Quanto a este posicionamento Freire (1980), é categórico: "Não há técnica neutra, assexuada". (...) Para ele "(...) a técnica bem acabada ou elaborada, tanto quanto a ciência de que é

uma aplicação prática, se encontra (...) condicionada histórico-socialmente".

O estudioso chama atenção para o perigo da invasão cultural e da manipulação inconsciente dos agricultores. "Na verdade, manipulação e conquista, expressões da invasão cultural e, ao mesmo tempo, instrumentos para mantê-la, não são caminhos de libertação. São caminhos de "domesticação".

Destaca, também, que o invasor utiliza a propaganda, os slogans, os mitos para persuadir os invadidos a não oferecerem resistência à invasão cultural.

Lerner (1973), outro estudioso da comunicação para o desenvolvimento destacava o efeito multiplicador dos meios de comunicação de massa, que, através da empatia, reduzem os custos econômicos e psíquicos da mudança social.

A empatia "mecanismo pelo qual a posição etnocêntrica é evitada - pelo qual a personalidade se abre em lugar de se fechar para oportunidades novas e estranhas" foi uma variável muito estudada pois o sentimento antiocidente estava dificultando a interversão dos EUA no Oriente. Para ele os críticos referiam-se ao materialismo ocidental em oposição e ao espiritualismo oriental.

O mesmo autor relata:

"Vi alegria entre os pobres felás do Egito quando podiam oferecer-me uma garrafa de Pepsi-cola. Vi o contentamento de um chefe de família iraniano ao vestir, na presença de sua mulher, filhos e vizinhos, o primeiro traje, comprado feito, que foi visto em seu povoado fortificado - um pova

do que ainda vivia de sistemas de cultivo e de irrigação datando de séculos antes de Cristo ou, neste caso, antes de Maomé. Vi a intensa felicidade de um aluno indiano quando mostrou ao seu pai como estava aprendendo a ler na escola. Aqueles de nós que desfrutamos tais experiências das alegrias propiciadas pelo modernismo devemos e eliminar os estereótipos e mitos que entorpecem o diagnóstico e a terapia racionais das relações Oriente-Occidente para o desenvolvimento em nosso mundo de hoje em tremenda mudança". (Lerner, 1973)

É o próprio Lerner que afirma serem os meios de comunicação de massa "a força motriz na revolução das aspirações crescentes", que se tornou visível no mundo durante as duas últimas décadas. Eles estão ensinando as pessoas a valorizarem a empatia e a aprenderem com a experiência indireta como avaliar o novo e o inusitado. Destaca, também, que tais meios de comunicação ampliam horizontes, despertam aspirações e centralizam a atenção criando um clima para o desenvolvimento fazendo com que a comunicação internacional e os meios de comunicação de massa cumpram seu papel crucial no processo de desenvolvimento.

No Brasil a ideologia modernizadora foi amplamente divulgada entre extensionistas, assistentes sociais e comunicadores este reotipando o homem do campo conforme os preconceitos da classe média.

No entanto, as pesquisas sobre comunicação ainda não atingiram o desenvolvimento necessário no país, por outro lado, "causa surpresa o volume de conhecimentos que os pesquisadores dos EUA já acumularam sobre o fenômeno da comunicação na sociedade brasileira, como decorrência de estudos de campo aqui realizados. Mais surpreendente ainda é o fato de tais conhecimentos não

estarem disponíveis nos centros culturais do país e não estarem sendo incorporados criticamente à análise de comportamento da media em nossa cultura". (Melo, 1976)

As referidas pesquisas realizadas por brazilianists na área de comunicação eram orientadas para o setor rural e avaliavam o papel da comunicação de massa no desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Com raras exceções seus resultados foram compartilhados com pesquisadores brasileiros. Conforme Melo os mencionados trabalhos permanecem nas prateleiras das bibliotecas ou estão servindo a interesses das corporações multinacio nais, por exemplo, o que não coincide necessariamente com os interesses do povo brasileiro.

Assim, observamos ao longo dos anos os meios de comunicação de massa serem utilizados cada vez mais intensamente para a difusão dos valores modernizantes.

Órgãos oficiais imprimem folhetos, publicam revistas e jornais, criam setores de difusão de tecnologia.

As empresas produtoras de insumos montam estratégias de comunicação, publicando seus próprios veículos e utilizam-se da propaganda que é veiculada tanto em meios impressos como meios eletrônicos. Como afirma Graziano Neto (1982). "As propagandas são enganosas, dando a idéia de que os produtos não oferecem perigo algum. Os inseticidas domésticos, tipo aerosol, chegam a ser chamados de remédio pelas pessoas".

Além de Graziano Neto outros profissionais denunciam a utilização dos meios de comunicação de massa na difusão de moderniz

zação agrícola, sem um questionamento mais profundo. Houveram oportunidades, em momentos críticos na luta contra os agrotóxicos, que veículos se colocavam numa postura "neutra" ou apresentavam editoriais contrários aqueles que comprovavam os efeitos negativos do modelo de agropecuária ditado pelas multinacionais com o apoio das nações metropolitanas.

Um exemplo é o editorial do Correio do Povo de 11 de janeiro de 1984, sob o título "Defesa Agrícola".

"Sem dúvida nenhuma a agricultura moderna não pode passar sem o auxílio dos insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas. Só bucólicos agricultores do asfalto podem pensar que os frutos da terra devem vir espontaneamente, como na idade do ouro do poeta Ovídio, e que as larvas fugirão aterrorizadas aos sons das flautas arcádicas. Desistir da moderna tecnologia e regressar aos dias do Jeca Tatu".

Outro aspecto importante relaciona-se com a propaganda que tem apresentado suas mensagens com novas formas colocando inclusive a indústria química como defensora da natureza.

Analisando os meios de comunicação de massa e os meios impressos verificamos seu comprometimento com a ideologia da modernização agrícola, conseqüentemente com os interesses das multinacionais e mesmo da classe dominante nacional.

Em termos mais amplos percebemos que tais meios de comunicação têm sido instrumentos da ideologia dominante não tendo, portanto, maiores preocupações com a grande massa de pequenos agricultores e trabalhadores sem terra, tão pouco com os cami

nhos para uma agricultura independente e auto-sustentável.

Ao estudarmos o conteúdo da comunicação notamos claramente suas ligações com os interesses da indústria agroquímica, em especial as multinacionais (que constituem a maioria) e com o sistema financeiro internacional. A partir desta constatação, os estudos da comunicação para a modernização, cuja época dourada foi a década de sessenta, e que tinham como justificativa o nobre desejo de ajudar os povos subdesenvolvidos a desenvolverem-se e resolverem o problema da fome, passam a ser encarados dentro de sua verdadeira finalidade.

"Os críticos de ideologia da modernização não são todos partidários da volta ao passado" (Thiollent, 1984). Eles simplesmente perguntam a quem serve a modernização proposta e se ela realmente traz desenvolvimento.

"Na modernização, de caráter permanente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro da decisão da mudança não se acha na área em transformação, mas fora dela. A estrutura que se transforma não é sujeito de sua transformação".

"No desenvolvimento, pelo contrário, o ponto de decisão se encontra no ser que se transforma e seu processo não se verifica mecanicamente. Desta maneira, se bem que todo o desenvolvimento seja modernização, nem toda modernização é desenvolvimento". (Freire, 1980)

Examinando a literatura voltada para os estudos de comunicação e dominação encontramos uma avaliação mais profunda das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Beltran (1982), ao descrever o domínio exercido pelos norte-americanos sobre os meios de comunicação da América Latina a

firma que

"torna-se bastante claro que - em todos os aspectos do problema (econômicos, políticos e culturais da comunicação) - os interesses e operações transacionais dos Estados Unidos recebem uma decisiva ajuda dos interesses e práticas coincidentes das poderosas elites nativas da América Latina. Elas se beneficiam da situação de dominação internacional, exercendo, por sua vez, um domínio não menos esmagador sobre as maiorias de seus países, fenômeno que se acha documentado por centenas de estudos".

Outro depoimento neste sentido é encontrado em Mattelart,

(A) (s.d.).

"Quando nos distanciamos dos 'slogans' criados no calor da indignação suscitada pelas intervenções brutais, pelas torturas e pelo genocídio para tirar do conceito de imperialismo seu conteúdo dramático, fazendo-o descer do palco para reencontrá-lo no meio do público, é difícil conseguir unanimidade, mesmo entre os mais violentos portadores de faixas - Yankees, Go Home!

Assim, ao determinarmos os grupos que manipulam os diversos meios de comunicação penetramos no terreno das estruturas nacionais de poder e rastreamos seus vínculos com o capital internacional.

Em outro trabalho, o mesmo autor insiste que o processo hegemônico só pode atuar se houver uma aliança com os setores nacionais. (Mattelart, 1981)

Guareschi (1982) realizou um estudo onde investigou a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeira na América Latina. Neste estudo ele observa que "para camuflar a função contra-revolucionária que o imperialismo coloca nos meios de

comunicação e na tecnologia das comunicações e, conseqüentemente, nas mensagens de sua cultura de massa, transformou os meios de comunicação em agentes revolucionários, e o fenômeno moderno da comunicação foi transformado numa revolução algo semelhante a uma nova versão da revolução verde".

Concluindo, destaca que se a revolução das comunicações desempenha papel semelhante ao da revolução verde "este novo fetiche nos presenteia com um pseudo-agente promovido à função do agente dos novos processos sociais e novos fenômenos, mas que esconde, de uma maneira extremamente ágil e sutil, tanto a identidade de seus manipuladores, como a funcionalidade das idéias e imagens que esses manipuladores espalham e propagam em favor do sistema social que eles patrocina".

3 - PERIÓDICOS AGROPECUÁRIOS E A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

3.1 - Objetivos e Problema de Pesquisa

3.1.1 - Objetivos

Com o estudo proposto pretendemos atingir os seguintes objetivos:

- descrever a linha editorial das publicações de conteúdo agropecuário selecionadas para o estudo;
- verificar qual é a temática, suporte comercial e estrutura de poder das referidas publicações;
- verificar, a partir da análise da temática, linha editorial, suporte comercial e estrutura de poder, se as publicações selecionadas contribuem para difundir a ideologia da modernização agrícola.

3.1.2 - Problema de Pesquisa

O problema que pretendemos investigar pode ser formulado da seguinte forma:

- As publicações brasileiras de conteúdo agropecuário contribuem para a difusão da ideologia da modernização agrícola.

3.2 - Metodologia

Selecionamos para o estudo jornais e revistas de conteúdo a gropecuário de importância no cenário nacional e vinculados a em presas jornalísticas, a empresa privada ligada à agropecuária, à cooperativas agrícolas, à órgão governamental e à associação de produtores para termos maior diversidade de publicações con forme seus objetivos editoriais.

Para análise da temática foram lidas todas as matérias que mereceram chamada na primeira e última páginas dos jornais e na capa das revistas.

Tais matérias foram classificadas em categorias sendo veri ficado se seu posicionamento quanto à ideologia da modernização agrícola era favorável ou desfavorável. (1)

A leitura dos editoriais e as entrevistas realizadas com os editores permitiram-nos traçar a linha editorial das publicações.

O suporte comercial foi verificado a partir da listagem de todos os anúncios que foram classificados em propaganda institu cional e propaganda comercial. Foi anotado o nome da institu ção que anunciava e qual o produto ou serviço oferecido e o tama nho do anúncio.

Para verificar a estrutura de poder foi necessário saber qual o relacionamento das publicações com outras instituições pa

(1) São consideradas matérias favoráveis aquelas que de certa for ma estimulam o uso dos insumos modernos e máquinas agrícolas. As matérias desfavoráveis são aquelas que apresentam uma pos tura mais crítica com relação ao uso dos insumos modernos e máquinas agrícolas.

ra, conseqüentemente, averiguar quais os interesses defendidos pelas mesmas. Neste caso as informações para o estudo foram obtidas junto aos editores.

As categorias utilizadas para a análise da temática foram construídas a partir da Classificação das Áreas do Conhecimento do CNPq (1) mais a categoria Diversos, proposta por nós, com a finalidade de abranger todos os assuntos que não se inserem na mencionada classificação. São ao todo nove categorias: Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Economia, Sociologia, Medicina Veterinária, Comunicação e Diversos.

3.2.1 - Amostra

A amostra deste trabalho é constituída por nove publicações agropecuárias editadas durante o segundo semestre de 1984. São três revistas (Agricultura de Hoje, Lavoura Arrozeira e Dirigente Rural), quatro jornais (Interior, Correio Agro-Pecuário, Jornal da Agroceres, Indicador Rural e Jornal da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP) e o Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo.

A seguir descrevemos cada publicação.

Jornal Agroceres

O Jornal Agroceres foi criado em 1972 como veículo institucional. Com o passar do tempo, foi perdendo suas característi

(1) BRASIL. Secretaria de Planejamento. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Áreas do Conhecimento: Classificação. Brasília, 1984. n.p.

cas institucionais, ganhando corpo próprio e linha editorial de finida.

Conforme o editor, Jornalista Alex Branco, a publicação pro cura dar apoio aos pequenos e médios produtores, divulgando in formações sobre pesquisa, comercialização e mercado que possam reverter em benefícios dos mesmos. Para bem desempenhar seu pa pel utiliza linguagem simples e acessível a todos os tipos de pú blicos, sendo que a seleção dos assuntos para cada edição é de terminada pela novidade que possam apresentar.

Como destaca Alex Branco, o jornal também se comunica com o grande produtor, porém este fato é uma exceção.

O veículo aceita anunciantes, desde que não sejam concorren tes. Sua distribuição é feita por meio de assinaturas para todo o País, na seguinte proporção: 30% para a região Centro-Oeste; 50% para a região Sul e Sudeste e 20% para as regiões Norte e Nordeste.

Seu público é constituído de agricultores, pecuaristas, en genheiros agrônomo, técnicos agrícolas, empresas de planejamen to agropecuário, suinocultores, escola de agronomia e veterinária, colégio agrícolas, associações de produtores, sindicatos ru rais, órgãos de assistência técnica e extensão rural, bancos e cooperativas agrícolas.

Além de seu editor o jornal conta com mais três profissio nais, sendo que um deles dedicado especialmente à diagramação. A tiragem é de 40 mil exemplares e a periodicidade mensal. É con

feccionado em oito páginas, no tamanho de 35,5 cm x 29 cm, com área de mancha medindo 33 cm x 25,7 cm. É impresso em seis colunas de 3,9 cm.

Correio Agro-Pecuário

O correio Agro-Pecuário foi fundado em 1966, em São Paulo, pelo publicitário Salvador Lauria. Mais tarde foi vendido para o jornalista Mário Mazzei Guimarães, que passou a dirigi-lo até meados de 1982, quando a Companhia Joruês comprou a publicação.

Por volta de maio de 1983 a editora desinterressou-se em continuar editando o periódico. Assim, o grupo de profissionais que estava trabalhando na ocasião resolveu arrendar seu título para dar continuidade ao projeto. Houve uma tentativa de constituir uma cooperativa, que devido as exigências legais foi frustrada. Desta forma os profissionais partiram para a criação de uma empresa - COOCAP - Comunicações Agropecuárias Ltda.

Algum tempo depois, pelas dificuldades financeiras, a equipe começou a negociar o jornal. Nesse interim a Editora Joruês passou o título para a COOCAP, o que veio facilitar a negociação. Assim o Correio-Agropecuário foi vendido em 1985 para o DBO-Editores Associados Ltda. Como não havia patrimônio, somente o título e o arquivo foram negociados.

Durante o período selecionado para a elaboração deste trabalho o Correio Agro-Pecuário era editado pelo Jornalista Marcos Soares. Na época, era uma publicação quinzenal, com tiragem média de 15 mil exemplares. Contava com 3 mil assinantes tendo ocorrido algumas tentativas de venda nas bancas. Possuía um sis

tema de assinaturas a custo mais baixo, através de pacotes, para empresas e cooperativas. Entre os assinantes alguns acompanhavam o jornal desde a sua fundação.

Sua distribuição através dos Estados e Territórios pode ser observada no Anexo 2 (p. 139).

Conforme o editor Marcos Soares o jornal era bem aceito junto ao público leitor, constituído de médios e grandes proprietários. Revela também, que esta composição diversificada tolheu muitas vezes a publicação quanto ao tratamento que deveria dispensar a certos assuntos.

Havia o cuidado de tornar a linguagem acessível, explicando, entre parênteses, todo o termo técnico de difícil compreensão.

O Correio Agro-Pecuário contava, com dois jornalistas, um técnico-rural e uma zootecnista. Não trabalhava com colaborações no período analisado.

Sua linha editorial era voltada para interesses do produtor. Dava destaque ao cooperativismo, agropecuária alternativa, produção de alimentos e aos principais produtos da agropecuária.

Em seus editoriais sempre cobrava do Governo uma política econômica e postulava o rompimento com o FMI. Defendia a necessidade do fortalecimento do mercado interno com o aumento do poder aquisitivo da população.

De acordo com Marcos Soares o jornal teve como norma que

brar o conservadorismo próprio do meio rural. Não existem assuntos proibidos, havia, sim, um certo cuidado para falar sobre reforma agrária tendo em vista o tipo de público. Uma única vez ocorreu pressão indireta, sem ameaça de retirada de anúncio.

Com formato tablóide, impresso em preto, apresentava de 12 a 20 páginas por edição. Sua diagramação era feita em seis colunas sendo que 30% de seu conteúdo era constituído de material comercial.

Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo

O primeiro número do Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo circulou em seis de janeiro de 1955. Caracteriza-se por ser um encarte em formato tablóide, com 16 páginas, que circula todas as quartas-feiras. Na primeira página, aparecem uma ou duas fotos a quatro cores, com discretas chamadas para os destaques da edição.

Conforme o editor José Carlos Cafundó de Moraes, o objetivo básico do Suplemento é a prestação de serviço para a área agrícola. "Procuramos dar uma resposta às necessidades do agricultor. Dificilmente fazemos uma matéria por simples curiosidade, pois temos a pretensão de ensinar através de uma coisa que chamamos de efeito demonstração".

Pesquisa efetuada com leitores, por volta de 1983, constatou que todos querem saber "como fazer" e "quanto custa" e que 5 mil são colecionadores da publicação. "A defesa de interesses fica por conta do editorial do jornal", esclarece o editor. "O suplemento dá a informação, mas não discute a filosofia, nem procura emi

tir opiniões". O jornal sofre pressão por parte de anunciantes, porém não aceita. Por outro lado, não existe preconceito com qualquer tipo de anunciante ou assunto, no entanto é dado um tratamento conforme a ótica do veículo, destaca Moraes. A distribuição do espaço proporciona, em média, 40% para a parte comercial e 60% para a parte editorial.

Com relação à linguagem, há o cuidado de adaptá-la no seu público, que constituído, em sua maioria por médios proprietários. Existe preocupação em atingir também o leitor urbano. De acordo com Moraes, de 1983 para 1984, o Suplemento ganhou 17% de público desde setor. Ele explica este interesse pela leitura do veículo através das novas atitudes dos moradores das cidades, que estão querendo produzir alguma coisa em casa ou que estão comprando sítios e precisam saber o que e como plantar e o que e como criar.

O Indicador Rural

Fundado em dezembro de 1981, o Indicador Rural surgiu com base na experiência de um de seus criadores, o jornalista Ismar Cardona Machado. Este pensava em fazer um jornal e acabou optando pela área agrícola por considerá-la pouco coberta pela imprensa. Constatou que havia dezenas de jornais, no Brasil, especializados em extensão rural, outros tantos preocupados em somente criticar o Governo sem mostrar o outro lado dos fatos.

Conforme declara Cardona, "havia uma contradição básica na imprensa econômica, que não dava à agropecuária o tratamento merecido". Desta forma, ele resolveu aproveitar esta contradição

para lançar o Indicador Rural. Outro problema existente era o acesso aos centros de decisão e poder, privilégio de certos jornais urbanos do Rio e São Paulo e de Porto Alegre. Então, para evitar isto que O Indicador tem sua matriz no Rio de Janeiro, próximo aos locais onde são tomadas as grandes decisões que interessam à agropecuária e também "porque nessa cidade há uma visão cosmopolita, sem os vícios regionais", segundo Cardona.

Dentro desta perspectiva, O Indicador Rural surgiu como um jornal de economia, política e negócios agropecuários. Como informa seu diretor "ele é um insumo moderno", pois "tão importante como escolher a melhor semente, o melhor adubo é a escolha da melhor informação". Desta forma, os temas preferidos pelo jornal relacionam-se com as tendências de mercado e de safra, política de crédito e negócios.

Para o desenvolvimento do trabalho, a publicação da Editora Semente Ltda, conta com 15 profissionais e mais 50 colaboradores que podem ser acionados a qualquer momento nas diversas partes do país.

É quinzenal e apresenta o formato tablóide, com título impresso em azul, aparecendo fotos a quatro cores na primeira e na última página e algumas vezes no seu interior. A diagramação é feita em seis colunas, sendo que a parte comercial ocupa até 45% da área total.

A tiragem é de aproximadamente 40 mil exemplares, podendo aumentar quando ocorrem os grandes eventos. A linguagem é simple, tornando o veículo bem aceito pelo público; prova disto

são as correspondências que chegam.

Cardona considera importante o leitor urbano saber qual o preço mínimo dos produtos utilizados na sua alimentação, como o do feijão, por exemplo. Na época em que a autora desta dissertação o entrevistou, havia sido feita uma tentativa de colocação do jornal nas bancas, resultando na venda de 20 mil exemplares no aeroporto de São Paulo.

Pela cobertura dos fatos de interesse da agropecuária O Indicador recebeu o Prêmio EMBRAPA em 1984 e o Prêmio A Lavoura, em 1983.

Um estudo de circulação do veículo constatou que 72,4% de seus leitores estavam diretamente ligados à produção primária, desenvolvendo atividades em empresas rurais, agroindustriais, cooperativas de produtores e empresas urbanas com interesse na agropecuária. Este percentual, acrescido dos leitores que atuam em empresas de consultoria técnica, oficiais e privadas e em instituições financeiras, totaliza 84,2%.

A distribuição dos leitores, segundo as diversas áreas de atuação, pode ser observada no Anexo 3. A circulação acompanha as características geoeconômicas do País, com forte concentração nas regiões Sudeste e Sul, que são responsáveis por quase quatro quintos de todos os exemplares vendidos. Os números podem ser vistos no Anexo 4.

Informativo FAESP

O informativo FAESP editado pela Assessoria de Imprensa e Re

lações Públicas da própria FAESP, circulou pela primeira vez como boletim semanal, com duas folhas, em 31 de março de 1947. De janeiro de 1951 a dezembro de 1961, circulou como Brasil Rural, sendo editado mensalmente. Nesse ano, a entidade passou a chamar-se Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, pois até então não havia sindicalismo como nos moldes atuais.

A partir de janeiro de 1962, o veículo é denominado Informativo, adotando o formato tablóide somente em 1976. É o ôrgão oficial da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), com a média de 24 páginas por edição e tiragem de 20 mil exemplares. É distribuído gratuitamente para todos os Sindicatos Rurais do Estado de São Paulo, Prefeituras, Rotarys e Lions Clubes, Federação de Agricultura de todo o País, entidades de classe em geral, repartições governamentais da União e dos Estados e aos ôrgãos de imprensa, entre outros.

O veículo mudou de formato com o editor Walter Sampaio que na época implantou a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas na entidade. Na ocasião, o editor, durante o período escolhido para este estudo, Paulo Vieira Lima, era repórter do veículo. De acordo com ele, O Informativo pretende levar ao agropecuarista, pelo menos as informações contidas nos melhores veículos da grande imprensa, de forma decodificada adaptada ao seu público. Procura apresentar textos leves com muita ilustração, considerando que a grande maioria dos brasileiros não é acostumada a ler. "Neste caso uma fotografia pode valer mais que uma grande manchete".

Revela o editor que a publicação é uma proposta de um jornal

aberto dentro de uma estrutura fechada. Deveria funcionar como um House Organ, segundo ele. No entanto, certos temas acabam prevalecendo por estarem dentro da proposta política da FAESP, destaca Paulo Lima. Porém, conclui, "**neste caso o jornalista precisa saber dosar**".

Com relação a temas não recomendados, Paulo Lima explica que por ser a assessoria de imprensa órgão de extrema confiança do presidente, não pode dar divulgação a entidades que se oponham à linha administrativa da FAESP.

O jornal não é pressionado por anunciantes, mesmo porque são pouquíssimos os anúncios encontrados em cada edição.

Para sua elaboração o Informativo FAESP conta com seu editor, um diagramador e um fotógrafo.

O Interior

O Interior foi lançado em outubro de 1974 pela Fundação da Produtividade por ocasião da abertura oficial da colheita do trigo, em Carazinho.

"O presidente Ernesto Geisel ainda circulava pelas dependências da Cooperativa Tritícola de Carazinho menos de uma hora depois de ter aberto oficialmente a colheita do trigo de 1974 na Granja Dóris, daquele município, quando recebeu das mãos do então presidente da Coopera, Marino Heck, um exemplar da primeira edição do jornal O Interior".

"O novo jornal trazia na capa a manchete "Presidente Geisel inicia a nossa colheita", e a reportagem da visita presidencial

ilustrada com as fotos do acontecimento. O general, normalmente sisudo, pegou o jornal, folheou algumas páginas e, sorridente, admirou-se da agilidade com que ele foi feito. Mais tarde, cumprimentou o diretor do jornal O Interior, Waldir Heck, dizendo: Meus parabéns, vocês trabalham depressa. Continuem assim. Três dias depois, outra edição (extra) sobre a visita do presidente estava nas ruas". (1)

Para conseguir tal proeza, a impressora do jornal da Manhã, de Ijuí, foi transportada para Carazinho, na véspera da primeira edição, assim como uma compositora IBM, mesas de montagem e todo o material necessário para a produção.

Em 1981, o jornal tornou-se estadual, com a integração da Fundação da Produtividade (formada na época da fundação do jornal por seis cooperativas da região) à FECOTRIGO.

Conforme o jornalista Silvio Peter, seu editor, a linha editorial do veículo é voltada para a defesa do produtor rural: "a função de defender o agricultor está muito mais clara - partir do 'Grito do Campo'. Não basta ficar reivindicando por medidas isoladas. É preciso mudar a política agrícola, o que só ocorrerá com a mudança de política econômica. É necessário um modelo econômico que não sacrifique produtor nem consumidor."

Complementa o editor que todas as informações que dizem respeito à vida do brasileiro constam no jornal, pois "a informação é importante para a tomada de decisões".

(1) O Interior. Porto Alegre, 1ª de outubro de 1984, p. 16.

Revela Silvio Peter que os anunciantes nunca fizeram pres são. "Mesmo os que não concordam com a posição do jornal, com prendem que ele é um veículo combativo. Por isso não deixam de participar".

Os anúncios ocupam 20% da área total, ficando a produção e ditorial com os 80%.

Com formato tablóide oficial, já chegou a ser editado com 64 páginas, no entanto o médio fica em 24 páginas.

Seu público é constituído, além dos produtores rurais por empresários, técnicos, políticos, estudantes, bancos e coopera tivas, que o recebem através de assinatura, uma vez que o jornal não é vendido em bancas. Com tiragem em torno de 57 mil exempla res, chega atingir 200 mil leitores semanalmente. Destes, a gran de massa está no Rio Grande do Sul, onde circulam 46.500 exem plares, ficando o restante, entre outros Estados, para Santa Ca tarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e exterior.

"Pelas distâncias e dificuldades de acesso até as proprieda des rurais, todas as formas possíveis para a distribuição são utilizadas. Normalmente as cooperativas distribuem parte dos jornais na sede, para os assinantes que moram mais próximos, par te vai para os postos localizados em toda a área de ação e, pa ra que todos recebam seu jornal, contribuem ainda nesta tarefa os leitores, líderes de núcleos, bodegueiros, clubes e escolas".
(1).

(1) O Interior. Porto Alegre, 19 de outubro de 1984. p. 17.

As pautas do jornal originam-se dos próprios produtores rurais, que informam a equipe de reportagem sobre seus problemas e necessidades. A redação dá atenção especial à linguagem, procurando adequá-la ao leitor. Procura reproduzir as declarações dos entrevistados, corrigindo os erros de Português. "Expressões características dos gaúchos são conservadas, para dar o tom da conversa", destaca o editor.

Para o trabalho O Interior conta com uma equipe de 18 jornalistas, entre fixos, correspondentes no interior, fotógrafos e o pessoal da assessoria de Imprensa da FECOTRIGO. Conta, ainda com os Departamentos Comercial e o de Circulação.

Lavoura Arrozeira

É uma revista bimestral do Instituto Rio-Grandense do Arroz-IRGA, entidade vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul

Fundada em 1947, a revista é destinada aos produtores de arroz e aos técnicos. O número de páginas vai de 44 e 60 na edição de agosto, dedicada à EXPOINTER. Utiliza seleção de cores, na capa e vez que outra em anúncios no seu interior, os quais também podem empregar duas cores, como preto e vermelho ou laranja.

A tiragem é de 12 mil exemplares chegando a 18.200 por ocasião da EXPOINTER. É distribuído a todos os produtores inscritos no IRGA, a universidades, EMBRAPA, bancos que trabalham com crédito e embaixadas. Os produtores não inscritos no IRGA pagam assinatura.

A editora da revista, durante o período escolhido para este estudo, jornalista Maria Helena Martins de Resende, informou que grande parte das assinaturas para o exterior é paga e que os países onde se concentram muitos assinantes são o Uruguai e a Argentina.

A Lavoura Arrozeira apresenta trabalhos bem técnicos como também a divulgação. Conforme Maria Helena Resende, antigamente só publicava artigos sobre arroz. Mais tarde, passou a publicar também matérias sobre soja, milho, avicultura, pecuária e piscicultura, pois o produtor de arroz pode dedicar-se a outras atividades, mesmo que em menor escala.

A linha editorial da revista varia de acordo com a presidência do Instituto, a qual a publicação está subordinada. Decisões que envolvem verbas são levadas à diretoria e todos os artigos passam pelo Conselho de Redação, informou a editora.

Como a maioria dos artigos são assinados por técnicos, a única jornalista a publicação era sua editora. Havia também uma bibliotecária que tinha como função revisar os artigos colocando-os dentro das normas técnicas, além de outros profissionais encarregados da publicidade, datilografia e circulação.

Dirigente Rural

A revista Dirigente Rural foi lançada em outubro de 1961, quando incorporou a antiga revista denominada "A Fazenda", de origem americana. Faz parte do grupo, que edita Dirigente Industrial (fundado em 1956), Dirigente Construtor (fundado em 1962) e

Dirigente Municipal (fundado em 1963). Tal grupo que era propriedade de americanos foi comprado em 1972 por Said Farah, que já editava a revista Visão, constituindo assim, o Grupo Visão, adquirido por Henry Maksoud em 1974.

Desde o início, a revista apresenta como meta contribuir para a modernização e o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, constituindo-se em veículo de difusão de tecnologia junto ao homem de campo.

Conforme Ivan Nakamae, editor no período escolhido para este trabalho, a revista foi desde sua criação um empreendimento comercial. Tinha circulação dirigida e era distribuída gratuitamente.

Em sua primeira edição o veículo justificava sua existência afirmando que faltava ao agricultor brasileiro "uma visão geral das tendências e técnicas agrícolas, alavancas de que necessita para melhorar sua produção e aumentar seus lucros".

O Dirigente Rural mantém como seções: Matérias de Capa, Lavoura, Criação, Gente da Terra, Editorial, Cartas, Cobertura, Notas, Política Agrária, Pesquisa, Do Exterior, Novos Produtos, Literatura, Direito Agrário e Agenda.

De acordo com o editor nas matérias de capa, têm sido analisados com maior profundidade, predominantemente por reportagens da Redação, os principais produtos da agropecuária nacional, sua conjuntura, produção e comercialização, seu avanço tecnológico e assuntos de interesse mais geral da classe rural, como os diferentes aspectos da política agrícola, as questões do crédito ruu

ral, discussões em torno da pesquisa agropecuária em nosso país, os projetos governamentais de desenvolvimento agrícola, etc.

A revista conta com uma equipe exclusiva de redatores, todos com vários anos dedicados ao jornalismo técnico e à informação rural. Na época da entrevista havia dois redatores em tempo integral, sendo que um deles era o editor e mais dois em tempo parcial. Utiliza, ainda, os serviços da rede de correspondentes do grupo Visão, em vários Estados. A equipe responde pela realização das pautas e reportagens, além dos trabalhos normais de redação, tendo como preocupação constante a adequação da linguagem.

O Dirigente Rural conta ainda, com colaboradores que são destacados especialistas das principais instituições de pesquisa e assistência técnica do país.

O leitor - em sua maioria empresário rural - pode participar do planejamento da revista respondendo questionário que é inserido em suas edições. Pesquisa efetuada nas edições de junho a agosto de 1981 apresentaram os seguintes resultados:

- 75% dos leitores dizem utilizar a revista em sua atividade de profissional;
- 58% declaram ser a revista de muita utilidade e 38% de razoável utilidade;
- 81% dos leitores concordam com a afirmação de que os temas apresentados são atuais;
- 56% concordam que a revista aborda os assuntos com profundidade;

- 74% concordam que a revista é muito informativa;

- 85% concordam que o estilo de redação agrada.

As seções de maior interesse, conforme as respostas ao questionário, no período mencionado, são:

- Pesquisa 68% da preferência
- Criação 66% da preferência
- Lavoura 65% da preferência
- Novos Produtos 56% da preferência
- Política Agrária 48% da preferência

Dirigente Rural surgiu como revista mensal, mantendo-se assim até maio de 1969, quando passou a ser editada semestralmente. Em março de 1980, contando com novos recursos e tendo em conta um novo ciclo de desenvolvimento da agropecuária nacional, voltou a sair mensalmente.

A tiragem é de 60 mil exemplares, distribuído em todo o país, concentrando-se, no entanto, nas regiões sul e Sudeste. A circulação nas diversas regiões ocorre em torno dos seguintes percentuais: 20,14%, Norte e Nordeste; 41,16%, Sudeste; 11,37%, Centro-Oeste; 27,33%, no Sul.

A partir de maio de 1981, a publicação passou a ser vendida em bancas das capitais e principais cidades do interior dos Estados do Sul, parte do Sudeste e Centro-Oeste.

Agricultura de Hoje

Em maio de 1975, Bloch Editores S.A. criou uma série de revistas dirigidas. Dentre elas sobreviveram, até 1985, Tendência

e Agricultura de Hoje. Esta teve sua última edição, correspondendo aos meses de janeiro e fevereiro, em 1987, sendo substituída em março pela revista Manchete Rural.

De acordo com Edgar Wallau Jr., representante da publicação em Porto Alegre, o novo produto tem um caráter mais abrangente, pois atinge os públicos rural e urbano.

A Agricultura de Hoje era uma revista que não se prestava muito a anúncios, conforme seu editor Paulo Sérgio Roque. Conseguiu, assim, manter uma característica própria, puramente informativa e técnica.

Em novembro de 1984, a revista passou a desenvolver projetos de mesa-redonda patrocinados pelo Petrofértil. Eram seis páginas por edição, garantindo uma ótima receita, daí a ausência de preocupação com parte comercial.

Era confeccionada em papel "couche" e possuía 40 páginas, no tamanho 28 x 21 cm. Sua mancha abrangia uma área de aproximadamente 24,8 x 18 cm. Os temas abordados apareciam em reportagens mesas-redonda (algumas vezes) e em seções, tais como: Panorama, Publicações, Equipamentos e Produtos, Extensão Rural, Correio do Campo, Pesquisa e Opinião.

Sua tiragem ficava em torno de 15 a 20 mil exemplares (embora fosse divulgado que a tiragem ia de 25 a 30 mil exemplares), que eram distribuídos para todo o país e, em sua maioria, por meio de assinaturas. Uma percentagem reduzida era vendida em bancas.

Anteriormente Bloch Editores S.A., com a Agricultura de Ho

je, visava atingir médios e grandes empresários e dava destaque a projetos faraônicos. Por volta do início de 1983, começou a haver mudança na linha editorial, passando a preocupar-se em alcançar os pequenos produtores.

Paulo Sérgio Roque destaca que um segmento que passou a fazer parte do público leitor da revista é caracterizado por pessoas que moram nos centros urbanos, mas que estão comprando sítios para passar os fins de semana. Estas pessoas procuravam informações técnicas sobre agropecuária.

3.3 - Resultados

Para atingir os objetivos propostos por este trabalho, analisamos nove publicações especializadas em agropecuária, que circularam no segundo semestre de 1984, as quais podem ser assim discriminadas:

- Revista Dirigente Rural: seis (6) edições;
- Revista Lavoura Arrozeira: quatro (4) edições;
- Revista Agricultura de Hoje: cinco (5) edições;
- Jornal Agroceres: cinco (5) edições;
- Jornal O Interior: 27 edições e mais duas (2) edições extras;
- Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo: 24 edições;
- Correio Agro-Pecuário: 13 edições;
- O Indicador Rural: 11 edições.

Através da leitura dos 930 artigos que mereceram chamada de capa (revistas) ou de primeira e última páginas (jornais) constatamos que 16,6% são favoráveis à ideologia da modernização agrí

cola e 3,23% apresentam posicionamento desfavorável, enquanto que os 80,10% restantes não mencionam os aspectos estudados. Concomitantemente a esta omissão da parte editorial, os maiores anunciantes são empresas que atuam nas área dos agrotóxicos, fertilizantes solúveis, sementes híbridas, medicamentos veterinários e máquinas agrícolas, com acentuada participação dos fabricantes de agrotóxicos.

As empresas Stauffer, Massey Ferguson, Bayer e Merck Sharp & Dohme aparecem em pelo menos um terço dos veículos examinados. No geral, figuram com maior número de anúncios nos diversos veículos: Grimaldi Máquinas Agrícolas, Agrocere, Tropical Técnica Agrícola Ltda., Pioneer, Bayer, Centralsul, Merck Sharp & Dohme, ICI, Basf, Monsanto, Elanco, Du Pont, Pfizer, Union Carbide, Stauffer, Companhia Paulista de Fertilizantes, Companhia Nacional de Defensivos Agrícolas (CNDA), Cyanamid Química do Brasil, Ford, Massey Ferguson, Petrofértil Fertilizantes S.A., Caterpillar, International Minerals e Chemicals Corporation (IMC), Centro de Pesquisa e Promoção do Sulfato de Amônio, Dow Química, Valmet, Ciba Geigy, Smith Kline, Dekalb Agrícola do Brasil, M. Cassab Com. Ind. Ltda. e Shell Química.

A Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas (ANDEF) veicula 92 vezes um selo que contém a silhueta de um passarinho conduzindo no bico uma folha verde. Ao lado do passarinho estão os dizeres: "Preserve a vida: use adequadamente os defensivos agrícolas".

Observamos neste anúncio, como, entre outros, o do Herbadox (Cyanamid) a incorporação do discurso ecológico. O anúncio

do Herbadox mostra em primeiro plano uma lavoura de arroz bem verde, tendo como fundo o céu azul e um Quero-Quero sobrevoando a plantação. Com destaque, vemos o letreiro; "O guardião do arroz", referindo-se ao herbicida. Entretanto, o texto lembra que o pássaro, segundo a crença gaúcha, vigia e guarda as lavouras dos pampas. Além disso, a presença do pássaro e do verde, símbolos de vida, de natureza e de vida saudável, por exemplo, induzem o leitor a concluir que o agrotóxico não polui e não mata, sendo, inclusive, necessário para impedir que os seres humanos morram de fome.

Assim, o comportamento dos periódicos estudados nos sugerem que estão comprometidos com a ideologia da modernização agrícola, uma vez que, contra o grande número de anúncios, apenas 19,9% dos artigos referem-se aos insumos modernos e máquinas agrícolas (e dentre eles somente 3,23% são desfavoráveis). Os outros ignoram o tema, justamente numa época em que duas denúncias despontam nos meios de comunicação de massa diários: a morte de 50 pessoas e os doze abortos (fora os casos não registrados), além do desaparecimento de criações de gado e de animais domésticos, devido à aplicação do Agente Laranja, nas linhas da Eletronorte em Tucuruí, no Pará, e, ainda, a contaminação, por fungicidas ditiocarbomatos, de 80% da safra de morangos do municípios de Feliz, no Rio Grande do Sul.

No mesmo período, o movimento ecológico, a Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e diversas categorias profissionais, além de associações comunitárias, mobilizavam-se pela criação de uma lei dos agrotóxicos que atendesse aos interesses da

comunidade.

Tal omissão parece revelar que os veículos se comportam as sim para assegurar seus anunciantes ou porque não convém criar atritos com empresas que atuam no setor.

Creemos que também é possível explicar esta performance pela própria estrutura de poder dos veículos. Então, vejamos:

O Interior é o jornal das cooperativas do Sistema Fecotrigo, cujo objetivo básico é congregar os produtores para vencerem suas dificuldades. Para tanto, optou pela estratégia da competição com a iniciativa privada adotando um procedimento empresarial semelhante, criando, até, sua fábrica de agrotóxicos. A partir deste momento, não podemos esperar do jornal uma atitude desfavorável aos insumos que provocam impacto ambiental, visto que estaria indo contra a filosofia da própria Fecotrigo.

Na série de reportagens "O caminho da roça" são analisados os problemas da agricultura gaúcha. Apenas o primeiro alerta para os danos provocados ao meio ambiente e a entrega de terras brasileiras às multinacionais com a finalidade de expandir a monocultura. Logo, não é possível afirmamos que esta preocupação paute a linha editorial do veículo.

O Jornal Agroceres, por sua vez, embora com poucos anúncios, tem um desempenho esperado, visto que a empresa que o edita é produtoradora dos insumos modernos: sementes e suínos híbridos. Assim, não encontramos em suas páginas, matérias que difundem tecnologias brandas, nem mesmo que apresentem a preocupação com o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Mesmo sendo um veículo combativo, o Correio Agro-Pecuário não poderia correr o risco de levantar bandeiras contra as idéias que eram propagadas pelos seus anunciantes, inclusive, por que no período de análise era uma empresa pequena e com dificuldades de caixa.

O Informativo FAESP, por outro lado, é ligado ao grande proprietário, que para conduzir suas atividades (monoculturas) precisa dos insumos modernos e das máquinas de maior porte. Desta maneira, fica impedido de apresentar matérias mais críticas, por que desagradaria seus leitores, a começar pela diretoria da entidade.

Semelhante é o caso da revista Lavoura Arrozeira, que tem o agravante de ser ligada ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, cujos ideais, na época, identificam-se com os da Revolução de 1964, que deu especial estímulo à modernização da agricultura e à abertura do país ao capital internacional.

A Agricultura de Hoje, o Dirigente Rural, o Indicador Rural e o Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo, são veículos editados por empresas jornalísticas, que, como empresas, encaram a informação como mercadoria e ser vendida tendo em vista o lucro. Sob esta perspectiva não possuem qualquer interesse em adotar um procedimento editorial que pudesse descontentar seus proprietários, leitores e anunciantes.

Citamos, a seguir, exemplos de afirmações, algumas aparentemente neutras, consideradas por nós favoráveis à ideologia da modernização agrícola.

"Neste caso, basta um tratamento especial à base de Aldrin e a infestação é facilmente controlada". (Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo, 11 de julho de 1984)

"Fica a animadora constatação do IBGE, segundo a qual pelo menos alguns setores estão garantindo a expansão de 13% na venda de fertilizantes e 14% na demanda de implementos agrícolas. Por outro lado, persiste a intrigante informação de que muita gente, após encomendar fertilizantes e implementos, está cancelando pedidos". (Informativo FAESP, setembro de 1984)

"Vamos fazer um cálculo, considerando um período que vai de setembro de 1984 a maio de 1985, ou seja: 10 meses de financiamento, à taxa de 11 por cento ao mês, cumulativa, para a compra dos insumos básicos, segundo os cálculos da FECOTRIGO, para 1 hectare de soja:

Adubo	Cz\$	128.476,00
Sementes	Cz\$	90.200,00
Herbicidas	Cz\$	27.884,00
Inseticidas	Cz\$	29.046,00
Total	Cz\$	275.606,00

(O Interior, 06 de agosto de 1984).

"A tendência, também na Ideal, é de que o tamanho das máquinas cresça devido às exigências do mercado, de maior eficiência e rapidez na colheita". (O Indicador Rural, 2ª quinzena de setembro de 1984).

"Estamos, no entanto, estudando alguns equipamentos para algumas propriedades maiores que possam se interessar por esse sistema. É o caso da pulverização para controle de pragas e doenças, que é feita através de um canhão, um aparelho que pulveriza por cima do café". (Correio Agro-Pecuário, 19 de novembro a 03 de dezembro de 1984)

"Neste sentido - lembra o agrônomo - os híbridos são superiores às variedades. Para a região do Oeste paranaense, os híbridos mais utilizados e consagrados pelos produtores são os do tipo Ag-301 e Ag-401". (Jornal Agroceres, julho de 1984)

"É necessário, portanto, não dispensar o uso de defensivos, mas fazê-lo adequadamente, através de um controle integrado das pragas e a conscientização do agricultor". (Agricultura de Hoje, agosto de 1984)

"O crédito rural com subsídios trouxe, em suma, a chamada modernização agrícola, com o aprofundamento do desenvolvimento capitalista em nossa agricultura". (Dirigente Rural, dezembro de 1984)

"E hoje, ao lado das lavouras que empregam tecnologia modernas e eficientes, temos lavouras que ainda não evoluíram". (Lavoura Arrozeira, setembro/outubro de 1984)

E, agora, ilustramos, com alguns trechos, os artigos cujos posicionamentos consideramos desfavoráveis à ideologia da modernização da agricultura.

"Cabe a nós, através da assistência técnica, evidenciar a

preservação do solo, ao invés de nos preocuparmos em vender adubo químico". (Correio Agro-Pecuário, 25 de junho a 09 de julho de 1984)

"Sei do caso de uma vaca que bateu um recorde de produção de leite e que tinha permanentemente uma cânula espetada na veia, por onde recebia doses cavalares de proteínas, vitaminas, hormônios, soros, o diabo! E antes de perguntar ao amigo pela descendência desta vaca, pergunto se esse negócio de cânulas na veia é pecuária". (Agricultura de Hoje, setembro de 1984)

"Entre diversas vantagens, o adubo obtido pelo biodigestor evita a incidência de ácaros nas plantas e estimula a produtividade". (Informativo FAESP, julho de 1984)

"A situação se torna ainda mais grave quando se considera que o produtor de insumos e máquinas agrícolas é quase totalmente dominado pelo capital internacional. Isto faz com que, na maiioria das vezes, a tecnologia imposta não seja adequada do ponto de vista técnico e/ou econômico". (O Interior, 20 de agosto de 1984)

"A orientação principal que se dá aos horticultores domésticos é para não usarem inseticidas, principalmente porque suas hortas se localizam em quintais e são manipulados por crianças". (Suplemento Agrícola de O Estado de São Paulo)

O procedimento geral dos periódicos analisados nos remontam aos estudos que revelam estarem os meios de comunicação a serviço das classes dominantes nacionais, as quais firmam alianças com a burguesia internacional. Assim, mantêm seus privilêg

gios, mesmo que isto redunde em prejuízos para a comunidade.

Podemos, portanto, deduzir que não é apenas para assegurar seus anunciantes que, com exceção da empresa que edita o Correio Agro-Pecuário, as outras empresas ou instituições não apresentam interesses maiores em provocar, através de seus periódicos, discussões a respeito da questão ecológica. A explicação para tal atitude pode ser encontrada na medida em que percebemos que os empresários têm consciência que o movimento ecológico (que denuncia as tecnologias que provocam impacto ambiental e a dependência) é um movimento político que tem uma proposta de libertação do homem e de reestruturação da sociedade. Esta, implica, também, em reforma agrária e socialização dos meios de produção, medidas que são veementemente combatidas por aqueles que desejam garantir seus lucros, mesmo que o custo social seja muito alto.

Abaixo, apresentamos os resultados parciais do trabalho, mostrando a performance de cada veículo analisado.

Lavoura Arrozeira

1 - Temática

Nesta revista foram analisados cinco (5) artigos inseridos na Categoria Agronomia e três (3) na Categoria Economia, cujos posicionamentos estão descritos abaixo:

Categoria Agronomia

- Favorável a adubos solúveis e herbicidas - um (1);
- Favorável aos insumos modernos - um (1);

- Favorável aos adubos solúveis e corretivos - um (1).

Categoria Economia

- Favorável aos insumos modernos - um (1);

- Favorável ao uso de fertilizantes solúveis e defensivos - um (1).

2 - Suporte Comercial

Examinando as publicações estudadas percebemos que as empresas anunciantes atuam na área dos insumos agrícolas, máquinas e implementos, aparelhagem para irrigação e seleção de arroz, acessórios para máquinas agrícolas, finanças, comercialização e eventos. A maior parte é impressa em uma cor ocupando página inteira, podendo ser classificada como propaganda comercial.

As empresas que interessam a este estudo, por estarem relacionadas aos insumos modernos e máquinas agrícolas, estão listadas no Anexo 5. Destas, as que veiculam maior número de anúncios constam na Tabela 1, página 105.

A Ford, a Cyanamid Química do Brasil Ltda., e a Stauffer veiculam, cada uma, um anúncio de duas páginas. A SLC, anunciante de colheitadeira, apresenta um único anúncio, porém de página inteira e impresso a quatro cores. A Associação Nacional de Defensivos Agrícolas - ANDEF, veicula uma propaganda institucional - um selo - a duas cores, junto às empresas CNDA e Stauffer.

Os quatro exemplares apresentam na capa, anúncios, com destaque, a quatro cores, das empresas Cyanamid, Stauffer (herbicidas) e SLC (colheitadeiras). Na contracapa, três exemplares veiculam

anúncios do Seletron SMS 608, da Tecnostral S.A., e uma do herbicida Herbadox, da Cyanamid Química do Brasil Ltda.

3 - Linha Editorial

A linha editorial da Lavoura Arrozeira varia de acordo com a presidência do IRGA, à qual a publicação está subordinada, no entanto, ela tem sido um veículo de difusão das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto.

Em seus editoriais, defende os interesses dos orizicultores gaúchos, deixando claro que não existe uma política global definida para o país e destaca o problema dos preços mínimos incompatíveis, baixo VBC, juros extorsivos, prioridade às culturas de exportação em prejuízo dos alimentares, arrocho salarial e deficiência na comercialização.

O IRGA coloca-se ao lado dos orizicultores que deflagaram um movimento reivindicando preços justos para a safra daquele momento. "O IRGA aderiu ao movimento consciente de seu papel como órgão representativo do orizicultor do Estado. Ficou evidente, agora mais do que nunca, que ao IRGA cabe, também, a tarefa política de representar e articular os interesses do orizocultor gaúcho". (1)

(1) Lavoura Arrozeira. Porto Alegre, v. 37, n. 352, jul./ago. - 1984 (Edotorial).

Tabela 1 - Empresas que apresentam o maior número de anúncios na Lavoura Arrozeira - 2º semestre/84.

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Stauffer Chemical Company (Selo ANDEF)	Ordram GR Ordram 720 Arrozan	Comercial	2 pág.	4 cores	02
		Comercial	1 pág.	4 cores	02
Companhia Nacional de Defensivos Agrícolas-CNDÁ	Ronstar 250-BR	Comercial	1 pág.	4 cores	03
Cyanamid Química do Brasil	Herbadoz	Comercial	2 pág.	4 cores	03
			1 pág.	4 cores	02
Ford	Motores Diesel	Comercial	1 pág.	4 cores	03
	Tratores	Comercial	2 pág.	4 cores	01
	Retroescavadeira	Comercial	1 pág.	4 cores	01
Figueiras S.A.	Retroescavadeira Ford	Comercial	1 pág.	1 cor	03
	Tratores Caterpillar	Comercial	1/2 pág.	1 cor	02
Nutriplant Ind. Com. Ltda	Micronutrientes para a agricultura	Comercial	1/3 pág.	1 cor	03

FONTE: As informações foram coletadas pela autora desta dissertação junto às edições estudadas.

4 - Estrutura de Poder

A Revista Lavoura Arrozeira está ligada diretamente à direção do Instituto Rio Grandense do Arroz, cujos conselheiros são arrozeiros representantes dos municípios produtores da cultura.

Agricultura de Hoje

1 - Temática

Na revista Agricultura de Hoje analisamos seis (6) artigos pertencentes à Categoria Economia, dois (2) à Categoria Agronomia e dois (2) à Categoria Zootecnia, os quais apresentam o seguinte posicionamento.

Categoria Economia

- Favorável ao uso de insumos modernos e máquinas agrícolas - um (1);
- Favorável à mecanização da lavoura - dois (2);
- Desfavorável à modernização agrícola - um (1).

Categoria Agronomia

- Favorável ao uso dos agrotóxicos - dois (2);

Categoria Zootecnia

- Favorável ao emprego de uréia na alimentação do gado - dois (2);
- Desfavorável à utilização de "insumos", que não sejam alimentos, para aumentar a produção de leite - um (1).

2 - Suporte Comercial

A revista não apresenta muitos anúncios, no entanto quatro (4) edições veiculam, na contracapa, comercial da Massey Ferguson, e uma, anúncio da Ford. Três edições contêm, na parte interna da contracapa, anúncio da SIMAB Agrícola, a uma cor. Uma edição mostra anúncio da Petrofértil, na mesma posição e a uma cor, e, em outra edição, também na mesma posição, porém a quatro cores, aparece um comercial da Ford (tratores).

Na parte interna da capa, dois números apresentam anúncios, a uma cor: Um da Elekeiroz Produtos Químicos S.A. e outro da Sola S.A. Indústria Alimentícias (este fugindo aos interesses deste estudo). As outras edições, apresentam anúncios, a quatro cores: Um da Ford, outro da Bemge Seguradora e outro da Chevrolet (ambos fugindo aos interesses deste trabalho). Na Tabela 2 podemos observar os anúncios que interessam a esta dissertação.

3 - Linha Editorial

A linha editorial da revista é caracterizada pela veiculação de matérias informativas e técnicas procurando atingir os públicos rural e urbano, dando atenção aos temas diversos de interesse da agropecuária.

4 - Estrutura de Poder

A revista Agricultura de Hoje era uma publicação de Bloch Editores S.A., sendo substituída em março de 1987 pela Manchete Rural.

Tabela 2 - Suporte comercial da Revista Agricultura de Hoje - 2º semestre de 1984

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Stauffer	Ordram 720 CE Ordram GR Arrozan	Comercial	1 pág.	4 cores	01
Ford	Tratores	Comercial	1 pág.	4 cores	01
Massey Ferguson	Tratores Colheitadeiras	Comercial Comercial	1 pág. 1 pág.	4 cores 4 cores	01 01
Petrofértil	Uréia	Comercial	2 pág. 1 pág.	1 cor 1 cor	02 01
Elekeiroz - Produtos Químicos S.A.	Fertilizantes, inseticidas e outros	Comercial	1 pág.	1 cor	01

FONTE: As informações foram coletadas pela autora desta dissertação junto às edições estudadas.

Dirigente Rural

1 - Temática

Neste veículo foram analisados seis (6) artigos pertencentes à Categoria Agronomia, 16 à Categoria Economia, três (3), à Categoria Zootecnia, quatro (4) à Categoria Engenharia Agrícola e um (1) à Categoria Medicina Veterinária, que mostram o seguinte posicionamento:

Categoria Agronomia

- Favorável ao uso de agrotóxicos, adubação solúvel e máquinas - um (1);
- Favorável ao uso de adubação solúvel e agrotóxicos - um (1);
- Desfavorável ao uso de sementes híbridas, agrotóxicos e adubação solúvel - um (1).

Categoria Economia

- Favorável à modernização - dois (2);
- Favorável ao uso de insumos modernos e máquinas agrícolas - um (1).

Categoria Zootecnia

- Favorável ao uso da uréia na alimentação do gado - um (1);
- Favorável à criação de suínos híbridos - um (1).

Categoria Engenharia Agrícola

- Favorável ao uso de máquinas agrícolas - três (3);

- Favorável ao uso de máquinas agrícolas e dos insumos moder
nos - um (1).

2 - Suporte Comercial

Este periódico contém muitos anúncios de produtos, institui
ções ou de eventos variados, como: equipamentos de radiocomunica
ção e para irrigação, escolas de ensino agrícola, embalagens, a
rame, freezer, exposições, seguros, IOB Rural, Hotel Maksoud Pla
za, leilão de cavalos no Hotel Maksoud Plaza e da própria Edito
ra Visão. São 25 anúncios da referida editora, fazendo chamamen
to aos anunciantes ou apresentando publicações. Entre elas pode
mos citar: Jornal do Sitiante e as obras "Um legislativo sem par
tidarismo". "Os poderes do Governo" e "Fundamentos da Liberdade",
da autoria de Henry Maksoud, que é o diretor da mesma empresa.

Os dados apresentados no Anexo 6 demonstram que as empresas
que se dedicam à fabricação de tratores e, especialmente, de in
sumos, pelas características dos anúncios (tamanho e uso de co
res), têm uma participação destacada no suporte comercial da pu
blicação. A grande maioria dos anúncios ocupa uma página e é im
pressa a quatro cores. Igualam-se a elas duas empresas ligadas
ao ramo da irrigação, as empresas automobilísticas e as distri
buidoras de óleos lubrificantes.

Dentre as empresas que interessam a este trabalho, destacam-
-se, pela freqüência e características do anúncio:

- Stauffer Produtos Químicos Ltda - 10 anúncios;
- Bayer - 10 anúncios;
- Merck Sharp & Dome - 09 anúncios;

- Massey Ferguson - 07 anúncios;
- Caterpillar - 07 anúncios;
- IMC - 05 anúncios;
- Monsanto - 05 anúncios;
- Centro de Pesquisa e Promoção do Sulfato de Amônio - 05 a
núncios;
- Dow Química - 04 anúncios;
- Valmet - 04 anúncios;
- Ford (tratores) - 04 anúncios;
- Ciba Geigy - 03 anúncios;
- Smith Kline - 03 anúncios.

Convém lembrarmos que fazem parte da amostra seis (06) núme
ros da revista. Assim, constatamos que os anunciantes que se desta
cam estão presentes em pelo menos metade das edições. Outros
chegam a veicular mais de um anúncio em algumas edições.

Além disso, observamos que as empresas Stauffer e Monsanto a
presentam em seus anúncios um selo da Associação Nacional de Def
ensivos Agrícolas - ANDEF, com a figura de um pássaro conduzin
do no bico uma folha verde, e os dizeres: "Preserve a vida - Use
adequadamente os defensivos agrícolas". O Centro Nacional de Pesq
uisa de milho e sorgo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrope
cuária - EMBRAPA - aparece em três anúncios da Stauffer.

Na contracapa da revista, encontram-se anúncios da Stauffer
(uma edição), Tubos Dúctil (quatro edições) e Merck Sharp & Dohme
(uma edição). A parte interna da contracapa contém anúncios do
Jornal do Sitiante (duas edições), Dow Química (uma edição), Hi
droservice - Engenharia e Projetos (uma edição) e Stauffer (duas

edições). Na parte interna da capa, existem anúncios da Bayer, Merck Sharp e Dohme, Agroceres, IMC, Consul (freezer) e Valmet, sempre uma empresa por edição.

3 - Linha Editorial

Conforme consta na descrição da revista (Metodologia p.113) sua linha editorial tem como diretriz "contribuir para a modernização e o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro", tornando-a "um veículo de difusão de tecnologia para o homem do campo".

As matérias de capa dão destaque para "os principais produtos da agropecuária nacional, sua conjuntura, produção e comercialização, seu avanço tecnológico, assuntos de interesse mais geral da classe rural, como os diferentes aspectos da política agrícola, as questões de crédito rural, discussões em torno da pesquisa agropecuária em nosso país, os projetos governamentais de desenvolvimento agrícola, etc."

O Dirigente Rural não tem editorial, entretanto, há uma seção denominada opinião, assinada por Henry Maksoud, onde o autor desenvolve argumentos contra o socialismo, defendendo, sempre, o livro iniciativa a liberdade individual e a propriedade.

Podemos ilustrar o pensamento do diretor da Editora Visão com transcrição de trechos da matéria publicada na edição de dezembro de 1984, sob o título "Será um equívoco eclesial?"

"Comunicadores de todos os países, uni-vos! Esta poderá ser a frase síntese da 'Carta aos Comunicadores', elaborada pela Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com data de 3 de junho de 1984. A semelhança com Marx não pretende insinuar que a Igreja esteja socialista ou que bispos seus sejam comunistas, mas sugere que a linguagem utilizada no documento é panfletária no melhor padrão marxista. Os dezesseis profissionais de Comunicação da CNBB (treze são bispos, padres e freiras), signatários do documento, denunciam em estilo repetitório, ao longo do escrito, que os meios de comunicação social 'curvam-se diante dos interesses e das pressões de proprietários e financiadores'... que esses meios são "controlados e manipulados pelos poderes políticos e econômicos que se empenham em manter a situação"... que o modelo imperante no Brasil 'não está a serviço da superação das injustiças sociais, mas sim da promoção de uma sociedade de consumo'... que os meios... 'não são utilizados como um bem social, mas como empresas comerciais, pertencentes a uma minoria' ... e que através deles 'a voz do povo brasileiro não se faz ouvir'... mas que 'apenas uma minoria privilegiada faz ouvir a sua voz, como se fosse a voz de todos', etc. O documento ataca também as novas tecnologias, 'como satélites, computadores, videocassetes, videotextos e outras que não estão sendo destinadas a servir a uma melhor compreensão entre as nações nem às prioridades das classes populares".

(...)

"A Carta aos Comunicadores é, infelizmente, mais um documento lotado de ambigüidades e retórica. Mistura uns poucos fatos reais sobre a miséria, algo da fé cristã e muitas citações da Conferência de Puebla, com bastante incompreensão sobre o que realmente é um meio de comunicação livre e independente, para propor um projeto de suposta luta contra a pobreza, todo ele comprometido com um só partido, que os comunicadores da CNBB chamam eufemisticamente de Igreja. Dá ganas de falar que mais parece o discurso de um demagogo. Entre tanto, prefiro dizer que a visão dos autores desse documento talvez esteja obnubilada por interpretações equivocadas dos verdadeiros valores da humanidade e da própria cristandade. O principal valor da natureza humana é a liberdade individual; e a propriedade legitimamente adquirida é o sinal mais antigo e coerente da civilização livre. E, quando nossa moral cristã trata da solí

dariedade humana, ela não se refere a uma caritocracia, em que a solidariedade é tornada compulsória por algum tipo de lei, ou pela vontade ou arbitrio dos homens, dos sindicatos, ou dos comunicadores. Quando a Igreja diz que se deve zelar pelos pobres, é preciso compreender, em primeiro lugar que a referência não é genérica para os relativamente mais pobres (não é uma pregação igualitarista) mas é específica aos efetivamente carentes, àqueles que se encontram impossibilitados de prover às suas próprias necessidades que, se prestarmos atenção, vamos verificar que são os mais desprezados, inclusive pelos que mais falam em "libertar" os pobres; e, em segundo lugar, que a caridade advinda de Cristo é um ato voluntário de fraternidade, correspondendo, pois, a uma resposta da consciência individual o dar ou não assistência caritativa". (Maksoud, Henry. Será um equívoco eclesial? Dirigente Rural, São Paulo, v. 23, n. 12, dez. 1984)

4 - Estrutura de Poder

A Revista Dirigente Rural é um empreendimento comercial pertencente ao grupo Visão Ltda.

Informativo FAESP

1 - Temática

Neste veículo foram examinadas 62 matérias, sendo que 44 pertencentes à Categoria Economia, seis (6) à Categoria Agronomia, onze (11) à Categoria Diversos e uma (1) à Categoria Zootecnia. Os posicionamentos das matérias, relativamente à ideologia da modernização agrícola, são apresentadas abaixo.

Categoria Economia

- Favorável ao uso dos insumos e máquinas - uma (1);
- Favorável ao uso de adubos solúveis e agrotóxicos - uma (1);
- Favorável ao uso de insumos - uma (1);

- Favorável ao uso de agrotóxicos - uma (1);
- Desfavorável ao uso de adubos solúveis - uma (1).

Categoria Agronomia

- Favorável ao uso de agrotóxicos - uma (1);
- Desfavorável ao uso da adubação solúvel - uma (1).

As Categorias Diversos e Zootecnia não contêm matérias que mencionem o problema estudado.

2 - Suporte Comercial

Os seis (6) exemplares que representam as edições examinadas não têm muitos anúncios. Além dos anunciantes enumerados na Tabela 3, figuram na publicação: IBDF, empresa de promoção artísticas, companhia de produtos alimentícios, cooperativas de laticínios e diversos sindicatos rurais. Na grande maioria, são institucionais e formulam votos de feliz Natal.

Como demonstra a Tabela 3, somente Grimaldi Máquinas Agrícolas veicula mais de um anúncio (dois, no total), sendo que um deles é institucional.

3 - Linha Editorial

A linha editorial é direcionada ao agropecuarista no sentido de levar a ele as informações que são notícia na grande imprensa, dando destaque aos temas inseridos na proposta política da FAESP.

Na seção "**Nossa opinião**", que sempre tem chamada de capa, o jornal defende uma política agrícola definida, clara e a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Defende, ainda, uma ação

Tabela 3 - Suporte Comercial - Informativo FAESP

E M P R E S A	P R O D U T O	TAMANHO *	TIPO DE PROPAGANDA	NÚMERO
Grimaldi Máquinas Agrícolas	Aplicador de nitrogênio Cumprimentos aos agri- cultores paulistas	menos de 1/6 de pág.	Comercial	01
		1/6 de pág.	Institucional	01
Bio-Vet	Drogas veterinárias	+/- 1/3 de pág.	Comercial	01
Adubos Trevo S.A.	Produtos e serviços	+/- 1/3 de pág.	Institucional	01
Sementes São José (loja)	Sementes para lavoura e pastagens e adubos	(pequeno anúncio)	Comercial	01

FONTE: As informações foram coletadas pela autora desta dissertação junto às edições estudadas.

* A área de mancha compreende 24,7 x 33,1 cm.

mais enérgica do governo quanto a empreendimentos na extensão rural, eletrificação, irrigação, preços mínimos justos para que o produtor possa ter uma margem de lucro que lhe permita reinvestir no próprio setor. Prega, também, uma adequada política de distribuição, institucionalização de uma comunidade econômica latino-americana, exclusão de qualquer tributo sobre alimentos básicos e subsídios ao consumo para os estratos sociais mais carentes.

4 - Estrutura de Poder

Como seu próprio nome deixa claro, o informativo FAESP é o órgão oficial da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, que é integrado pelos sindicatos rurais, os quais representam os interesses dos proprietários rurais do mesmo Estado.

Jornal Agroceres

1 - Temática

Examinamos dezoito (18) artigos da Categoria Economia, onze (11) da Categoria Agronomia, dois (2) da Categoria Zootecnia, três (3) da Categoria Comunicação, um (1) da Categoria Engenharia Florestal e três (3) da Categoria Diversos. A seguir estão os posicionamentos dos referidos artigos:

Categoria Agronomia

- Favorável ao milho híbrido - dois (2);
- Favorável ao milho híbrido e outros insumos modernos - um (1);
- Favorável ao adubo solúvel - um (1).

Categoria Economia

- Favorável ao uso de máquinas e fertilizantes solúveis e sementes melhoradas - um (1);
- Favorável ao uso da semente híbrida e fertilizantes solúveis - nove (9);
- Favorável ao uso de máquinas e insumos modernos - um (1).

Categoria Comunicação

- Favorável ao milho híbrido - um (1).

As outras categorias não apresentam artigos que se refiram aos assuntos estudados.

2 - Suporte Comercial

Esta publicação também veicula poucos anúncios. Além dos que constam na Tabela 4 existem cinco anúncios de uma loja que vende insumos agropecuários, um de arados aiveca e outro de uma empresa fabricante de silos e paióis. Entre as empresas que interessam ao estudo, as que anunciam com maior frequência são: Tropical Técnica Agrícola Ltda., e a própria Agrocere. A Shell aparece em três anúncios, no entanto, os produtos apresentados fogem aos objetivos deste trabalho.

Tabela 4 - Suporte Comercial - **Jornal Agroceres**

E M P R E S A	P R O D U T O	TIPOS DE PROPAGANDA	T A M A N H O	NÚMERO
Tropical Técnica Agrícola Ltda.	Orgamin (fertilizante líquido foliar)	Comercial	5,5 x 17 cm	05
CNDA (Selo ANDEF)	Triamex	Comercial	28 x 21 cm	02
AGROCERES	Sorgo híbrido	Comercial	27,5x20,5cm	01
	Milho híbrido	Comercial	27,5x20,5cm	01
	Suínos híbridos	Comercial	27,5x20,5cm	01

FONTE: As informações foram coletadas pela autora desta dissertação junto às edições estudadas.

NOTA: A área de mancha compreende 33 x 25,7 cm.

3 - Linha Editorial

A linha editorial do veículo tem como diretriz dar apoio aos pequenos e médios produtores, divulgando informação sobre pesquisa, comercialização e mercado, que possam reverter em benefício dos mesmos. As matérias jornalísticas também são marcadas pela intenção de difundir o uso dos insumos produzidos pela empresa, especialmente o milho híbrido.

Nos editoriais o jornal tece críticas ao Governo pela falta de uma política de produção e comercialização de produtos básicos, como o milho, e pela ausência de seriedade com que vem tratando a agricultura. Defende, ainda, uma política de preços mínimos justos e estimulantes. Referindo-se à mobilização dos agricultores através de movimentos como "Pró-Plantio" e "Grito do Campo" afirma que eles deixaram bem claro, ao longo de 1984, que é preciso mudar o sistema política e econômico do país.

4 - Estrutura do Poder

O Jornal Agroceres é produzido por Agroceres S.A. Imp. e Exp. Ind. e Com., com a colaboração da Equipe Técnica de Sementes Agroceres S.A.

Jornal "O Interior"

1 - Temática

Analisamos 237 artigos da Categoria Economia, sete (7) da Categoria Agronomia, um (1) da Categoria Engenharia Agrícola, trinta e oito (38) da Categoria Sociologia, seis (6) da Categoria Di

versos e quatro (4) da Categoria Zootecnia. Somente nas Categorias Economia e Agronomia foram encontrados artigos referentes aos aspectos estudados. O posicionamento das matérias pode ser observado a seguir:

Categoria Economia

- Favorável ao uso de milho híbrido - seis (6);
- Favorável ao uso de herbicida - um (1);
- Favorável ao uso de insumos modernos - quatro (4);
- Favorável ao uso de inseticidas - um (1);
- Favorável ao uso de fungicidas - um (1);
- Favorável ao uso de insumos e máquinas - três (3);
- Favorável ao uso de máquinas - um (1);
- Favorável ao uso de adubos solúveis - quatro (4);
- Desfavorável ao uso de insumos e máquinas - um (1);
- Desfavorável ao uso inadequado de máquinas e insumos - dois (2);
- Desfavorável ao uso de mecanização - um (1);
- Desfavorável à moderna agricultura - um (1);
- Desfavorável ao uso de agrotóxicos - um (1);
- Desfavorável ao uso de adubos solúveis - um (1).

Categoria Agronomia

- Favorável ao uso de adubos solúveis - um (1);
- Favorável ao uso de agrotóxicos - um (1);
- Desfavorável ao uso de máquinas inadequadas ao tipo de solo e insumos - um (1).

2 - Suporte Comercial

O Interior contém muitos anúncios, abrangendo os insumos, máquinas agrícolas, bancos, governo do Estado do Rio Grande do Sul, seguros, veículos, ordenhadeiras, cabanhas, além de pequenos anúncios de tratores, terras, implementos, mudas entre outros itens. A Volkswagen destaca-se como empresa que está presente em todas as edições regulares, sendo seguida pela Chevrolet que com parece em 16 números.

Os anunciantes que interessam ao nosso estado estão relacionados no Anexo 7. São 30 empresas, das quais salientam-se:

- Pioneer- com 31 anúncios;
- Bayer - com 14 anúncios;
- Centralsul - com 13 anúncios;
- Merck Sharp & Dohme - com 10 anúncios;
- ICI - com 10 anúncios;
- Basf - com 10 anúncios;
- Monsanto - com 10 anúncios;
- Smith Kline - com 08 anúncios.

3 - Linha Editorial

A linha editorial do jornal é voltada para a defesa do produtor rural, veiculando matérias de conteúdo técnico sem descuidar-se dos aspectos políticos.

Os editoriais são bem empolgados posicionando-se contra a política agrícola, o FMI e o modelo econômico brasileiro, exigindo mudanças. Além disso, defendem o cooperativismo, apelando para a

necessidade de sua purificação e conclamam os agricultores a participarem do "grito do campo".

4 - Estrutura do Poder

O Jornal O Interior é editado pela Fundação da Produtividade que desde 1981 está integrada à FECOTRIGO (Federação Brasileira das Cooperativas do Trigo e Soja).

Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo

1 - Temática

Nesse período foram examinados 50 artigos da Categoria Agronomia, 34 da Categoria Zootecnia, 16 da Categoria Economia, nove da Categoria Engenharia Agrícola, cinco da Categoria Medicina Veterinária e três da Categoria Diversos, os quais apresentam o seguinte posicionamento:

Categoria Agronomia

- Favorável ao uso de agrotóxicos - dezessete (17) anúncios;
- Favorável ao uso de agrotóxicos e calcário - um (1);
- Favorável ao uso de agrotóxicos e adubos solúveis - um (1);
- Favorável ao uso de milho híbrido - um (1);
- Favorável à adubação solúvel e calcário - três (3);
- Favorável ao uso de adubos solúveis - três (3);
- Favorável ao uso de agrotóxicos e mecanização - um (1);
- Favorável ao uso de agrotóxicos, mecanização e adubação solúvel - um (1);
- Desfavorável ao uso de agrotóxicos - dois (2);
- Desfavorável ao uso de agrotóxicos e adubos solúveis - um (1).

Categoria Zootécnica

- Favorável ao uso de inseticidas - um (1).

Categoria Engenharia Agrícola

- Favorável ao uso de máquinas agrícolas - um (1).

Categoria Economia

- Favorável ao uso de agrotóxicos e milho híbrido - um (1);
- Desfavorável ao uso de agrotóxicos - um (1).

2 - Suporte Comercial

Muitas empresas anunciam no Suplemento Agrícola oferecendo os mais diversos produtos, tais como: serra elétrica, insumos, máquinas, veículos, balanças, freezer, lonas plásticas. A publicação apresenta, ainda, a seção de classificados, anúncios do governo do Estado de São Paulo e do Programa Globo Rural.

Dentre as empresas destacam-se a Chevrolet com 51 anúncios e a Fiat com 11.

Os comerciais que nos interessam constam no Anexo 8. Neste conjunto os anunciantes que se sobrepõem são: Elanco (28 anúncios), Du Pont (17 anúncios), Pfizer (18 anúncios), Union (9 anúncios), Stauffer e Companhia Paulista de Fertilizantes, (cada uma com 8 anúncios). Tais empresas aparecem em pelo menos 1/3 das edições.

3 - Linha Editorial

A linha editorial do Suplemento Agrícola do Estado de São Pau

é voltada para a prestação de serviços para a área agrícola. Conforme o editor (já citado na p. 80), "dificilmente fazemos uma matéria por simples curiosidade, pois temos a pretensão de ensinar através de uma coisa que chamamos de efeito demonstração".

O veículo não defende interesse, apenas dá a informação, não discutindo a filosofia e nem emitindo opiniões.

4 - Estrutura do Poder

O Suplemento Agrícola é publicado pela S.A. O Estado de São Paulo, propriedade de Júlio de Mesquita Filho.

Correio Agro-Pecuário

1 - Temática

No Correio Agro-Pecuário foram analisados 72 artigos pertencentes à Categoria Economia, 33 à Categoria Zootecnia, 21 à Categoria Agronomia, um (1) à Categoria Engenharia Agrícola, dois (2) à Categoria Medicina Veterinária e 24 à Categoria Diversos, cujos posicionamentos são mostrados abaixo:

Categoria Economia

- Favorável à utilização de tratores e adubos solúveis - um (1);
- Favorável à utilização de insumos - um (1);
- Favorável à utilização de agrotóxicos e desfavorável ao uso de adubos solúveis - um (1);
- Favorável ao uso de adubos fosfatados - um (1);
- Desfavorável ao uso de adubos solúveis - um (1);

- Desfavorável ao uso de agrotóxicos - seis (6);
- Desfavorável ao uso de adubos solúveis e agrotóxicos - um (1).

Categoria Agronomia

- Favorável ao uso de insumos - um (1);
- Favorável ao uso de agrotóxicos - seis (6);
- Favorável ao uso de herbicidas - um (1);
- Desfavorável ao uso de agrotóxicos - três (3);
- Desfavorável ao uso de fertilizantes solúveis, herbicidas e excesso de mecanização - um (1).

Categoria Diversos

- Favorável ao uso de agrotóxicos - um (1);
- Desfavorável ao uso de agrotóxicos - um (1).

Categoria Zootecnia

- Favorável ao emprego de uréia e sulfato de amônio na ali mentação do gado - um (1);
- Favorável ao uso de adubos fosfatados - um (1).

Categoria Medicina Veterinária

- Favorável ao uso de biocidas - um (1).

2 - Suporte Comercial

Os anunciantes do Correio Agro-Pecuário atuam na área de veí culos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, radiocomunica ções, criação de gado (fazendas), bombas para poço, medidores de

pH, ferramentas e cercas elétricas. Neste jornal são encontrados anúncios, do Governo do Estado do Paraná e Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, relativos às exposições agropecuárias.

A empresa que comparece com o maior número de comerciais é a Chevrolet, com 18 anúncios, chegando em algumas edições a apresentar mais de um. Algumas empresas, como Matisa S.A. e Fazenda Calciolândia aparecem em todos os números, com anúncios em menor tamanho (em torno de 8 x 12 cm).

Os anunciantes que dizem respeito a este trabalho estão no Anexo 9.

Dentre eles destacam-se a Dow Química que faz presença nas 13 edições analisadas, Merck Sharp e Dohme (11 anúncios), De Kalb Agrícola do Brasil e M. Cassab Com. Ind. Ltda., ambas com sete (7) anúncios. São empresas que desenvolvem suas atividades respectivamente, nas áreas de agrotóxicos, medicamentos veterinários, sementes híbridas e matérias primas para produção de sais minerais.

3 - Linha Editorial

A linha editorial é direcionada para os interesses dos produtores, dando destaque a temas como cooperativismo, agropecuária alternativa, produção de alimentos e aos principais produtos agrícolas.

Os editoriais são combativos, cobrando do governo uma política econômica mais consequente, o rompimento com o FMI e o au

mento do poder aquisitivo da população para o fortalecimento do mercado interno.

4 - Estrutura do Poder

Durante o período analisado o Correio Agro-Pecuário pertencia a empresa COOCAP - Comunicações Agropecuárias Ltda., propriedade de dois jornalistas, um técnico rural e uma zootecnista.

O Indicador Rural

1 - Temática

No Indicador Rural foram examinados 219 artigos. Dentre eles 188 pertencem à Categoria Economia, seis (6) à Categoria Zootecnia, dois (2) à Categoria Comunicação, três (3) à Categoria Engenharia Florestal, nove (9) à Categoria Diversas, nove (9) à Categoria Engenharia Agrícola e dois (2) à Categoria Medicina Veterinária, cujos posicionamentos são apresentados abaixo:

Categoria Economia

- Favorável ao uso de insumos; máquinas agrícolas - seis (6);
- Favorável ao uso dos insumos modernos - três (3);
- Favorável ao uso de adubos solúveis - 20 (vinte);
- Favorável ao uso de sementes híbridos - dois (2);
- Favorável ao uso de adubos solúveis - um (1);
- Favorável ao uso de adubos solúveis e agrotóxicos - um (1);
- Favorável ao uso de agrotóxicos - um (1);
- Favorável ao uso de máquinas, adubos solúveis - um (1).

Categoria Comunicação

- Favorável ao uso de agrotóxicos, fertilizantes e máquinas agrícolas - um (1).

2 - Suporte Comercial

As empresas que anunciam no Indicador Rural desenvolvem atividades na área de óleos lubrificantes, veículos, finanças, insumos, máquinas e implementos agrícolas, equipamentos de irrigação e aparelhagem de radiocomunicação e hotelaria. São encontrados anúncios (poucos) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, do Exército Nacional e de uma revista espírita, além de chamadas para o programa Indicador Rural que vai ao ar pela Rede Bandeirante.

Entre as empresas que fogem à finalidades do nosso trabalho, chamam atenção, pelo número de anúncios: Lely do Brasil Ind. Com. Ltda., (11 anúncios), Texaco (seis anúncios) e Chuvatécnica, Irrigação, Comércio e Exportação Ltda. (seis anúncios). A Lely do Brasil e Texaco apresentam anúncios a quatro cores.

Os anunciantes que têm importância para o nosso estudo estão listados no Anexo 10.

Examinando as informações que constam no referido anexo, observamos que se destacam, pelo número de aparecimentos, as empresas: Caterpillar (11 anúncios a quatro cores), Merck Sharp & Dohme (12 anúncios), Shell Química e Bayer (seis cada uma) e Massey Ferguson (oito anúncios, dos quais três a quatro cores). Sobre põem-se, também, as empresas Agroceres e Smith Kline, que veicu

lam, respectivamente, cinco (5) e quatro (4) anúncios, todos a quatro cores, ocupando uma área de 28 x 21 cm, cada um. Tais em presas atuam no ramo de máquinas, agrotóxicos, sementes e medicamentos.

3 - Linha Editorial

A linha editorial do jornal é inclianda para os temas econô micos, como, tendências de mercado e de safras, assim como polí tica agrícola e negócios, com destaque aos grandes eventos e em preendimentos milionários. Nos editoriais (aos leitores), Ismar Cardona comenta as matérias principais emitindo discretas opini ões. Sobre questões como a dos "bóias-frias", por exemplo, as análises não chegam às raízes do problema, muito menos sugerem a necessidade de mudança na estrutura fundiária. Alguns editori ais afirmam que é preciso alterar a política agrícola e o siste ma de crédito e um destaca a mobilização dos agricultores gaúchos em torno do "Grito do Campo", para defender seus interesses. Na edição de dezembro de 1984, o editor deixa uma mensagem de espe rança aos leitores, citando a frase de Tancredo Neves: "Qualquer projeto de desenvolvimento que não tenha a agricultura como base está destinado ao fracasso". (1)

4 - Estrutura de Poder

O Indicador Rural é publicado pela Editora Semente Ltda., cujos diretores responsáveis são Ismar Cardona e Machado e Mateus Kacowicz.

(1) CARDONA, Ismar. Aos Leitores. O Indicador Rural. Rio de Ja neiro de 1984.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho procuramos demonstrar que as informações que questionam a ideologia da modernização agrícola, como também a própria modernização da agricultura no Brasil praticamente não encontram espaço nos meios de comunicação de massa, muito menos nos meios de conteúdo agropecuário.

Verificamos que a "mudança" proposta, para os países do Terceiro Mundo solucionarem o problema da produção de alimentos e melhorarem de padrão de vida de suas populações, não consistia simplesmente na introdução de tecnologias ditas "modernas", mas sim no desencadeamento do processo de capitalização do campo.

Resgatando os motivos iniciais desta transformação nos deparamos, ao final da Segunda Guerra Mundial, com a Europa destruída e a indústria bélica ameaçada de tornar-se ociosa. Era necessário, portanto, encontrar um uso alternativo para os gases de guerra, uma vez que se descobriu que, além de matarem seres humanos, matavam, também, insetos. Então, unidos pelo mesmo objetivo, norte-americanos, europeus e japoneses programam a estratégia para a modernização da agricultura.

Assim, na medida em que eram realizados os estudos agrônômi

cos, voltados para o desenvolvimento de variedades mais produtivas, de venenos, de fertilizantes solúveis e de máquinas agrícolas, que seriam repassados para os produtores, foi necessária a contribuição da extensão rural. Esta, tinha por finalidade levar aos agricultores a tecnologia gerada pela pesquisa, difundindo a idéia de que a incorporação de tecnologias consideradas modernas melhorariam as condições de vida da população. Este trabalho iniciou em Viçosa, Minas Gerais, com a Fundação Rockefeller e devido ao sucesso foi assumido pelo Governo brasileiro, alastrando-se, aos poucos, para os demais Estados. Tinha por base, o modelo norte-americano de extensão, que além de alienígena, era autoritário, pois visava "estender o conhecimento" para aqueles que viviam na "ignorância", sem qualquer procedimento dialógico.

Naturalmente, no desenrolar do trabalho extensionista explorava-se a dicotomia rural-urbano, onde, preconceituosamente, o rural é visto como tradicional, atrasado e o urbano, como moderno, adiantado. Como, ao contrário do tradicional, o moderno está aberto ao consumo das inovações propostas, o tradicional, inferiorizado, na busca de aceitação e de tornar-se igual ao moderno (urbano) passa a consumir também. Desta forma, no intuito de persuadir o agricultor a mudar, a extensão rural utiliza-se da comunicação de forma sistemática. Para tanto, os estudos de Everett Rogers, numa perspectiva difusionista, assumem considerável importância, passando, também, os meios de comunicação de massa a serem os grandes veículos para a difusão da ideologia modernizadora.

Com a realização de nosso trabalho constatamos que tais veí

culos, especialmente os de conteúdo agropecuário, que fazem parte da amostra analisada, não abrem espaço para as informações mais críticas, justamente porque os interesses de seus dirigentes são interesses empresariais. Sob esta ótica tratam a informação como mercadoria que gera lucros. A nível político-ideológico podem, também, serem identificados com qualquer outra empresa, inclusive com aquelas que fabricam os insumos modernos e máquinas agrícolas.

Acreditamos que o discurso político dos veículos estudados, quando criticam o governo pela ausência de uma política agrícola conseqüente ou quando apregoam a necessidade da democratização do país, é superficial ou até interesseiro. Provavelmente sua atuação transcorre somente nos limites aceitos pelos seus proprietários e pelos seus leitores, que têm interesses empresariais ou são empresários. Caso o discurso democrático fosse verdadeiro, os veículos estariam cumprindo com o papel de proporcionar aos leitores informações que possibilitem o desenvolvimento da consciência crítica, para o pleno exercício da cidadania. Ao contrário, abrem espaços para propagandas enganosas e freqüentemente apropriam-se do discurso ecológico em suas matérias jornalísticas induzindo o leitor a crer que usar um pouco de veneno não faz mal, pois a solução está no "uso adequado". O mesmo ocorre com as máquinas agrícolas de grande porte, que são apresentadas também como solução para as áreas mais extensas. Não são analisadas as implicações sociais, nem mesmo os danos que provocam na estrutura física do solo.

Podemos concluir que os veículos estudados concordam com a ideologia da modernização agrícola, uma vez que 16,67% dos arti

gos examinados são favoráveis à referida ideologia e 80,10% não abordam a polêmica temática.

Observando o comportamento da imprensa agropecuária, transpondo as conclusões de nosso estudo, verificamos que na medida em que a capitalização do campo avança e que o mercado de insumos e máquinas apresentam novos produtos e se torna mais agressivo, também se estabelece uma verdadeira competição entre os meios de comunicação. Surgem novos veículos com aspectos gráficos cada vez mais atraentes, assim como surgem programas de rádio e de televisão. Algumas empresas possuem uma publicação e também um programa de televisão com a mesma denominação, atingindo, portanto, faixas mais amplas do público consumidor.

A partir deste quadro, julgamos que é preciso buscar alternativas que se constituam em canais críticos e que tenham compromisso com a sociedade nacional. Cremos que esta tarefa deva ser assumida pelo Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, empresas de pesquisa agropecuária e empresas de extensão rural, assim como pela universidade, que são organismos públicos cujas atividades devem atender aos anseios da comunidade, visto que a verba que as sustenta vem dos impostos pagos pela população.

Partidos políticos, movimento ecológico, sindicatos, entidades ligadas ao movimento comunitário e a igreja poderiam ter veículos alternativos que possibilitassem a discussão dos temas que envolvem a questão ecológica.

Estamos cientes de que existem veículos com este propósito, no entanto, sugerimos que tais esforços sejam intensificados, vis

to que a ação dos meios convencionais é crescente.

Com relação às instituições públicas, especialmente as relacionadas à agropecuária, sugerimos inicialmente a conscientização de seus próprios técnicos (entre estes os jornalistas) relativamente à questão ecológica e a sua função social, para que sua prática seja coerente e esteja de acordo com a realidade brasileira. Assim, os periódicos editados por estas instituições terão condições de constituírem-se em fórum de debates voltados para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

(ANEXO 1)

Índice de tópicos que orientaram entrevistas com editores

INDICADORES DE QUALIDADE E CARACTERÍSTICAS

- Identificação
- Titulação
- Experiência de trabalho
- Formação
- Tempo de trabalho
- Atividade e objetivos
- Características de trabalho

INDICADORES DE

A N E X O S

- Índice de tópicos que orientaram as entrevistas

Índice de tópicos que orientaram as entrevistas

Índice de tópicos que orientaram as entrevistas

INDICADORES

- Identificação
- Titulação
- Experiência de trabalho
- Formação
- Tempo de trabalho
- Atividade e objetivos
- Características de trabalho
- Características de trabalho
- Características de trabalho

(ANEXO 1)

Roteiro de tópicos que orientaram a entrevistas aos editores

1 - HISTÓRICO DO VEÍCULO E CARACTERIZAÇÃO

- Periodicidade
- Tiragem
- Zonas de distribuição
- Assinaturas
- Venda em bancas
- Público, aceitação e linguagem
- Número de profissionais

2 - LINHA EDITORIAL

- Defende alguma idéia ou interesse em especial?
- Preocupações básicas com relação ao conteúdo
- Temas preferenciais. Assuntos ou nomes (de pessoas) proibidos ou que são tratados superficialmente

3 - ANUNCIANTES

- Quais os principais anunciantes?
- Os anunciantes fazem alguma pressão?
- As publicações têm ligações com grupos econômicos? Quais?
- Eles têm algum poder sobre a escolha das matérias?
- Existe preferência por algum tipo de anunciante? Qual?
- Tabela de preços do anúncio.
- Há proporção definida entre parte editorial e comercial?

4 - OPINIÕES DO EDITOR SOBRE:

- reforma agrária;
- modernização agrícola;
- política agrícola brasileira;
- modelo econômico brasileiro;
- sindicalismo rural.

OPINIÃO AGRO-PETROLIO

	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
ACR	33	21	54
AL	31	50	81
AM	162	342	504
AP	174	34	208
AR	241	-	241
AS	24	241	265
AT	285	1517	1792
BA	34	53	87
BB	41	73	114
BC	155	209	364
BD	123	2521	2644
BE	111	27	138
BF	52	144	196
BG	101	147	248
BH	248	66	314
BI	37	64	101
BJ	413	176	589
BK	53	33	86
BL	135	1324	1459
BM	27	33	60
BN	35	242	277
BO	236	6107	6343
BP	40	25	65
BQ	3	4	7
BR	30	-	30
BS	-	-	-
BT	-	-	-
TOTAL GERAL	5256	17881	23137

Fonte: Conselho Agro-Petrolio.

(ANEXO 2)

CIRCULAÇÃO DO CORREIO AGRO-PECUÁRIO

ESTADOS OU TERRITÓRIOS	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
ACRE	-	-	-
ALAGOAS	59	27	86
AMAZONAS	32	90	132
BAHIA	162	392	554
CEARÁ	176	96	272
DISTRITO FEDERAL	282	-	282
ESPIRITO SANTO	24	243	267
GOIÁS	185	1517	1702
MARANHÃO	46	55	101
MATO GROSSO/NORTE	41	70	111
MATO GROSSO/SUL	158	309	467
MINAS GERAIS	329	2661	2990
PARÁ	111	97	208
PARAIBA	52	144	196
PARANÁ	181	1747	1928
PERNAMBUCO	148	80	228
PIAUI	37	64	101
RIO DE JANEIRO	412	176	588
RIO GRANDE DO NORTE	53	75	128
RIO GRANDE DO SUL	195	1524	1719
RONDONIA	27	33	60
SANTA CATARINA	35	342	377
SÃO PAULO	2238	8105	10343
SERGIPE	40	35	75
TERRITÓRIO AMAPÁ	3	-	3
F. NORONHA			
RORAIMA	30	-	30
EXTERIOR			
TOTAL GERAL	5056	17882	22938

FONTE: Correio Agro-Pecuário.

(ANEXO 3)

Distribuição dos leitores do Indicador Rural, segundo
áreas de atuação

ÁREA I

Leitores diretamente ligados à produção rural enquanto potenciais consumidores de insumos, produtos e serviços para o campo.

- Empresas rurais	16.719
- Agroindústrias	6.198
- Empresas urbanas com interesses na agropecuária	4.430
- Empresas de consultorias técnica, oficiais e privadas	2.123
- Cooperativas e sindicatos rurais	1.694
- Agrônomos, veterinários, engenheiros florestais.....	1.679

FONTE: Indicador Rural.

ÁREA II

Leitores institucionais, não diretamente ligados ao consumo de insumos, produtos e serviços para o campo.

- Instituições financeiras	906
- Instituições de ensino superior e formação profissional	2.014
- Membros dos poderes executivos e legislativo federal e estadual	1.212
- Representações e organismos internacionais	319
- Agências de publicidade anunciantes	780
- Não identificados	1.426
- Reserva Técnica	600
- Total de Tiragem	40.100

FONTE: Indicador Rural

(ANEXO 4)

Circulação do Indicador Rural

Região Norte - 515 - 1,3%

Estado	Capital	Interior	TOTAL
AC	44	7	51
AM	93	40	133
PA	139	150	289
RO	10	2	12
AP	24	6	30
TOTAL	310	205	515

Região Nordeste - 2.713 - 6,9%

Estado	Capital	Interior	TOTAL
MA	126	192	318
PI	45	17	62
CE	123	105	228
RN	48	43	91
PB	121	151	272
PE	283	178	461
SE	34	12	46
AL	84	49	133
BA	594	508	1.102
TOTAL	1.458	1.255	2.713

(... anexo 4)

Região Centro-Oeste - 5.376 - 13,9%

Estado	Capital	Interior	TOTAL
MT	213	134	347
MS	1.040	1.116	2.156
GO	957	1.204	2.161
DF	705	7	712
TOTAL	2.915	2.461	5.376

Região Sudeste - 17.672 - 44,7%

Estado	Capital	Interior	TOTAL
MG	714	2.712	3.426
SP	3.352	8.945	12.297
ES	246	211	457
RJ	1.053	439	1.492
TOTAL	5.365	12.307	17.672

Região Sul - 13.112 - 33,2%

Estado	Capital	Interior	TOTAL
SC	146	401	547
PR	1.308	3.699	5.007
RS	1.503	6.055	7.558
TOTAL	2.957	10.155	13.112

Total Capital: 13.005

Total Interior: 26.383

Total Brasil: 39.388

Exterior: 112

Reserva Técnica: 600

Total de Tiragem: 40.100

FONTE: Indicador Rural.

Suporte Comercial - Lavoura Arrozeira - 2º Semestre de 1984

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Stauffer (Selo ANDEF)	Ordram GR	Comercial	2 pág.	4 cores	02
	Ordram 720 CE	Comercial
	Arrozan	Comercial	1 pág.	4 cores	02
Cia. Industrial Santa Matilde	Colheitadeira	Comercial	1 pág.	4 cores	01
CNDA (Selo ANDEF)	Ronstar 250 BR	Comercial	1 pág.	4 cores	03
Figueiras S.A. (Revendedor)	Retroescavadeira (Ford)	Comercial	1 pág.	1 cor	03
	Tratores Caterpillar	Comercial	1/2 pág.	1 cor	02
Nutriplant Ind. Com. Ltda.	Micronutrientes para a agricultura	Comercial	1/3 pág.	1 cor	03
Semeato S.A. Ind. e Com.	Plantadeiras e Se-meadeiras	Comercial	1 pág.	2 cores	02
Implementos Agrícolas Jan S.A.	Lancer arrozeiro para plantio e a dubação do arroz	Comercial	1 pág.	1 cor	02

FONTE: As informações foram coletadas pela autora desta dissertação junto às edições analisadas.

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Valmatic Irrigação Ltda.	Pivo Central	Comercial	1 pág.	4 cores	06
Chuvatécnica - Irrigação Comércio e Exportação Ltda.	Canhão e aspersores	Comercial	1/6 pág.	1 cor	04
Tupy	Tubos para irrigação	Comercial	1 pág.	1 cor	03
Carborundum	Sistema de Irrigação	Comercial	1 pág.	4 cores	02
Isratec - Produtos e Tecnologia de Irrigação e Agricultura Ltda.	Tecnologia para irrigação	Comercial	2/9 pág.	1 cor	02
Samoto Santo Amaro Motores Agrícolas Ltda.	Aspersores	Comercial	2/9 pág.	1 cor	04
Bombas Hidráulicas KSB	Bombas	Comercial	1/4 pág	1 cor	02
Spraying Systems do Brasil Ltda	Bicos aspersores e acessórios	Comercial	1/3 pág.	1 cor	04
Máquinas Excelsior e Comércio S.A.	Pulverizador	Comercial	1/4 pág.	1 cor	04

(... Anexo 6)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Inicamp - Equipamentos de Irrigação Ltda.	aspersores	comercial	2/9 pág.	1 cor	01
Yanmar do Brasil S.A.	motores diesel, pulverizador, microtratores, motobombas	Comercial	1/2 pág.	1 cor	01
ASBRASIL - Aspersão do Brasil S.A.	Equipamentos, projetos assistencia técnica	Comercial	1/2 pág.	1 cor	05
			1 pág.	4 cores	06
CATERPILLAR	Tratores Serviços	Comercial Comercial	1 pág.	4 cores	04
			1 pág.	4 cores	03
Valmet	Tratores	Comercial	1/2 pág.	4 cores	03
			1 pág.	4 cores	01
Elekeiroz - Produtos Anúncios S.A.	Fertilizantes, inseticidas, etc.	Comercial	1 pág.	1 cor	01
Hoechst	Thiodan (acaricida inseticida)	Comercial	1 pág.	4 cores	03

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Pearson	Ungtento Creolina	Comercial Comercial	1/3 pág.	2 cores	03
			1/2 pág.	4 cores	01
Manah	Gran-sol	Comercial	1 pág.	1 cor	01
Petrobrás	Uréia Petrofértil	Comercial	2 pág.	4 cores	01
			1 pág.	1 cor	01
Dow Química S.A.	Tordon 2,4 D	Comercial	1 pág.	1 cor	01
				4 cores	02
			1/3 pág.	1 cor	01
Monsanto (Com selo ANDEF)	Roundup (herb.)	Comercial	1 pág.	4 cores	05
Uniroyal do Brasil S.A. Indústrias Químicas	Omite 720 CE BR	Comercial	1/4 pág.	2 cores	04
Hungarian Trading Company for Chemicals	Chemolimpex (fungici das, inseticidas, her bicidas, rodentici das)	Comercial	1/2 pág.	1 cor	03
Di Solo	Sementes (milho, hi brido, arroz, soja)	Comercial	1/4 pág.	1 cor	04
Centro de Pesquisa e Promoção do Sulfato de Amônio Ltda.	Sulfato de Amônio SN	Comercial	1 pág.	4 cores	05
MTV - Motores Diesel Ltda.	Sistemas de irrigação	Comercial	1 pág.	1 cor	02

E M P R E S A	P R O D U T O	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
AGROCERES - junto com Valmet, Manah, Teleon, Marchesan, Ta <u>tu</u> .	(os campeões do concurso AGROCERES)	Institucional	1 pág.	4 cores	01
Minami - Indústria de Apare <u>lhos</u> para a Lavoura.	Carreta graneleira, di <u>s</u> tribuidor de calcário e esterco.	Comercial	1/3 pág.	1 cor	06
Ford	Tratores	Comercial	1 pág.	1 cor	02
	Motores	Comercial	2 pág.	4 cores	02
Massey Ferguson	Tratores	Comercial	1 pág.	1 pág.	4 cores
				2 cores	01
	Peças	Comercial	1 pág.	4 cores	1 cor

Suporte Comercial - Jornal "O Interior" - 2º Semestre de 1984

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIO
Monsanto	Boxer	Comercial	22 x 13	10
Hoechst	Saprol Br	Comercial	18 x 13	04
Centralsul	Propanil (herb.)	Comercial	18 x 13	13
Bayer	Bayleton	Comercial	19 x 19	02
	Rintal	Comercial	16 x 13	05
	Bayticol	Comercial	16 x 13	04
	Sencor 480 F (Selo ANDEF)	Comercial	28 x 13	03
Du Pont	Lexone	Comercial	18 x 13	06
	Manzate e Benlate	Comercial	12 x 26	01

(... Anexo 7)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Stauffer Produtos Químicos Ltda (Selo ANDEF)	Captan 25 Moly Captan 75	Comercial	25 x 18	02
ICI (Selo ANDEF)	Gramaxone	Comercial	20 x 21	05
	Fusilade	Comercial	20 x 21	04
Ciba-Geigy	Primestra	Comercial	28 x 21	02
	Dual	Comercial	16 x 13	05
	Dual-Primestra	Comercial	28 x 22	03
CNDA (Selo ANDEF)	Triamex	Comercial	28 x 22	02
	Rhodiauram	Comercial	28 x 22	01
	Tackle 224 BR		17 x 26	02
BASF (Selo ANDEF)	Poast, Basagran	Comercial	18 x 26	10
Rohm and Haas do Brasil Ltda (Selo ANDEF)	Blazer 16 - SC	Comercial	21 x 11	03

(... Anexo 7)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Union Carbide (Selo ANDEF)	Sevin	Comercial	20 x 17	01
Smith Kline	Valbazen	Comercial	24 x 17	04
	Siliskid	Comercial	24 x 17	01
	Oxibendazole	Comercial	24 x 17	03
Merck Sharp & Dohme	Ivomec	Comercial	18 x 13	06
	Tecto (fungicida)	Comercial	17 x 13	04
Pfizer	Terramicina L.A.	Comercial	14 x 8	01
Cooperativa Agropecuária Mista de Caçapava do Sul Ltda.	Sal Mineralizador	Comercial	5 x 17	06
Indústria de Calcário - RS	Calcário	Comercial	5 x 26	05

(... Anexo 7)

EMPRESA	PRODUTOS	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Tripasul	Produtos naturais para mine_ ralização e ração de animais	Comercial	6 x 13	06
Manah	Gran-sol	Comercial	18 x 13	07
Adubos Trevo S.A.	Fostac 100	Comercial	10 x 26	01
	Calcário	Comercial	10 x 26	01
Fertilizantes Mitsui S.A. Ind. e Com.	Yoorin	Comercial	9 x 26	02
Siansa Chemicals	Fosfato bicálcico	Comercial	8 x 17	03
Pioneer	Milho híbrido	Comercial	9 x 26	17
			5 x 13	04
	Uréia e milho	Comercial	5 x 13	02
			9 x 26	07
Milho e sorgo	Comercial	5 x 13	01	

(... Anexo 7)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS	
Agrocerec	Milho híbrido	Comercial	28 x 22	01	
	Suínos híbridos	Comercial	28 x 22	01	
	Hortaliças-sementes	Comercial	28 x 22	01	
	Sorgo	Comercial	28 x 22	01	
			Institucional	28 x 22	01
		Campeão Agrocerec	Institucional	28 x 22	02
Brazisul Agropecuário S.A.	Sementes, instrumental veterinário	Comercial	9 x 19	01	
			7 x 13	01	
			8 x 17	02	
			7 x 9	01	
Unifértil	Unifós (adubo)	Comercial	5 x 26	01	
CRA e Asgrow do Brasil Sementes Ltda	Milho e sorgo híbridos	Comercial	8 x 26	01	

(... Anexo 7)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Sodimex	escavadeiras, tratores, motoniveladoras	Comercial	18 x 17	01

FONTE: Os dados aqui apresentados foram coletados pela autora desta dissertação junto às edições estudadas.

OBS: A mancha compreende uma área de 29,2 x 38,4 cm.

Suporte Comercial - Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo - 2º Semestre de 1984

Elanco (Selo ANDEF)	Perflan-Bimate	Comercial	10 x 25,9	03
	Perflan	Comercial	10 x 29,9	17
	Dia do Agrônomo	Institucional	10 x 25,9	01
	Bimate	Comercial	10 x 25,9	04
	Dia do Veterinário	Institucional	10 x 25,9	01
	Dia do Agricultor	Institucional	10 x 25,9	02
Du Pont	Simbar	Comercial	10 x 25,9	08
			25 x 19	02
	Curzate M+zinco	Comercial	20 x 19	01
			20 x 17	05
Dia do Engº Agrônomo	Institucional	25 x 19	01	
Monsanto (Selo ANDEF)	Laço	Comercial	17 x 13	04
	Roundup	Comercial	18 x 13	02

(... Anexo 8)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIO
Stauffer Chemicals	Raízes da Terra - O Jornal do Agricultor	Comercial	20 x 25,9	02
Stauffer (Selo ANDEF)	Eradicane	Comercial	23 x 17	02
Com EMBRAPA	"Telefone Verde" - Serviço	Comercial	23 x 17	04
Shell Química (Selo ANDEF)	Azodrin 40	Comercial	16 x 13	01
Union Carbide (Selo ANDEF)	Temik	Comercial	12 x 12	09
Sandoz	Cobre (fungicida)	Comercial	10 x 25,9	03
Pfizer - Divisão Agropecuária	Terramicina L.A.	Comercial	18 x 12	18
Propec Ind. e Com. de Produtos Agropecuários Ltda	Ferrojet B12	Comercial	10 x 8	05

(... Anexo 8)

Centro de Pesquisa e Promoção do Sulfato de Amônia	Sulfato de Amônia	Comercial	28 x 21	03
Manah	Gran S01	Comercial	26 x 21 17 x 12,7 8,5 x 8,5	01 02 02
Companhia Paulista de Fertilizantes - COPAS		Institucional	5 x 25,9	08
Purina Alimentos Ltda.	Sal Mineral (para o gado)	Comercial	22 x 17	05
Elekeiroz - Produtos Químicos S.A.		Institucional	28 x 21	03

(... Anexo 8)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Caterpillar	Tratores Lion (revendedor)	Comercial	23 x 17	01
			23 x 17	01
Massey Ferguson	Tratores Peças na CONAC (revendedora autorizada)	Comercial	17 x 19	05
		Comercial	10 x 8,5	02
FORD	Tratores	Comercial	22 x 17	01

FONTE: Os dados aqui apresentados foram coletadas pela autora junto às edições estudadas.

OBS.: A mancha compreende uma área de 25,9 x 33 cm.

(Anexo 9)

Suporte Comercial - Correio Agro-Pecuário - 2º Semestre de 1984

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Dow Química	Torton 2,4 - D	Comercial	16 x 22	13
Petrobrás	Uréia Petrofértil	Comercial	28 x 41	02
Bayer	Neguvon injetável	Comercial	16 x 12	04
Tuco - Upjohn Produtos farmacêuticos Ltda.	Albacillin	Comercial	27 x 29	02
	Lutalyse	Comercial	21 x 29	01
	Tetra-Delta, Lincocin Forte, Biotel	Comercial	27 x 16	01
Elekeiroz - Produtos Químicos	Fertilizantes etc.	Comercial	28 x 20	01

(...Anexo 9)

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Proteindus Ind. Com. Ltda.	nutrientes minerais	comercial	13 x 12	02
Norsk Hydro Com. e Ind. Ltda.	nutrientes minerais	Comercial	26 x 25	05
Tortuga	vitaminas, suplementos minerais	Comercial	18 x 12	04
Merck Sharp & Dohme - Agvet Ltda.	Ivomec	Comercial	16 x 24	06
	Equalan	Comercial	21 x 16	05
Instituto de Veterinária Aplicada	Champion	Comercial	12 x 16	03
	Rumivac	Comercial	12 x 16	02
Suprovitam- Ind. e Com e Representação de Alimentos Ltda.	Supromax	Comercial	18 x 12	01
	Concentrados protéicos	Comercial	7 x 12	05

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Dekalb Agrícola do Brasil Ltda	Milho híbrido	Comercial	12 x 13	07
Caterpillar	Tratores	Comercial	17 x 24	05
Terence Máquinas Agrícolas	Semeadeiras-adubadores	Comercial	8 x 12	01
Germina Sementes Garantidas	Sementes de gramíneas e leguminosos	Comercial	17 x 12	06
Premix	Premiphos Uréia	Comercial	9 x 12	05
Cresta, veiga e Associados Zootécni ca Ltda.	Suplementos minerais	Comercial	15 x 8	06
M. Cassab Com. Ind. Ltda.	Matérias-primas para pro dução de sais minerais	Comercial	1/2 pág.	07

FONTE: Os dados apresentados aqui foram coletados pela autora junto às edições estudadas.

OBS: A mancha da página compreende a área de 25,6 x 35 cm.

(Anexo 10)

Suporte Comercial - Indicador Rural - 2º Semestre de 1984

Caterpillar	Tratores	Comercial	± 23 x 17	4 cores	09
	Motoniveladoras	Comercial	± 23 x 17	4 cores	02
Shell Química	Blazina (herbicida)	Comercial	23 x 21	1 cor	06
Bayer	Super Bay phós	Comercial	12 x 16	1 cor	03
	Neguvon	Comercial	12 x 16	1 cor	03
Ciba-Geigy	Primextra (herbicida)	Comercial	20 x 28	1 cor	03
Merck Sharp e Dohme	Eqvalan	Comercial	27 x 1	1 cor	05
	Ivomec	Comercial	27 x 21	1 cor	07
Smith Kline	Siliskid	Comercial	28 x 21	4 cores	02
	Valbazen (vermífugo)	Comercial	28 x 21	4 cores	02

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Hoechst	Panacus (Vermífugos)	Comercial	28 x 21	1 cor	01
Pfizer - Divisão Agropecuária	Terramicina LA	Comercial	14 x 9	1 cor	01
Monsanto (Selo ANDEF)	Roundup	Comercial	28 x 21	1 cor	03
Shell	Barrage (Carrapaticida)	Comercial	25 x 12	1 cor	02
Rhodia - Mérioux	Simertox	Comercial	28 x 21	1 cor	01
Santa Matilde	Colheitadeira	Comercial	28 x 21	1 cor	01
M. Cassab	Matérias-primas para produção de sais mine _{ra} is	Comercial	17 x 26	1 cor	01

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
Semeato SA, Ind. e Com.	Plantadeira e Semeadeiras	Comercial	29 x 21	4 cores	03
Massey Ferguson	Tratores	Comercial	19 x 16	1 cor	04
			2 pág.	4 cores	02
	Colheitadeiras	Comercial	28 x 21	4 cores	01
	Peças	Comercial	28 x 21	1 cor	01
Máquinas Excelsior	Pulverizadores	Comercial	16 x 12	1 cor	01
Petrobrás Fertilizantes S.A.	Uréia Petrofértil	Comercial	2 pág.	1 cor	01
			28 x 21	1 cor	07
Centro de Pesquisa e Promoção do Sulfato de Amônio	Sulfato de Amônio	Comercial	28 x 21	1 cor	02
Elekeiroz - Produtos Químicos	Fertilizantes, inseticidas, etc.	Comercial	28 x 21	1 cor	01

EMPRESA	PRODUTO	TIPO DE PROPAGANDA	TAMANHO	USO DE CORES	NÚMERO DE ANÚNCIOS
AGROCERES	Sementes milho-híbrido e sorgo	Comercial	28 x 21	4 cores	02
	Suínos híbridos	Comercial	28 x 21	4 cores	01
	Os campeões Agrocere	Comercial	28 x 21	4 cores	02
Agrisan Sementes	Sementes fiscalizadas	Comercial	21 x 12	1 cor	01
Manah	Gran-sol(adubo)	Comercial	12 x 17	1 cor	03
Brazisul Agropecuária S.A.	Sementes, grãos, etc.	Comercial	33 x 8	1 cor	03
Tortuga	Mineral para o gado	Comercial	28 x 21	1 cor	01
Asgrow do Brasil Sementes Ltda.	Sorgos híbridos	Comercial	10 x 8	1 cor	02

FONTE: Os dados apresentados aqui foram coletados pela autora junto às edições estudadas.

OBS.: A mancha da página compreende uma área de 24,9 x 32,9 cm.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 - BELTRAN, Luis Ramiro & CARDONA, Elizabeth Fox de. Comunicação dominada; os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1982. 149 p.
- 2 - BONTEMPO, Márcio. Relatório Orion: denúncia médica sobre os perigos dos alimentos industrializados e agrotóxicos. Porto Alegre, L&PM, 1985. 151 p.
- 3 - BORLAUG, Norman. La revolución verde, paz y humanidad. México, CIMMYT, 1972. (Série reimpressos y traduccione CIMMYT, 3) (Conferência pronunciada em ocasião de la recepcion del premio nóbel de la paz de 1970. Oslo, Noruega. Diciembre 11, 1970).
- 4 - BRUM, Argemiro. Modernização de agricultura: trigo e soja. Ijuí. Fidene/Unijuí, 1985. 317 p.
- 5 - FERRARI, Antenor. Agrotóxicos: a praga da dominação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. 88 p.
- 6 - FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 93 p.
- 7 - GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia; crítica da moderna agricultura. São Paulo, Brasiliense, 1982. 156 p.
- 8 - GUARESCHI, Pedrinho. Comunicação e poder. Petrópolis, Vozes, 1982. 92 p.
- 9 - LERNER, Daniel. Cooperação e comunicação internacional no desenvolvimento nacional. In: LERNER, Daniel & SCRAMM, Wil

- bur. Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 342 p.
- 10 - LIMA SOBRINHO, Antônio Estevan de. Fome: agricultura e política no Brasil. Petrópolis, Vozes. 1981. 123 p.
- 11 - LUTZENBERGER, José A. Fundamentos ecológicos da agricultura biológica. (CURSO DE AGRICULTURA BIOLÓGICA), 1ª Porto Alegre, SARGS/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1981. p.52-71.
- 12 - MATTELART, Armand. Comunicación y nueva hegemonia. Lima; CE LADEC-CEDEE, 1981. 136 p.
- 13 - MATTELART, Armand. Mutinacionais e sistemas de comunicação; os aparelhos ideológicos do imperialismo. São Paulo, Ciências Humanas, s.d. 287 p.
- 14 - MATTELART, Armand et alii. Los medios de comunicación de masas; la ideologia de la prensa liberal en Chile. Buenos Aires, El Cid, 1976. 312 p.
- 15 - MELO, José Marques de et alii. Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 16 - MOONEY, Patrick Roy. O escândalo das sementes; o domínio na produção de alimentos. São Paulo, Nobel, 1987. 146 p.
- 17 - NOLLA, Delvino. Erosão do solo; o grande desafio. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, Divisão de Divulgação e Informação Rural, 1982. 412 p.
- 18B - PACOAL, Adilson. Biocidas; morte a curto e a longo prazo. Rev. Bras. Tecnol. Brasília, 14 (1): 28-40, jan/fev.1983.
- 19A - _____. O ônus do modelo da agricultura industrial. Rev. Bras. Tecnol. Brasília, 14 (1):17-27, fev. 1983.
- 20 - PINHEIRO, Sebastião. Retorno ao futuro. In: Agropecuária sem veneno. Porto Alegre, L&PM, 1985. p. 99-44.
- 21 - A REFORMA AGRÁRIA SEM DÚVIDAS: Informe do Mirad. Guia Rural, São Paulo, v. 2, n. 3, março, 1988. (Caderno Especial).
- 22 - SAN MARTIN, Paulo. Agricultura suicida; um retrato do modelo brasileiro. São Paulo, ícone, 1985. 128 p.

- 23 - SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192 p.
- 24 - SILVA, José Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1980. 210 p.
- 25 - THIOLENT, Michel. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. In: Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, 1(1):43-51, 1984.
- 26 - VALLS, Ana Maria Daitx. A contaminação de hortifrutigranjeiros por fungicidas ditiocarbamatos e suas conseqüências. Porto Alegre, PUC/RS. 1985. 45 p. (Trabalhos de conclusão do curso de especialização em toxicologia aplicada, datilografado).